



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

***PARA A MELHORIA DA RAÇA E A CIVILIZAÇÃO DO POVO PARAIBANO:
DISCURSOS EUGÊNICOS E HIGIÊNICOS NA PARAÍBA (1914-1921)***

JÚLIO CÉSAR ALVES DA SILVA

João Pessoa, PB
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

***PARA A MELHORIA DA RAÇA E A CIVILIZAÇÃO DO POVO PARAIBANO:
DISCURSOS EUGÊNICOS E HIGIÊNICOS NA PARAÍBA (1914-1921)***

JÚLIO CÉSAR ALVES DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História, área de concentração História e Cultura Histórica. Linha de Pesquisa: História Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Coorientadora: Profa. Dra. Solange Pereira da Rocha

João Pessoa, PB
2013

S586p Silva, Júlio César Alves da.
Para a melhoria da raça e a civilização do povo paraibano:
discursos eugênicos e higiênicos na Paraíba (1914-1921) /
Júlio César Alves da Silva.- João Pessoa, 2013.
83f.
Orientadora: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Coorientadora: Solange Pereira da Rocha
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA
1. História regional. 2. História e cultura histórica. 3. Eugenia.
4. Higiene. 5. Civilização.

UFPB/BC

CDU: 981.422(043)

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
(Orientadora)

Profª. Dra. Solange Pereira da Rocha
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
(Coorientadora)

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas
Departamento de História e Geografia – Universidade Estadual da Paraíba
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Elio Chaves Flores
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Iranilson Buriti
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
(Suplente Externo)

Prof. Dr. João Azevedo Fernandes
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
(Suplente Interno)

Toda honra e toda Glória sejam dadas ao
Príncipe da Paz – JESUS CRISTO

À minha mãe Olivete Alves da Silva exemplo de vida, guerreira da vida, inspiração viva para os que a cercam, sensibilidade natural, pureza inexplicável como o nascer do sol, o meu muito obrigado por ter sempre apoiado os meus projetos pessoais intelectuais.

Ao meu pai José Francisco da Silva Neto “Seu Zezinho” que tanto me ensinou e orientou. Foram suas as lições da vida e perseverança. Muito obrigado pela força; saiba que o tenho eternamente em meu coração.

Aos meus irmãos, José Júnior e Odirley Alves. Ao primeiro agradeço pelo empenho e ajuda em nossos trabalhos seculares. Seu esforço foi de suma importância nos momentos mais difíceis e inoportunos quando “*quebrava aquele galho*” que só nós sabemos a dificuldade. Ao segundo, dedico esse espaço, sobretudo pelas inúmeras interrogações sobre o tema. Questionamentos esses que me fizeram a cada dia buscar mais e mais informações para o enriquecimento dessa pesquisa.

A minha esposa, amiga e confidente, Wilma Gomes, seu amor e compreensão neste que foi um dos grandes desafios de nossa vida foram de suma importância.

A todos vocês dedico essa vitória.

A busca da humanidade pela perfeição sempre foi sombria. O homem sempre existiu num perpétuo caos. Continuamente catapultada da miséria ao contentamento, e vice-versa, a humanidade tem lutado repetidamente para superar sua vulnerabilidade, para aperfeiçoar sua força. O instinto o leva a “brincar de Deus” ou, ao menos, mediar sua providência. Com frequência, esse impulso não se expressa para melhorar, e sim para reprimir ou mesmo destruir os considerados inferiores. O racismo, o ódio grupal, a xenofobia e a inimizade existiram em quase todas as culturas ao longo da história. Mas demorou milênios para que as hostilidades quase tribais migrassem para o porto seguro do pensamento científico, racionalizando, desse modo, ações destrutivas contra os desprezados ou indesejados.

(EDWIN BLACK, 2003, p.49)

AGRADECIMENTOS

Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que deveríamos ser, não somos o que iremos ser, mas Graças a Deus não somos o que éramos (Martin Luther King).

Em primeiro lugar quero agradecer à nossa orientadora Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, que desde os primeiros passos da pesquisa nos acolheu de forma singular, acreditando que seria possível desenvolvê-la. A você devemos o profissionalismo, a compreensão, a sinceridade, a amizade, o carinho, a paciência, e, sobretudo, o amor incondicional pela prática historiográfica e seus *mitiês*.

Agradecemos também a nossa admirável coorientador Solange Pereira da Rocha, que, como uma verdadeira *cirurgiã*, desde o início nos ajudou a *implantar* as tantas questões antes impensadas neste trabalho. A você devemos as sábias palavras, as preocupações, a incomum dedicação, o tempo sempre disponível para ouvir tudo e recepcionar nossas dúvidas.

Vocês duas não foram somente orientadora e coorientadora, mas, em alguns momentos, conselheiras, confidentes, irmãs e amigas. Vocês foram e são referências profissionais para o nosso crescimento. Todos os méritos que porventura este trabalho venha a receber devem ser partilhados incondicionalmente com vocês, muito obrigado.

Não poderíamos deixar de enumerar a importante participação dos professores Waldeci Ferreira Chagas e do professor Elio Chaves Flores, com os quais nossos caminhos se cruzaram desde a banca de qualificação. O primeiro, desde o momento em que nos recepcionou em sua residência, encantou com sua simplicidade humana e capacidade teórica e metodológica de pensar e repensar os possíveis arranjos que o trabalho poderia percorrer. O segundo, professor Elio Chaves Flores, colaborou extraordinariamente em nossa pesquisa desde os conselhos no estágio docência até as preciosas indicações teóricas e referências bibliográficas sobre o tema. A vocês, a nossa sincera admiração e agradecimento.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, pela atenção sempre disponível durante o curso. Especialmente aos professores Antônio Carlos, Raimundo Barroso, Elio Chaves Flores, Damião Lima, Paulo Giovanni, Ângelo Emilio, bem como às professoras Telma Fernandes, Regina Behar, Carla Mary, Uyguaciara Veloso Castelo Branco, Claudia Cury. Levaremos os vossos ensinamentos

guardados em nosso coração. Agradecemos também a Azemar dos Santos Soares Júnior, amigo e “conselheiro” com quem dialoguei desde os primeiros escritos dessa pesquisa. Queremos deixar também o nosso agradecimento a Amanda Braga, profissional paciente e de extremo talento, responsável pela revisão desse texto.

Aos funcionários do *Arquivo Público do Estado da Paraíba*, especialmente o “seu Pedro”, senhor de imensa simpatia e dedicação que muito nos ajudou na difícil tarefa de catalogar as matérias do jornal *A União* e da revista *Era Nova*. Ao profissional Ricardo Grisi, funcionário zeloso do *Arquivo Eclesiástico da Paraíba*, com quem conhecemos as raras e conservadas publicações do jornal *A Imprensa*. Aos funcionários do *Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz* (DAD – COC), que possibilitaram a pesquisa no Fundo *Pessoal Renato Kehl*, especialmente a Ricardo Augusto. Ao pessoal da *Biblioteca da Casa Oswaldo Cruz*, que atenciosamente nos atendeu ao longo de um mês quando estivemos na cidade do Rio de Janeiro, no início da pesquisa.

Aos colegas do mestrado, guardaremos as fortes lembranças dos momentos em que estivemos juntos: André Carneiro, Thiago Oliveira, Iris Mariano, André Carneiro, Rodrigo da Costa, Rodrigo Henrique, Leandro Maciel. Agradeço de maneira especial a Lidiana Justo, Simone Bezeril, Jean Patrício, Erica Lins, amigos/irmãos com quem conservamos uma estreita relação de diálogo intelectual e pessoal. Vocês tem uma parte significativa nesta conquista.

Não poderíamos deixar de agradecer ao professor Adriano de León do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Este trabalho também tem a sua marca, querido *mestre* e amigo. Agradecemos pelos conselhos, dicas, indicações de leitura e, sobretudo, pelas preciosas palavras nos momentos de desânimo, o nosso forte abraço e muito obrigado.

Por último, agradecemos a CAPES pelo financiamento desta pesquisa, sem o qual ela dificilmente poderia ser realizada.

RESUMO

Este trabalho – vinculado à linha de pesquisa História Regional do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com área de concentração em História e Cultura Histórica – tem por objetivo analisar os discursos eugênicos e higiênicos no Brasil, especialmente na Paraíba, através das matérias dispostas nos jornais *A União*, *A Imprensa* e na revista *Era Nova*. Desde a segunda metade do século XIX, a eugenia ganhou sugestivas interpretações nos países em que foi recepcionada. No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, entre as apreciações da seletividade racial e as normas higiênicas, alguns setores como a imprensa e determinadas instituições criadas para divulgá-las, lançaram mão de seus posicionamentos e idealizações. A partir dessas alternâncias, os periódicos *A União*, *A Imprensa* e a revista *Era Nova* reproduziram um tipo de discurso que se aproximou, mas também se distanciou dos preceitos eugênicos. O recorte escolhido teve início em 1914, ano em que encontramos as primeiras reportagens sobre a eugenia e o higienismo na Paraíba, e 1921, com a publicação de outras matérias sobre os temas. A análise sobre os discursos eugênicos e higienistas na Paraíba foi um exercício contínuo de diagnóstico e observação, pois entre as relações intelectuais dispostas nas matérias dos periódicos e as ideias anunciadas sobre a eugenia, constatamos que os referidos discursos além de afigurarem uma espécie de análise científica de sua época, também se configuravam como uma manifestação política.

Palavras-chave: eugenia, discurso, higiene.

RÉSUMÉ

Ce travail – lié à la ligne de recherche Histoire Régional du Programme de Master en Histoire de l'Université Fédéral de la Paraíba, ciblé en Histoire et Culture Historique – a comme objectif d'analyser les discours eugéniques et hygiéniques au Brésil, particulièrement à la Paraíba à travers les articles disposés aux journaux *A União*, *A Imprensa* et la revue *Era Nova*. Depuis la seconde moitié du XIX siècle l'Eugénie a gagnée des interprétations suggestives dans les pays où elle a été accueillie. Au Brésil, dans les premières décennies du XX siècle entre les évaluations de la sélectivité raciale et les normes hygiéniques, quelques secteurs comme celui de la presse et quelques institutions créés pour la divulguer ont lancé main de leurs positionnements et idéalizations. À partir de ces alternances, les périodiques *A União*, *A Imprensa* et la revue *Era Nova* ont reproduit un type de discours que ce sont approximés, mais aussi ce sont éloignés des préceptes de l'eugénisme. Le découpage choisi a commencé en 1914, l'année où laquelle nous avons trouvé les premiers reportages sur l'Eugénie et l'hygiénisme à la Paraíba, et il a terminé en 1921, avec la publication d'autres articles sur les thèmes. L'analyse sur les discours eugéniques et hygiénistes à la Paraíba a été un exercice continu de diagnostic et observation, car entre les relations intellectuelles disposées dans les articles des périodiques et les idées annoncées sur l'Eugénie, nous avons constaté que les discours mentionnés outre figurer une sorte d'analyse scientifique de son époque ils se configurent aussi comme étant une manifestation politique.

Mots-clefs: eugénie, discours, hygiène.

SUMÁRIO

1. INICIANDO A DISCUSSÃO: ALGUMAS QUESTÕES ACERCA DA EUGENIA (BRASIL/PARAÍBA)

1.1 DESENVOLVIMENTO DO OBJETO	01
1.2 A ESCOLHA PELO TEMA	16
1.3 DAS QUESTÕES SUSCITADAS NA PESQUISA	17
1.4 DISCUSSÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A EUGENIA E O HIGIENISMO NO BRASIL	20
1.5 A ESTRUTURA DO TEXTO	24

2. TEORIAS CIENTÍFICO-RACIALISTAS E SUA RECEPÇÃO NO BRASIL

2.1 IDEIAS SOBRE A DEGENERACÃO SOCIAL E O EVOLUCIONISMO EM FINS DO SÉCULO XIX	25
2.2. O NASCIMENTO DA CIÊNCIA EUGÊNICA: IDEIAS E PROCEDIMENTOS	39
2.3. RECEPÇÃO E DIFUSÃO DAS IDEIAS EUGÊNICAS NO BRASIL	43

3. DISCURSOS HIGIENISTAS E A EUGENIA NA PARAÍBA (1914 – 1921)

3.1. A PARAÍBA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA	54
3.2. ENTRE O <i>ATRASO</i> E O <i>ORGULHO</i> : OS <i>TIPOS EUGÊNICOS</i> NA PARAÍBA	59
3.3. O HOMEM OU O MEIO? A EUGENIA E O APERFEIÇOAMENTO DAS RAÇAS: DESVIOS DAS DOCTRINAS DE GALTON	64
3.4. A EUGENIA: UMA <i>CIÊNCIA</i> PARA O PROGRESSO	72
3.5. PARA O MELHORAMENTO DA ESPÉCIE: A NECESSIDADE DO EXAME PRÉ-NUPCIAL	77

CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
----------------------	----

REFERÊNCIAS	83
-------------	----

CAPÍTULO I

1. INICIANDO A DISCUSSÃO: ALGUMAS QUESTÕES ACERCA DA EUGENIA (BRASIL/PARAÍBA)

Eis que, o combate à desordem coletiva deve partir de medidas que visem à *saúde física, psíquica e mental dos indivíduos*. Assim pretendem – pela *formação da consciência eugênica popular, com o auxílio da escola, da imprensa e do rádio os cultores da eugenia e da higiene mental*. Pela *difusão cultural em seus vários aspectos, pelas leis eugênicas*, no sentido de restringir a proliferação de infra-homens, de semi-alienados e de dementes; pela higiene do corpo e do espírito, – só assim se poderá esperar a cura paulatina do “*mal estar universal*” (KEHL, 1923b, p.20, grifo nosso).

1.1 DESENVOLVIMENTO DO OBJETO

Antes de iniciar a pesquisa, consideramos necessário fazer um comentário. No ano de 1998, num artigo publicado na revista *Saeculum*, o professor Fabio Gutemberg teceu importantes considerações acerca do posicionamento de todo pesquisador e seus riscos. Escreveu ele:

Acho que qualquer obra, embora umas mais outras menos sejam resultado de um conjunto de “movimentos” e ações que muitas vezes seus críticos e comentaristas são comumente alvos de ataques ou por parte do próprio autor, ou dos que acompanharam sua trajetória e a produção da obra, sendo acusados de não terem percebido aspectos e dimensões que a obra que vem a público não deixa facilmente transparecer. Reconheço este risco e o considero importante, mas, por outro lado, isso ocorre com qualquer obra que venha a público, e é algo que dificilmente pode ser totalmente superado, não devendo ser motivo para inviabilizar o exercício. De qualquer forma, fica esclarecido ao leitor que tenho a certeza dos riscos que corro e das possíveis injustiças que venha a cometer (GUTEMBERG, 1998, p.77).

Concordando com o autor, destacamos que todas as estratégias e considerações para a composição deste trabalho associam-se ao que Michel de Certeau considerou como: “O cálculo das relações de forças que se torna possível a partir de um momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’”. Visto que, em especial, o conceito de estratégia pode ser ainda postulado na produção histórica a partir de

lugares capazes de serem circunscritos como algo “capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 2007, p.46).

Outros dispositivos¹, questionamentos e escolhas que compõem este trabalho fazem parte de um jogo seletivo de opções teóricas, metodológicas e também políticas. Portanto, longe de esgotar o tema, a proposta de descrever uma história da eugenia² – a partir das matérias dos jornais *A União*³, *A Imprensa*⁴ e da revista *Era Nova*⁵ – na Paraíba⁶ entre os anos 1914 e 1921, é apenas umas das muitas possibilidades.

A escolha pelo recorte temporal decorre de duas justificativas. A primeira por encontrarmos uma sugestiva matéria no jornal *A União*, intitulada *Zonas Eugênicas na Parahyba*, publicada em 20 de janeiro de 1914, a partir da qual percebemos a presença de ideias sobre a eugenia no estado. O que se expressa na citada matéria é um discurso cuja análise perpassava a tentativa de conceituar certos intelectuais e uma classe política⁷ da época segundo a condição de tipos eugênicos⁸; dentre alguns destes, merece destaque, segundo o

¹ A escolha pelo termo *dispositivo*, surgido em meados de 1970 com Michel Foucault, pressupõe a designação inicial daquilo que se tem com um operante das matérias relativas às relações de poder, isto é, técnicas, estratégias e formas de sujeição desenvolvidas pelo poder (REVEL, 2005, 42), e pretende dialogar com o conceito de *estratégia* enunciado por Michel de Certeau, apresentado anteriormente.

² Com mais detalhes, seguindo as considerações de **Oswaldo Frota Pessoa (1996)**: a eugenia foi um estudo desenvolvido na segunda metade do século XIX com o fim de melhorar o patrimônio genético das populações ou de impedir que elas se deteriorassem. As médicas eugênicas tendiam a elevar as frequências de genes e conjuntos genéticos benéficos ou impedir que se proliferassem os genes indesejados (p.37).

³ Segundo Fátima de Araújo, esse periódico já nasceu oficial (1983, p.103), o jornal *A União* é um dos periódicos mais antigos em circulação no Estado da Paraíba. Foi fundado em 02 de fevereiro de 1893 pelo então presidente do Estado da Paraíba, Álvaro Lopes Machado, para ser o órgão divulgador do Partido Republicano. Em meados de 1910, passou a servir como órgão de divulgação oficial das notícias do Estado da Paraíba (MARTINS, 1977, p.30).

⁴ Jornal fundado em 27 de maio de 1897 pelo primeiro arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom Adaucto Aurélio de Miranda Henriques (1855-1935), o jornal *A Imprensa* tinha como finalidade a propagação da fé e dos princípios cristãos. Proposta necessária, sobretudo, para um período de constantes transformações históricas no cenário mundial, nacional e local (ARAÚJO, 1986, p.49).

⁵ A revista *Era Nova* foi publicada pela primeira vez na cidade de Bananeiras-PB. Entre os anos de 1921 e 1926, o periódico era editado quinzenalmente e tinha em seu foto noticioso, publicar diversos assuntos relacionados a literatura, política, moda e o cotidiano da sociedade paraibana (ARAÚJO, 1986, p.149).

⁶ Prezado leitor, quando mencionarmos o termo Parahyba, estaremos nos referindo à capital, hoje chamada de João Pessoa, e o termo Paraíba quando nos referirmos ao Estado.

⁷ Tomamos como pressuposto para essa relação entre os intelectuais e a classe política as considerações feitas por Norberto Bobbio, segundo o qual essas duas categorias estão sujeitas a condições preliminares em suas relações correspondentes num determinado tempo. Para tanto, essa relação se faz necessária a partir de dois pontos: “a) Que os intelectuais constituam ou creiam constituir, em um determinado país, uma categoria à parte; b) Que essas categorias de pessoas tenham ou creiam ter uma função política própria, que se distinga da função de todas as outras categorias ou classes componentes de uma determinada sociedade” (BOBBIO, 1997, p.31).

⁸ Entre a maioria dos eugenistas em fins do século XIX e início do XX, perpassava a ideia dos tipos eugênicos como sendo seres humanos superiores, frutos de uma hereditariedade *legítima* e independente de fatores externos. O inglês Francis Galton, considerado o “pai da eugenia”, por exemplo, foi, nas palavras do destacado eugenista brasileiro, um “tipo perfeito e equilibrado de homem: fisicamente robusto; psiquicamente, um ser superior; moralmente, um tipo exemplar” (KEHL, 1923b, p. 67).

autor da matéria, o então governador da Paraíba, Castro Pinto, e o diretor do jornal *A União*, Carlos Dias Fernandes, sobre os quais discutiremos mais adiante.

O recorte final se fundamenta noutras sugestivas publicações encontradas sobre o tema da eugenia, dentre elas uma matéria intitulada *A necessidade do exame pré-nupcial*, publicada pela revista *Era Nova* em 21 de junho de 1921, que trata da importância dos exames pré-nupciais para o melhoramento da espécie humana e o desenvolvimento da sociedade.

Outra reportagem, intitulada *A eugenia*, trazida em 18 de fevereiro de 1921 pelo jornal *A União*, trata a eugenia, seus conhecimentos e fins, para tornar o homem um ser físico e moralmente aperfeiçoado. Nos anos intermediários do recorte inicial foram encontradas outras matérias sobre a higienização, saneamento urbano, entre outros assuntos relacionados a temática da eugenia no Brasil.

Sobre a importância da pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, o presente trabalho se justifica por objetivos diferentes, mas correlatos em sua proposta. Primeiramente por derivar de uma pesquisa cuja discussão historiográfica perpassa a metodologia da análise do discurso, neste caso o discurso das reportagens, encontradas nos periódicos já destacados na Paraíba, não desprezando, é claro, o contexto histórico do Brasil nas primeiras duas décadas da República.

É importante salientar que, segundo Tânia Regina de Luca, historicamente, os trabalhos feitos a partir dos discursos produzidos a partir das fontes jornalísticas até pouco tempo eram relativamente pequenos, ampliados apenas a partir das últimas décadas do século XX, em face de um processo de extensão das pesquisas e dos campos de preocupação e análise dos historiadores (DE LUCA, 2011, p.113).

Acreditamos que a pesquisa, seguindo esse viés, contribuirá não só no sentido de possibilitar a discussão de um objeto ainda pouco estudado, neste caso a eugenia, como discutiremos adiante, mas também no campo das novas produções historiográficas, preocupadas não apenas com o que dizem os documentos, mas pela forma como dizem, pelos termos utilizados para dizer, bem como pelos campos semânticos traçados, como assinala Antoine Prost (1996, p.130), que, num importante complemento de Tânia Regina de Luca, pode ser compreendido ainda pelas interdições, pelas zonas de silêncio estabelecidas por esses discursos (DE LUCA, 2011, p.113-114).

Um segundo objetivo para justificar a importância desta pesquisa assenta-se na tentativa de adicionar às pesquisas realizadas no Brasil uma discussão relacionada às teorias científicas em fins do século XIX e início do século XX, tendo a eugenia como uma ideia coparticipante de um discurso voltado para a *salvação e progresso* do Brasil. A partir

disto, verificaremos como esse discurso foi percebido na Paraíba a partir de matérias relacionadas também com o discurso higiênico nas matérias encontradas nos periódicos apresentados previamente.

Para tanto, nossa abordagem tentará discutir a eugenia amparada noutras preocupações, como as questões relacionadas à ideia de modernidade⁹, cujos projetos de desenvolvimento da nação relacionavam-se às questões sanitárias e higiênicas que passaram a ser compreendidas nas primeiras décadas do século XX como mecanismos políticos que possibilitaram o estabelecimento da “ordem ao mundo do caos imposto, pelas péssimas condições higiênicas e pelas inúmeras doenças que ameaçavam a sociedade como um todo” (SOUZA, 2006b, p.34).

Dessa forma, em meio a essa junção de ideias, talvez as concepções sobre a eugenia tenham se configurado na associação das propostas higienistas – que discutiam soluções naquela época para as endemias, para o fim das más condições de vida da maioria das pessoas que viviam no campo ou nas zonas periféricas das cidades – ou simplesmente como uma forma de ocultar esses elementos que se confrontavam muitas vezes com uma espécie de projeto moderno a ser implantado em alguns estados do Brasil naquela época.

Seguindo essa proposição, é importante salientar, de antemão, que as discussões sobre a eugenia nasceram na Europa na segunda metade do século XIX. Na Inglaterra, a eugenia nasceu com a proposta de aperfeiçoar a espécie humana por meio da reprodução de indivíduos considerados *perfeitos*, físico e psiquicamente, bem como pela proibição da reprodução destes com aqueles considerados *defeituosos*, em sua maioria pobres, ladrões, alcoólatras, loucos, entre outros portadores de alguma *endemia* considerada *hereditária*, como propunham seus apologistas (OLIVEIRA, 2003, p.64).

Essas ideias serviram como um dos pressupostos para os eugenistas no Brasil em fins do século XIX e início do XX. No entanto, como pontua Vanderlei Sebastião de Souza, essas ideias eugênicas transferidas da Europa para cá sofreram uma espécie de mutação com o que ele chamou de “paradigma latino-americano”, que foi a fusão desses pressupostos eugênicos às questões muito mais ligadas aos problemas da saúde pública, do saneamento e da educação higiênica e sexual, do que propriamente com as questões biológicas, como o racismo científico, embora entendamos que a questão racial não pode ser desprezada (SOUZA, 2006b, p.30).

⁹ Em detrimento de sua amplitude, tomamos o termo modernidade a partir da perspectiva daquilo que causa polêmica e sedução num espaço social que se permeia entre as lutas e os desejos daquilo que se quer evocar como verdade, esse discurso se processa diante de um intenso combate entre o antigo e o novo e suas derivações em detrimento do espaço, das vontades e do tempo histórico (MARIANO, 2003, p. 26).

Feita essa primeira consideração, o desafio que compõe este trabalho caminha por algumas questões iniciais: a primeira delas é perceber essas verticalizações do discurso eugênico no Brasil; em seguida, outro ponto que consideramos também fundamental é perceber como essas ideias foram discutidas na Paraíba a partir dos escritos dos intelectuais paraibanos publicados no jornal *A União*, *A Imprensa* e na revista *Era Nova*. Dito isso, estamos cientes das dificuldades, críticas e divergências, ou não, que esta pesquisa venha a suscitar.

Para tanto, daremos início observando uma sugestiva matéria sobre o tema da pesquisa numa publicação do jornal *A União*, editada em 26 de julho de 1921, que tem o seguinte conteúdo:

Galton quando creou a sua theoria da eugenis não poderia suppor que seu sucesso fosse tão rápido. O livro do primo de Darwin (HumanFaculty) é de 1884, e seu laboratório, na Universidade de Londres, não pareceu a principio destinado a grande êxito. Entretanto, *as suas idéas foram tendo acolhimento cada vez maior e tudo indica que acabarão tendo repercussão seria nos costumes das nações*. [...] O sucesso das idéas de Galton foi porem, grande nos Estados Unidos a ação de EugenisRecord Office, de seu boletim, de outras sociedade filiadas e jornaes é tamanha que *o eugenismo passou a ser, por toda a parte, um dos grandes assumptos da ordem do dia*¹⁰ (A UNIÃO, 26 jul. 1921, A.P.E.P, grifos nossos).

A citação é a primeira parte de uma reportagem intitulada *A eugenia e o aperfeiçoamento das raças: desvio da doutrina de Galton*, escrita por Victor Viana, cuja biografia é desconhecida. Sabemos apenas que as publicações do jornal *A União* nesse período eram selecionadas pelo intelectual paraibano Carlos Dias Fernandes, convidado desde 1913 pelo então presidente do Estado, João Pereira de Castro Pinto, para ser o diretor chefe do jornal (MARTINS, 1977, p.32).

Nesse mesmo período, segundo Fátima Araújo, o jornal *A União* evoluiu seus métodos de publicação e informação jornalística, conseguindo logo nos primeiros anos da direção de Carlos Dias Fernandes introduzir, em seu sistema de edição, um moderno serviço de telégrafo marinho mediado pelo estado de Pernambuco, disponibilizando, desta forma, para a apreciação das elites intelectuais e políticas, as muitas informações vindas da Europa e do Rio de Janeiro, então capital do Brasil (ARAÚJO, 1986, p.50).

É importante salientar, ainda, nas palavras de Fátima de Araújo, que, nos primeiros anos da Primeira República no Brasil, as aspirações políticas na Paraíba permeavam por entre as páginas dos jornais, dentre estes *A União*, que, na condição de Diário Oficial do Estado, delegava notícias e também intermediava, por meio do Governo do Estado, ações

¹⁰ Prezado leitor, a ortografia da época foi mantida na descrição das reportagens.

punitivas aos discursos contra o governo, como o fechamento de outros jornais que divergissem de seus anúncios ou entrassem em alguma polêmica com o mesmo (ARAÚJO, 1983, p.76).

Nessa luta em busca da legitimidade das informações, o jornal *A União*, desde os primeiros anos da República, já dispunha de um considerável grupo de políticos-jornalistas, tais como Castro Pinto, Carlos Dias Fernandes e o médico Flávio Maroja, entre outros, que defendiam o governo e ordenavam os informes públicos sobre o Governo do Estado da Paraíba (ARAÚJO, 1986, p.50-53).

Sob essa ótica de poderes, transformações e aviltamentos políticos, retornemos para o seguimento da publicação do jornal *A União* sobre a eugenia, onde se percebe que o autor procura apresentar um pouco das ideias e propostas eugênicas tecidas pelo médico, naturalista e matemático inglês Francis Galton¹¹, além dos preâmbulos de suas experiências científicas nos últimos decênios do século XIX, que tinha em seus postulados o intuito de aperfeiçoar a espécie humana pelas “boas práticas” de seletividade biológica, apoiando a procriação dos *tipos eugênicos* e restringindo os *tipos defeituosos* (MOTA, 2003, p.14).

Como enuncia a publicação, as discussões sobre a eugenia ganharam força em fins do século XIX e nos primeiros decênios do século XX. Um evento importante que reforça essa informação foi o *Primeiro Congresso Mundial de Eugenia* realizado em Londres no ano de 1911, marco também importante para o Brasil, pois foi neste mesmo congresso que o antropólogo e médico carioca João Baptista Lacerda apresentou um importante trabalho que divergia das teses eugênicas propostas pelos cientistas europeus e sobretudo dos norte-americanos daquele período¹².

¹¹ Médico, naturalista e filósofo inglês Francisco Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin, que sob as formulações do livro *Origem das espécies* inaugurou as primeiras teorias a respeito da espécie humana e a busca pela melhoria da raça sob o ponto de vista biológico, embora se discorde da hipótese, visto que os debates e ideias sobre o “melhoramento da espécie humana já existia desde a Antiguidade e aparece em várias obras que integram o chamado *Corpus Hippocraticum*” (MOTA, 2003, p.14).

¹² Embora contrariasse as explicações raciais do pensamento norte-americano de que a maioria das sociedades nascidas e desenvolvidas a partir da mestiçagem estariam condicionados a degenerescência social, João Baptista Lacerda argumentou em sua pesquisa outro tipo de pensamento ou ideia, que, de certa forma, buscava eliminar o elemento negro da sociedade brasileira. Para João Batista Lacerda, a mestiçagem não era, a princípio, um mal para a degeneração social, mas um meio de *purificar a raça*. Segundo o médico e antropólogo carioca, graças à mestiçagem, o indivíduo negro desapareceria do cenário social brasileiro, possibilitando assim o branqueamento e a homogeneização da sociedade, ao contrário da sociedade norte-americana, que preservavam isoladamente negros e brancos, fator pelo qual, segundo Lacerda, aumentava a proporção sensível de crescimentos de ambos os grupos. No caso do Brasil, com a miscigenação e a inserção social do imigrante branco, esse processo coincidiria para a formação de uma *sociedade pura* em poucas décadas, vindo a eliminar o elemento negro do Brasil (GALTIERI, 2008, p. 95-96).

Talvez uma explicação mais vasta para essa ampliação e divulgação dos discursos eugênicos seja o que ocorreu alguns anos antes, por volta da última década do século XIX, quando em alguns países como Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, dentre outros, se pressupôs a ideia de sociedade, potencializando de forma mais ampla as condições socioeconômicas destes países tendo como principal fundamento os preceitos eugenistas: o melhoramento das condições físicas e mentais de seus cidadãos, a biologização e seletividade da espécie humana e o fim dos indivíduos feios e defeituosos.

Essa questão pode ser mais detalhada na obra *A hora da eugenia*, de Nanci Leys Stepan, sobretudo quando ela menciona que o apogeu da eugenia ocorreu a partir de um extenso processo de transformações intelectuais e sociais entre fins do século XIX e XX, de modo que, entre as novidades daquela época, desenvolveu-se uma perspectiva social e cultural de que a humanidade poderia ser ordenada como grande laboratório, necessitando apenas ser pensada a partir de projetos sócio-biológicos que melhor desenvolvessem as capacidades dos seres humanos, levando-se em conta a restrição de outros grupos menos desenvolvidos (STEPAN, 2005, p.29).

Seguindo essas ideias e transformações dos discursos higiênicos e eugênicos, percebe-se que a matéria do jornal *A União* reflete num primeiro momento essa perspectiva da biologização dos indivíduos. No entanto, outras questões devem ser suscitadas, não apenas as ideias eugênicas como um reflexo europeu e/ou norte-americano para a seletividade e/ou o melhoramento dos seres humanos, como pontua o escritor numa parte da matéria, nem tampouco a recepção desta em outros espaços, como bem o apresenta.

Em meio a tais questões não desprezáveis, se faz necessário entendê-las a partir de um movimento circular e criador, pontuando como seus usos, ideias e propostas se manifestaram em território nacional. Para tanto, se pretende dialogar com as estratégias que atravessam as ideias explícitas, naquilo que está visível nas entrelinhas do discurso, como algo que foge ao que é rotineiramente visível, talvez porque outros ditos estejam embrenhados entre as falas dos discursos.

Desta forma, o exercício de análise aqui proposto tentará buscar aquilo que talvez seja recorrente ou mesmo visível ao longo dos textos e discursos que serão apresentados nas reportagens como o *corpus* documental sobre a eugenia na Paraíba.

Para tanto, as observações sobre esses discursos se constituíram a partir de práticas diversificadas de análise. Questão esta melhor esboçada a partir da leitura da obra *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault, sobretudo quando ele chamou por convenção esses

discursos de “estratégias”, esboçando, desta forma, duas dúvidas possíveis sobre suas formações e a possibilidade de descortiná-las na história:

Será por um determinismo que as encadeia, as torna inevitáveis, as chama exatamente a seu lugar, uma após outras, e, de fato, como as soluções sucessivas de um único e mesmo problema? Ou por encontros aleatórios entre ideias de origem diversa, influências, descobertas, clima especulativos, modelos teóricos que a paciência ou o gênio dos indivíduos disporia em conjuntos mais ou menos bem constituídos (FOUCAULT, 2000, p.71).

Essa noção esboçada por Michel Foucault sobre as formações estratégicas dos discursos evocados na história é um dos pontos centrais na formulação teórica desta pesquisa, sobretudo pela polissemia das matérias produzidas pelos periódicos tomados como fontes documentais para este estudo.

No entanto, outra questão deve ser levada em conta: a não produção aleatória desses textos. Por isso, entende-se também que essas reportagens não estiveram imunes ao tempo histórico, às lutas de poder entre os homens, e às condições pelas quais esses discursos foram fabricados, como bem pontua Danton Jobim, em seu livro *Espírito do jornalismo*, principalmente sobre as muitas questões sociais, políticas e culturais com as quais estavam envolvidos os produtores desses textos. Não por acaso, o autor coloca o jornalista como

alguém que observa o mundo e o seu funcionamento, que diariamente o vigia muito de perto, que faz ver e rever o mundo, o acontecimento. E não consegue fazer este trabalho sem julgar o que vê. É impossível. Em outras palavras, a informação objetiva é um logro total. Uma impostura (JOBIM, 2003, p.29).

Essas considerações tecidas por Danton Jobim sobre o lugar do jornalista como um indivíduo que produz vários tipos de discurso não pode ser desprezada nesta pesquisa, sobretudo porque o exercício historiográfico que segue essa observação também deve ser pensado a partir de determinados lugares, produções socioeconômicas, políticas e também culturais, como enfatizou Michel de Certeau ao declarar que essas observações implicam no lugar social dessas produções, como algo que nasce por meio de uma

elaboração circunscrita por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois submetida a imposições, ligadas a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia que lhe serão propostas (CERTEAU, 2002, p.66).

No entanto, a tentativa de esboçar esses discursos merece outros cuidados, sobretudo, como bem pontua Tânia Regina de Luca, com relação ao trabalho desenvolvido por Ana Maria de Almeida Camargo, intitulado *A imprensa periódica como fonte na história do Brasil* (1971, p. 225-239), afirmando que, ao se desenvolver um trabalho do qual se tem como fonte determinadas reportagens jornalísticas, corre-se risco de “buscar aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade” (DE LUCA, 2011, p.117).

Para não incorrer no risco exposto por Tânia Regina de Luca, buscaremos auxílio nas considerações ponderadas pelo historiador francês Michel de Certeau sobre o que ele considerou como as “maneiras de fazer”, pressupondo, dessa forma, que, entre as análises das diferentes matérias jornalísticas e a problematização dos discursos sobre a eugenia, coexistirá mesmo que microscopicamente uma distinção entre os discursos (CERTEAU, 2007, p.41).

Pode-se até suscitar que a escolha desse aporte teórico-metodológico incorre numa distinção entre as propostas lançadas por Michel Foucault e Michel de Certeau. No entanto, ao perceber que o primeiro fundamenta uma tentativa de difração das possíveis estratégias discursivas, Foucault bem pontua que o surgimento dessas inicia-se a partir de pontos de incompatibilidade que se formulam a partir de elementos opostos, que, por sua vez, se constituem a partir “das mesmas regras; cujas suas condições de aparecimento são idênticas; situam-se em um mesmo nível; e ao invés de constituírem uma pura e simples falta de coerência, formam uma alternativa” (FOUCAULT, 2000, p.73).

Dessa forma, percebe-se que, na tentativa de analisar os discursos sobre a eugenia na Paraíba, faz-se necessário, além da análise histórica sobre eles, pontuar os caminhos com que esses se formaram, de modo que se torna necessário fortalecer essa ideia observando o que Michel de Certeau chamou de uma *operação historiográfica*, como algo que tenta escavar os modos de proceder aos discursos como coisas que compõem as astúcias do limite de algo que transpassa um possível pensar vigilante sobre a reescrita do discurso (CERTEAU, 2007, p.42).

Assim sendo, buscaremos subsídios nesses dois pensadores para analisar as matérias jornalísticas e suas relações históricas, sociais e culturais em um dado tempo, percebendo, contudo, suas diferentes formas de representar o discurso sobre a eugenia na Paraíba.

Feito isto, após essas breves considerações sobre as relações entre os aportes teóricos, retomemos a discussão sobre as ideias permeadas no discurso sobre a eugenia na Paraíba, apresentando a sequência da reportagem do jornal *A União*, que diz o seguinte:

Para mim o erro primordial de Galton foi ver mais a *Biologia do que a Sociologia*. O homem nasce, vive e morre como um animal que é, mais não é possível esquecer, no estudo das condições de sua existência, que essas condições dependem tanto do ambiente físico como do social. A Biologia do homem está também subordinada a Sociologia; suas condições recíprocas favoráveis, o animal humano se compadece atrophia-se e perde tanto a força biológica com a capacidade de racional. O estudo da história da humanidade demonstra, por toda a parte esse principio. O homem só é feliz e sadio quando o ambiente social lhe é propicio. Como definir essas condições favoráveis? (A UNIÃO, 26 jul.1921,A.P.E.P, grifos nossos).

Observado o seguimento da matéria, é visível a busca por outros assuntos. A tentativa do autor nos parece, nesse segundo momento, querer transpor os fatores sociais sobre os assuntos biológicos da espécie. Uma discussão muito peculiar, que se chocava com uma dúvida naquela época: se determinadas disposições existentes nos seres humanos, como a inteligência, o crime, entre outros, eram inatos aos indivíduos, ou se essas *habilidades* se formavam a partir do meio social pela falta de condições básicas como higiene, saúde, etc.

Um debate que se conduziu desde os primeiros escritos de Francis Galton em meados do século XIX sobre a eugenia e suas contestações com o botânico suíço Alphonse de Candolle (1806-1893) a respeito da influência do ambiente social e sua importância para o desenvolvimento dos seres humanos (DIWAN, 2007, p.40).

Em resposta às duas primeiras obras escritas por Francis Galton sobre a eugenia – *Hereditary Talent and Character* (*Talento hereditário e caráter*), publicado em 1865 e *Hereditary Genius* (*Gênios Hereditário*), de 1869, que tratam respectivamente dos princípios eugênicos e da argumentação de que determinadas habilidades são inatas aos indivíduos –, o botânico suíço Alphonse de Candolle escreveu a obra *Histoire des sciences et de savants depuis deux siècles* (*História da ciência e dos cientistas durante dois séculos*) em 1873, questionando as formulações de Galton de que os caracteres e habilidades dos seres humanos ao invés de herdados eram adquiridos socialmente (DIWAN, 2007, p.40-41).

Segundo Francis Galton, os talentos dos indivíduos eram inatos, resultantes de uma hereditariedade eugênica que deveria ser preservada. Essa afirmação constata-se em sua descrição a respeito da eugenia, ao mencionar que os

vários tópicos mais ou menos conectados com aquele do cultivo da raça, ou, como podemos chamá-los, com as questões eugênicas. Isto é, com problemas relacionados com o que se chama em grego ‘eugenes’, quer dizer, de *boa linhagem*, dotado de *hereditariedade* com *nobres qualidades*. Esta e as palavras relacionadas a ‘*eugenia*’ etc. São igualmente aplicáveis aos homens, aos brutos e as plantas. Desejamos ardentemente uma palavra breve

que expresse a ciência do melhoramento da linhagem, que não está de nenhuma maneira restrita a união procriativa, senão especialmente no caso dos homens, a tomar conhecimento de todas as influências, que tendem em qualquer grau, por mais remoto que seja, dar às raças ou linhagens sanguíneas mais convincentes uma melhor possibilidade de prevalecer rapidamente sobre os menos convenientes, que de outra forma não haja acontecido (DIWAN, 2007, p.41-42).

Essas proposições de Francis Galton ganharam cada vez mais adeptos, sobretudo com o crescimento industrial de alguns países como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, entre outros, nos últimos decênios do século XIX e início do XX. Desse processo de industrialização surgiram também as preocupações com o crescimento das populações pobres, do alcoolismo, da loucura, das doenças e de outros comportamentos que se intensificavam com o contínuo processo de crescimento dos centros urbanos.

Sobre essas adversidades, construiu-se a ideia de que o crescimento dos problemas sociais consistia na multiplicação das *classes inferiores*, tais como os pobres, ladrões, loucos, entre outros, princípio que motivou a criação de determinadas instituições, como o Laboratório de Antropométrica Internacional, fundado em Londres por Francis Galton no ano de 1884. Um dos principais objetivos desse laboratório era recolher dados de homens e mulheres para a formulação de uma tabela nacional que distinguisse as pessoas mais aptas em termos de desenvolvimento e habilidades naquele país. A primeira coleta de dados feita pelo laboratório teve mais de 9 mil participantes, levando quase dez anos para ser concluída (DIWAN, 2007, p.42).

Voltarei a essas discussões teóricas e sociais sobre a eugenia mais adiante. O que nos importa nesse momento é perceber o tipo de discurso que foi noticiado na matéria do jornal *A União*. Um discurso que explicita a importância dos questionamentos sociais e higiênicos sobre o meio em igual ou maior importância do que as propostas eugênicas. Dessa forma, acreditamos na existência de uma estreita relação entre os discursos higienistas e eugênicos nessas discussões. Esse tipo de relação entre meio social, eugenia e higiene se aproxima da tese defendida por Nancy Stepan acerca dos “desvios” do pensamento eugênico (STEPAN, 2005, p.43).

Segundo Nancy Stepan, embora as discussões sobre a biologização da espécie humana estivessem acontecendo num movimento significativo em alguns países do mundo, como na Inglaterra, entre fins do século XIX e início do XX, as origens dos movimentos eugênicos no Brasil – inclusive com a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918) e a primeira da América Latina – “tinham menos relação com os acontecimentos europeus do que com fatores latino americanos” (STEPAN, 2005, p.45).

É por essa diferenciação de percurso, pelos desvios discursivos e entrelaçamentos de ideias e práticas socioculturais e históricas num dado tempo histórico, que Vanderlei Sebastião de Souza definiu a ideia de eugenismo brasileiro entre os anos 1910 e 1920 da seguinte maneira:

O caráter polimorfo que a eugenia brasileira adquiriu no final dos anos 1910 e durante os anos 1920, no nosso entender, foi fundamental para apressar sua inserção entre as discussões que formavam esse campo científico brasileiro. Se, por um lado, a eugenia não tinha nenhuma definição canônica sobre o seu espaço de ação exclusivo, por outro, o sucesso de sua recepção dependeu, ao menos inicialmente, dessa sua capacidade camaleônica e maleável de se adaptar aos diferentes projetos e interesses científicos, institucionais, políticos e sociais (SOUZA, 2006b, p.43).

É possível perceber, dessa forma, que os primeiros trechos da reportagem do periódico *A União* trazem uma discussão informativa sobre a eugenia verticalizada noutros assuntos: um discurso misturado com a necessidade de transformação de um espaço propício para o bem-estar social em igual ou maior importância do que a discussão eugênica voltada para a biologização da espécie humana. Esse elemento é mais esclarecido no decorrer da publicação, ao informar que a

estabilidade da estrutura social, estabilidade que é produzida por sua vez pela estabilidade da produção, distribuição e consumo. Quando se rompe esse equilíbrio o animal humano sem poder satisfazer toda a sua condição physica, intellectual e moral, se resente. Há doenças, depauperamento de raças e de indivíduos unicamente proveniente dessa quebra de harmonia entre as necessidades e consumo e a capacidade de produção (A UNIÃO, 26 jul.1921, grifo nosso).

Ao detectar essas informações, nos deparamos com algumas interrogações: o que o autor quis dizer ao suscitar a importância dos aperfeiçoamentos do(s) espaço(s) para a realização da eugenia? Que relação tem esses discursos com as questões primeiras ligadas ao melhoramento estético, a biologização da espécie humana? Ao continuar a leitura, percebemos que o autor dá sequência ao texto, informando que:

A história antiga mostra como *as elites* se foram esgotando quando o meio social não pode alimentar como a fraqueza dessas elites que mantinham o equilíbrio do povo, enfraqueceu. *O camponês* de algumas regiões europeias conserva seu vigor physico, mesmo com relativa pobreza, porque pertence a uma sociedade, a uma comunhão social perfeitamente harmônica. *Nas zonas em crise e desequilíbrio econômico e depauperamento physico consequente. Nos somospaíses sul-americanos o phenomeno é mais patente. No Brasil o problema do sertão é também um problema de readaptação do homem ao*

ambiente que elle precisa crear (A *UNIÃO*, 26 jul.1921,A.P.E.P, grifos nossos).

A melhoria dos espaços urbanos teria como consequência, para ele, o avanço social, questão percebida por intermédio das considerações do escritor, visto que o discurso eugênico cede ou mistura-se com outras questões consideradas patentes, tais como o desequilíbrio econômico, o problema de saúde como consequência do depauperamento físico e a necessidade de criar mecanismos que melhorassem as condições do meio, dentre outras ações necessárias.

Diante dessas informações apresentadas pelo autor, observamos que, no mesmo ano da matéria, o relatório do então Governador do Estado, Sólon Barbosa de Lucena, anunciava uma preocupação tangente a respeito dos débitos deixados pelo Governo do Estado com relação às obras de saneamento na capital, sobretudo no sistema de abastecimento de água, resumindo suas atuações a pequenos serviços de conservação¹³.

Talvez essa preocupação estivesse relacionada às modificações buscadas pelos governos em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX com relação à necessidade de (re)construir os espaços urbanos em detrimento, por exemplo, das novas teorias sobre a origem e a propagação das doenças, da degeneração da sociedade, visto que esses males endêmicos segundo as ideias da época, estavam diretamente ligados aos problemas do espaço urbano, a falta de higiene e a determinadas práticas antigênicas (SÁ; MAIA, 2010, p.83).

No mesmo relatório, o então governador da Paraíba Sólon de Lucena apresentava outros problemas relacionados à saúde pública que também aviltavam o estado, sobretudo pela dificuldade de aplicar medidas profiláticas em algumas partes da capital do estado e nas regiões interioranas, em alguns casos como reflexo do descaso dos poderes municipais ou pela própria ignorância da população rural.

Situação distante do que esperavam naquela época os administradores públicos, as conjecturas tecidas na matéria sobre o discurso eugênico misturam-se à premissa de que os espaços urbanos deveriam passar por incrementos de saneamento e melhoramento de suas condições de higiene, de modo que viesse garantir e aperfeiçoar as condições sociais para o desenvolvimento da nação.

Esse tipo de ideia contida na matéria pode ser compreendida, por exemplo, a partir do que Lucia Lippi de Oliveira informou sobre o pensamento intelectual nos primeiros anos

¹³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo presidente do Governo do Estado Dr. Sólon de Lucena (1921, p.25).

da República, como algo que emergia independente da formação profissional ou da localidade de atuação deste. Segundo ela, pressupunha aos intelectuais brasileiros desse período a busca pela compreensão dos problemas do país de forma a buscar hipóteses para solucioná-los e disseminar suas ideias mediante aspirações nacionais, governamentais e também políticas (OLIVEIRA, 1990, p.187).

Sobre este assunto, identificamos, neste mesmo período, que um dos mais estudados personagens do movimento eugênico no Brasil até então, o médico paulista Renato Kehl¹⁴ (1889-1974), declarou, nos primeiros anos da República, que, para se chegar ao progresso da nação, era preciso solucionar os entraves das *endemias crônicas* e dos *vícios sociais* contidos em grande parte da sociedade, fator esse que levava a população brasileira a degeneração física e moral. Questão esta que pode ser observada numa ilustrativa declaração do médico paulista quando afirmou que:

No Brasil a preocupação máxima deve ser sanear e eugenizar, isto porque o nosso país está completamente infestado por inúmeras endemias como a paludic, a moléstia de Chagas, helmintoses, a syphilis, o trachoma acarretando a degeneração rápida do nosso povo. É de notar que nada se tenha feito, até pouco, para sanear o território pátrio povoado de inúmeros doentes, imbecis productos de cruzamentos heterogêneos, com a mescla de sangue de raças tão diversas. [...] Precisamos, pois sanear o Brasil e ao mesmo tempo eugenizar-o educando o povo nos são princípios da hygienephysica e moral (KEHL, 1923b, p. 52).

Compreendendo as ideias defendidas por Renato Kehl, era notório, segundo ele, visualizar a necessária atomização das várias instituições, tais como a escola, a imprensa e o

¹⁴Renato Ferraz Kehl (1889-1974) nasceu na cidade de Limeira no Estado de São Paulo. Foi um dos maiores divulgadores dos preceitos eugênicos no Brasil nas três primeiras décadas da República. Filho de Joaquim Maynert Kehl e Rita de Cássia Ferraz, Renato Kehl se graduou em Farmácia (1909) e seis anos depois recebeu o diploma de médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1917, após aceitar um convite de dois empresários norte-americanos, divulga sua primeira palestra sobre a Eugenia na então Associação Cristã de Moços em São Paulo. Essa conferência posteriormente foi transformada em texto pelo *Jornal do Comercio* no ano de 1919. Boa parte dos pesquisadores desse personagem costuma afirmar que o pensamento eugênico de Renato Kehl passa por duas fases. Uma primeira de ordem *preventiva*, quando reflete um tipo de eugenia voltada para as ações de higiene, educação e saneamento das chamadas *classes disgênicas*. E o segundo momento, quando desenvolve uma perspectiva mais *radical*, defendendo medidas restritivas de controle de natalidade, dos casamentos de pessoas considerados disgênicos como os pobres, loucos, negros e doentes. Esse momento mais radical da eugenia defendido por Renato Kehl surge, entre outros motivos imperceptíveis, após seus contatos com a Alemanha nazista em fins da segunda década do século XX, período no qual divulga seus preceitos sobre a eugenia como os *mais radicais* no *Boletim de Eugenia*, periódico encarregado na época de publicar os concursos de eugenia, anúncios, bibliografias, pesquisas recentes e reflexões sobre o tema. O *Boletim de Eugenia* foi editado entre 1929 e 1930 sob a direção e propriedade do próprio Renato Kehl. Para maiores detalhes sobre o personagem e seus estudos, ver: SOUZA (2006a); DIWAN (2007).

próprio governo, a propagar e conscientizar a população acerca das *verdades eugênicas*, sobretudo por uma questão de luta contra os *males universais* que devastavam o Brasil naquela época.

Dessa forma, em meio a essa junção de propostas sobre os problemas e as possíveis soluções que permeavam a nação, acreditamos que o pensamento eugênico nos primeiros anos da República no Brasil foi associado às propostas higienistas que viriam elaborar soluções, mecanismos e técnicas para sanar as endemias, disciplinar certas práticas e discutir as más condições de vida da maioria das pessoas que viviam no campo ou nas zonas periféricas das cidades.

Bastava, portanto, tornar prática as ideias que ecoavam no Brasil. Esse era o pensamento de alguns intelectuais da eugenia como médico Renato Kehl, que em uma de suas conferências sobre o tema, declarou na cidade São Paulo, em meados de 1917, fazer-se necessário

Cumprir e ecoar por este grandioso Brasil as vozes que na Europa e América já foram ouvidas; cumpre-se, como disse Roosevelt, “dar combate ao assassino da raça”. Saneiem-se os focos endêmicos, debelem-se as endemias que assolam a nossa pátria de norte a sul, façamos repercutir as ideias eugênicas de Galton, multipliquem-se os cultores da ciência do bem geral, dessa grandiosa edificação protetora das raças do futuro [...]. Pratiquemos as suas regras para o revigoração da população brasileira [...]. Prossigamos, pois, na cruzada encetada, divulguemos os princípios eugênicos, e os veremos triunfar [...] (KEHL, 1919, p.72).

O que se percebe nesses primeiros anúncios é que o pensamento eugênico nos anos iniciais do século XX foi compreendido de forma associada a outras questões de cunho social, sobretudo atrelado aos preceitos higienistas, o saneamento e a educação. Essa constatação fundamenta-se na declaração de Vanderlei Sebastião de Souza, que norteia a eugenia no Brasil como “um movimento de ideias que promoveu uma ampla discussão sobre projetos de reforma social que mobilizou vários setores da sociedade, especialmente os intelectuais e políticos ligados ao discurso médico” (SOUZA, 2006a, p. 41).

Feitas essas primeiras considerações sobre as questões que norteiam o desenvolvimento da pesquisa, seus percursos teóricos e metodológicos, bem como uma análise prévia sobre a eugenia e o higienismo a partir da primeira matéria do jornal *A União*, passamos a discutir os porquês de sua escolha e a importância de desenvolvê-lo para as pesquisas relacionadas ao tema no Brasil.

1.2 A ESCOLHA PELO TEMA

A preferência pelo tema caminha conosco desde meados de 2009, ainda na graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Ao longo dos semestres, constatamos que, no decurso de nossas peregrinações pelos corredores do *campus* e nos debates acadêmicos, das disciplinas obrigatórias às optativas, várias propostas de estudo eram oferecidas.

Entretanto, algo nos inquietava, faltava algo que os temas relacionados às disciplinas ofertadas não conseguiam suprir. Sentimos então a necessidade de ir além, era preciso percorrer outros bosques da história, caminhar por desertos não conhecidos em busca talvez do oásis que saciasse essa necessidade.

Foi quando, em meados de 2010, ao concluirmos um curso de Especialização em História das Culturas Afro-brasileiras, interessamo-nos pelas temáticas relacionadas à história do Brasil, da escravidão, bem como pelas discussões que permeavam as ideias políticas e discursos científicos emanados pelas questões raciais no trânsito do Brasil Império para a República.

Entre as temáticas estudadas, uma que nos chamou atenção foi eugenia: esse ideal científico criado em fins do século XIX e que ganhou força nos primeiros decênios do século XX. O interesse pelo tema cresceu ainda mais após a leitura de algumas obras do gênero, como o livro *Melharemos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem*, obra escrita pelo médico paulista Renato Kehl, onde trata sobre as ideias e práticas eugênicas a serem implantadas no Brasil como uma espécie de religião a ser seguida pela humanidade naquela época (KEHL, 1923b, p.VII).

Mediante essa obra, dentre outras, como o importante livro escrito por Ângela Alonso, intitulado *Idéias em movimento*, no qual a autora trata do influxo de ideias políticas, ideológicas e culturais importadas do exterior e permeadas/modificadas no Brasil a partir de 1870, começamos a nos interrogar sobre o assunto: como a eugenia foi recepcionada no Brasil? Quem divulgou essas ideias? E na Paraíba, especificamente, existia/ocorreu alguma discussão sobre o tema? Foram essas as primeiras interrogações que nos fizeram pensar sobre o projeto.

Enunciado o interesse e as curiosidades pelo tema, faltava-nos um projeto, uma definição de como avançar nas pesquisas documentais e formalizar o projeto de pesquisa. Após inúmeras buscas nos arquivos, especialmente no Arquivo Público da Paraíba e na Fundação Oswaldo

Cruz no Rio de Janeiro, nascia o projeto de mestrado intitulado *Para a melhoria da raça e a civilização do povo paraibano: Discursos eugênicos e higiênicos na Paraíba (1914-1921)*.

Definido o tema, sua importância, as justificativas do recorte temporal e os referenciais teóricos e metodológicos, o desafio agora perpassa pela problematização e análise dos discursos higiênicos e sobre a eugenia, mas não com o objetivo de buscar suas *verdades eternas*, ou algo sobre seu(s) surgimento(s), ou, ainda, como eles se constituíram ou foram pensados por determinados teóricos. O que se pretende é analisá-los como uma junção de propostas que ganharam ares de *cientificidade* em fins do século XIX e início do século XX no Brasil, mas especificamente nas matérias dos periódicos apresentados na Paraíba.

1.3 DAS QUESTÕES SUSCITADAS NA PESQUISA

Acreditamos ser importante buscar outros elementos que abordem a dimensão e importância do tema. Fazendo isso, tentaremos enquadrar o discurso higiênico e a eugenia na ótica das ideias edificadas num tempo histórico, construídas não aleatoriamente, mas a partir das lutas, dos afrontamentos e de outras possibilidades que fomentam e perscrutam as bases do saber histórico (re)produzido(s) a partir de certas inquietações que canalizavam/canalizam os saberes que envolvem a história em seus jogos de verdade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.165-167).

Dessa forma, pensar uma discussão deste teor, sobre a eugenia na Paraíba, é refletir também sobre esse discurso como uma estratégia de poder travestida de discurso científico, que conseguiu arregimentar/criar várias outras ideias além da discussão racial: sejam elas voltadas para os campos dos debates/divergências intelectuais sobre a miscigenação, dos ideais de nação e progresso a serem alcançadas em meados do século XX pelo Brasil, ou mesmo norteadas pelas necessidades de saneamento e higienização dos espaços urbanos.

Ao perceber esses encontros e reproduções de saberes num dado tempo histórico, acreditamos que nossa pesquisa se aproximará daquilo que Elio Chaves Flores sugeriu como “a procura de inventariar a articulação entre o processo histórico e a produção, transmissão e recepção do conhecimento histórico” (FLORES, 2007, p.84), que ele conceitua como a expressão da cultura histórica, que é a área de concentração da Pós-Graduação de História da Universidade Federal da Paraíba, programa ao qual estamos vinculados para a produção desta pesquisa.

Desta forma, tem-se como meta, nesta pesquisa, caminhar pelas trilhas certas e também incertas do fazer historiográfico, sobretudo pela certeza de que, ao adentrar nesse *campo de batalha*, seremos desafiados em pleno “coliseu” engendrado pelos jogos de verdade a combater ideias construídas e guerrear contra os saberes discutidos e produzidos de várias formas, por outros indivíduos que já passaram no tempo e discutiram sobre o tema.

Acreditamos que essa tarefa sustenta-se na tentativa de apreender os discursos sobre a eugenia na história e fazê-los “exalar” suas *manifestações mais incertas*, na medida em que as relações de poder desses discursos estavam possivelmente sujeitas a dispositivos e estratégias discursivas em sua maioria nunca emitida desinteressadamente.

Sugestionamos que as manifestações incertas, norteadas por esses discursos, muitas vezes envolviam alguns fundamentos regidos ou envolvidos por intencionalidades nem sempre visíveis nas relações sociais e políticas, sobretudo porque muitas vezes aquilo que se pretende dizer não pode ser dito com meras palavras, porque em sua maioria os discursos e as estratégias na história não fluem despercebidos, eles não são “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2006, p.10).

Portanto, é diferente de uma ordenação linear ou de uma busca pelas origens dos discursos sobre o eugenismo na Paraíba. Ao contrário, a discussão proposta nessa pesquisa buscará nos discursos uma possível confluência de estratégias nem sempre contínuas, que em muitos casos atravessam e voltam com outras tantas questões no tempo, que trazem e deixam no meio do caminho certos indícios, deslocamentos, reinterpretações de uma época para outra.

Como já foi discutida anteriormente, a documentação que trata o assunto perscruta outras questões, que não apenas o melhoramento da espécie humana pelas práticas seletivas e biológicas. Portanto, entre os discursos históricos a serem apresentados, acreditamos que um dos mais comentados foi o discurso do ponto de vista médico, sobretudo pelo trânsito de “mão dupla” que esse exerceu nas relações com as comunidades pobres, as elites políticas e intelectuais no Brasil, como será visto mais adiante.

Para tanto, salientamos de antemão que, por trás dos discursos da medicalização dos corpos, da cura das doenças que aviltavam o país nos primeiros anos da República e pela busca de melhores condições de vida, as falas da medicalização social se constituíram também como uma categoria de saber influente para uma nação que buscava desde meados do

século XIX a civilização¹⁵, o progresso e uma reforma dos costumes, como aponta Alisson Eugenio:

No Brasil, desde pelo menos a transferência da sede da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, essa pressão também pode ser observada sendo a elite médica que aqui atuou no século XIX um dos setores da sociedade que mais se empenharam para combater práticas interpretadas como bárbaras, sobretudo em matéria de salubridade. Isso porque a péssima situação sanitária da população, conforme a percepção dos que tinham a incumbência de melhorá-la, entre os quais os chefes de governo, estava há muito tempo, segundo testemunho, por exemplo, do então presidente a Província de Minas Gerais, Antonio da Costa Pinto, impresso no seu relatório enviado à Assembleia Legislativa em 1837, “roubando à sociedade um numero considerável de indivíduos” (EUGENIO, 2010, p.147).

Na Paraíba, em fins do século XIX, a busca por essas insígnias da modernização, por exemplo, ao que se percebe, seguiu outro rumo, se comparado a outras regiões do Brasil. Mesmo diante da expansão da atividade açucareira, por exemplo, que atomizava um desenvolvimento econômico considerável para a época, segundo Diana Galizza, esse desenvolvimento se constituiu de forma fragmentária¹⁶. Outras práticas, como a produção algodoeira, constituíram-se como uma espécie de desenvolvimento às avessas, diante dos desníveis socioeconômicos e históricos do futuro estado (GALIZZA, 1993, p.20).

No entanto, tomamos como referência a noção de modernidade já apresentada para embasar essas transformações, não como uma questão de causa e efeito, mas como uma projeção de verdade construída num determinado tempo histórico que se estabelece como autêntica. Por isso, é necessário perceber que esses desníveis se constituíram no desenvolvimento dos *discursos de verdade* que estão em constante mutação histórica.

¹⁵ Sobre a busca pela *civilização*, buscamos compreender, a partir de Norbert Elias, que esse processo se constituiu a partir de uma complexa rede de condutas, sentidos e transformações num dado tempo histórico em progressão a um ponto específico. Entretanto, salienta Elias, que nada indica na história que essas transformações se deram de forma planejada e/ou arquitetada por pessoas dotadas de uma racionalidade num determinado tempo, e muito menos a partir de uma “mera consequência de mudanças caóticas e não estruturadas”. O processo civilizador seria então os “planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente que se entrelaçam de modo amistoso e hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isoladas, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa independência de pessoas surgem uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa a ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador” (ELIAS, 1994, vol 1, p.193-194).

¹⁶ Diana Galizza (2010) se apropria do conceito *modernização fragmentária* pensado pelo geógrafo holandês Jan Hinderink (1975), que problematiza o desenvolvimento social a ser alcançado a partir de metas específicas, porém limitadas, ou seja, mesmo diante das ações de desenvolvimento e produção, o processo se constituirá de forma parcial para uma maioria sociedade. Portanto, a modernização pensada nesse quesito visa acentuar algumas mudanças parciais, mas acentua outros impasses como o crescimento das desigualdades, alijadas a um desenvolvimento que evidencia as disparidades socioeconômicas, o aumento do desemprego e da pobreza e de outros desníveis sociais e econômicos.

Deste modo, em detrimento dessas diferentes realidades históricas, percebemos que o pensamento médico no Brasil e, especificamente, na Paraíba, pode ser pensado a partir de inúmeras (re)leituras voltadas para ações de civilidade, muitas vezes dependentes de uma gama de discursos arquitetados pelos homens e mulheres ao longo da história. Ações voltadas de acordo com as situações sociais construídas historicamente e internalizadas no seio da sociedade, evocando vez por outra arquétipos de realidades históricas num tempo.

Por isso, o desafio de problematizar os discursos sobre a eugenia na Paraíba através das matérias jornalísticas nas primeiras décadas do século XX é, antes, uma tentativa de evocação e esforço dos discursos sobre o tema produzidos num dado tempo histórico. Para tanto, teremos como auxílio uma breve seleção de obras sobre o tema, a ser apresentada no tópico seguinte.

1.4 DISCUSSÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A EUGENIA E O HIGIENISMO NO BRASIL

Muitas pessoas têm não mais que uma vaga lembrança do termo “eugenia” e com frequência se veem em apuros para dizer precisamente o que ele significa. Uma ideia e um movimento que um dia ecoaram fortemente em todo o mundo praticamente desapareceram das vistas do público. Há boas razões históricas e morais para esse desaparecimento, sendo a principal delas a ligação entre a eugenia e os revoltantes atos dos nazistas, que “em nome da eugenia”, esterilizaram a força milhares de pessoas (1% da população da Alemanha) (STEPAN, 2005, p.12).

Conhecer a eugenia como um ideal histórico esboçado e disseminado num determinado tempo não é uma tarefa fácil ou muito explícita, sobretudo pela dimensão histórica, cultural e social com que essa noção de ciência percorreu em diferentes países que a conheceu ou teve notícias de seus pressupostos. Um dos tabus para esse desconhecimento está na proposição acima descrita pela historiadora norte-americana Nancy Stepan.

Em seu livro *A hora da eugenia: raça, gênero e nação latina*, a autora norteia um desconhecimento mais amplo do discurso eugênico por parte das pessoas em detrimento das brutalidades cometidas pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Fator pelo qual varreu o termo eugenia das “vistas públicas”.

No entanto, não desprezando a importância e as repercussões desse acontecimento para a história, a autora questiona esse tipo de associação generalizadora entre a eugenia e o nazismo por duas questões. A primeira porque oculta o percurso histórico da eugenia em

comparação ao nazismo, pensando a mesma como uma ideia construída num momento outro, num espaço diferente da Alemanha e por motivações diferenciadas. Em segundo lugar, por não verificar as formas “contextuais” com que a mesma se projetou noutros países, em especial nos da América Latina (STEPAN, 2005, p.13).

A discussão proposta no presente livro não exclui os debates primeiros relacionados às questões raciais e à tentativa de implantação de um projeto eugênico nos países da América Latina voltado para a seletividade da espécie humana; no entanto, o mais importante no estudo da eugenia, segundo a autora, é “capturar a eugenia ordinária e seus significados sociais”, sobretudo porque “em alguns aspectos, estudar a eugenia em suas formas não nazistas pode ser mais importante porque a eugenia nazista foi tão brutal, tão excessiva e tão aterrorizadora que é tentador encará-la como uma aberração histórica” (STEPAN, 2005, p.15).

A partir dessa compreensão traçada pela autora, faz-se necessário buscar outras formas de discussão sobre a eugenia, não ficando a mercê do discurso comum que se têm sobre a mesma, associada às formas como ela se processou no período que tange às duas Grandes Guerras Mundiais que marcaram o século XX.

Para além desse conhecimento quase que internalizado, percebe-se que outras estratégias foram pensadas a partir da eugenia, estratégias essas que serviram como uma espécie de discurso fluido e/ou movediço, que foi pensado no Brasil, por exemplo, não como uma reprodução pura e engessada, desprezando questões históricas, políticas e culturais de uma dada região, bem “como os objetos de estudo em si mesmos, e às formas como essas tradições conformam o significado atribuído às ideias” (STEPAN, 2005, p.11).

Em meio a essas necessidades de diferenciar o ambiente ao qual o discurso eugênico foi associado, percebe-se que o Brasil, nas últimas décadas do século XIX, buscava solucionar o problema da miscigenação racial pensando em alguns fins como o branqueamento da nação, visto que a mistura das raças era vista como um entrave para o progresso, argumento defendido por alguns intelectuais como o jurista Oliveira Vianna, que apresentou, em estudos como *A evolução do povo brasileiro* (1920) e *Raça e assimilação* (1934), explicações tais como a tese de que a maioria da população brasileira já nascia doente, e que o processo de miscigenação foi um mal desde a colonização (MOURA, 1990, p.201).

Outros intelectuais brasileiros¹⁷, como Renato Kehl, viram a eugenia como uma

¹⁷ As discussões sobre a eugenia no Brasil arregimentou conhecidos intelectuais, que aderiram ao pensamento eugênico como um dos escapes para a salvação e/ou progresso da nação brasileira. Além do médico Renato

política de antídoto para a nação diante dos entraves históricos por ele observados. Na pretensão de discutir não apenas o pensamento intelectual/biográfico desse apologista da eugenia, Vanderlei Sebastião de Souza desenvolveu, em meados de 2006, um importante estudo intitulado *A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*, no qual trata do projeto eugênico pensado pelo médico paulista como uma solução não apenas política, mas também cultural para a nação brasileira.

A partir desse estudo desenvolvido por Vanderlei Souza, perceber-se a valorização intelectual e o engajamento político com que Renato Kehl desenvolveu suas ideias, propostas e projetos nos primeiros anos da República, sobretudo no intuito de materializar seus argumentos em prol do progresso da nação, tão pregado pelas elites intelectuais que muitas vezes assumiram papéis no campo político naquele período (ALONSO, 2002, p.30).

No entanto, é também percebida na presente pesquisa desenvolvida por Vanderlei Souza a visível mobilidade do discurso eugênico tecido por Renato Kehl, podendo ser visto inicialmente como um discurso preventivo, voltado para as noções de saneamento, higiene e educação eugênica, como ele chama a eugenia preventiva, convocando, em sua época, todos os idealistas e simpatizantes do projeto eugênico para “praticar a Eugenia nas suas outras faces, como o combate ao impaludismo, à doença de chagas, as verminoses, o que consistia numa necessidade premente e patriótica” (KEHL, 1923, p.40).

Solucionado esses entraves, Renato Kehl acreditava enfim que o povo brasileiro poderia, no futuro:

Attingir o mais alto grau de aperfeiçoamento moral e intelectual alcançado por qualquer outra raça. Si elle está em grande parte apathico, atrasado, é porque está doente, porque deizaram-n’o a mercê da ignorância, porque o caboclo, infelizmente não conhece ainda as leis que regem a saúde (KEHL, 1923b, p.43).

Outra importante obra sobre as práticas eugênicas no Brasil foi a pesquisa *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*, desenvolvida por Vera Regina Beltrão Marques em meados de 1994. O livro oferece um arcabouço importante sobre as práticas eugênicas, voltando sua atenção para a educação.

Ao apresentar os pressupostos biológicos da hereditariedade, sobretudo nos estudos trilhados por Francis Galton, seus adeptos e o modo como essas teorias influenciaram potencialmente o pensamento educacional brasileiro com as devidas adaptações ao momento

Kehl, poderíamos citar o escritor Monteiro Lobato (BIZZO, 1995, p.47); o educador Fernando Azevedo (GÓIS JUNIOR, 2009, p.47) e o médico e antropólogo Edgar Roquette-Pinto (DIWAN, 2007, p.93).

histórico do Brasil nas primeiras décadas do século XX, a autora levanta outra importante questão, a qual diz respeito aos caminhos percorridos pela elite política e sua estreita relação como os intelectuais brasileiros adeptos das ideias eugênicas.

O livro *O espetáculo das raças*, escrito pela antropóloga Lilian Moritz Schawrcz no ano de 1993, também suscita importantes considerações sobre a eugenia, sobretudo por dialogar com a problemática discussão da miscigenação no Brasil a partir das teorias científicas, que foram adaptadas de forma particular a um momento histórico, social e cultural num Brasil em trânsito do Império para a República (SCHWARCZ, 1993, p.43). A autora discute questões emblemáticas como o nacionalismo, as teorias da medicina legal e a eugenia, e é possível ainda visualizar como esses entraves dialogaram com o discurso eugênico a partir das elites políticas e intelectuais para o seio social naquela época.

Fugindo dos modelos anteriores, André Mota desenvolveu uma importante pesquisa sobre a eugenia no Brasil, aproximando a relação entre o eugenismo e o discurso sanitário nos primeiros anos da República, especialmente na cidade de São Paulo. Intitulado *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*, o livro foi editado em 2003 e permite ao leitor “casar” essa relação muito próxima entre uma “higiene que pretendia alcançar um domínio total quer do homem em todas as suas dimensões individuais e sociais, quer do meio em que ele estaria inserido” para com isso embasar “as estratégias eugênicas formuladas no Brasil, advindas do campo de ação da higiene” (MOTA, 2003, p.43).

Relacionando essas discussões sobre o discurso higiênico e a eugenia no Brasil, merece destaque ainda a recente pesquisa desenvolvida por Azemar dos Santos Soares Júnior, o qual desenvolve um importante estudo sobre a higienização do corpo na cidade da Paraíba. Intitulada *Corpus hígidos: o limpo e o sujo da Paraíba (1912-1924)*, o presente trabalho preocupa-se mais com os dispositivos higiênicos que moldaram os sentidos e as práticas sociais da Paraíba no período que compreende a Primeira República.

No entanto, dispõe-se, ainda neste estudo, de um tópico intitulado *A eugenia e a educação higiênica*, na qual o pesquisador procura desenvolver uma visão sobre a eugenia nos primeiros anos do século XX, caminhando pela construção dos sentidos e práticas da educação higiênica. Declarando o autor que “a eugenia vai se aproximar do higienismo e contribuir para a difusão não apenas do clareamento da população, mas por uma revolução sanitária e de higienização do corpo” (SOARES JÚNIOR, 2011, p.97), percebe-se que a eugenia foi norteadada muito mais como uma composição da discussão central proposta na pesquisa, que é a da higiene dos corpos, do que como um pressuposto científico de consideráveis repercussões, como já fora exposto.

Diante das pesquisas analisadas, nossa proposta de trabalho aproxima-se dos debates apresentados. Para tanto, na medida em que for necessário, nos aproximaremos das argumentações propostas por outros estudiosos sobre o tema. Passamos agora para a estruturação da pesquisa.

1.5 A ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO

Feitas as considerações iniciais do que se propõe a desenvolver na presente pesquisa, e depois de discutir o interesse, as contribuições e o que já foi produzido sobre o higienismo e a eugenia em seus mais diferentes aspectos, segue a estruturação dos capítulos subsequentes deste trabalho acadêmico.

No segundo capítulo, intitulado *Teorias científico-racialistas e suas recepções no Brasil em fins do século XIX e início do século XX*, tentaremos discutir como as analogias entre ciência e a questão racial foram construídas em meados do século XIX e início do XX, de modo que, nesse exercício, analisaremos a chegada e a divulgação do pensamento eugenista no Brasil e sua interpretação até meados da segunda década na República.

Após discutir essa relação entre ciência, raça e a recepção da eugenia no Brasil, apresentaremos, no terceiro capítulo, intitulado *Discursos Higienistas e a Eugenia na Paraíba (1914 – 1921)*, o estado da Paraíba no período que compreende as duas primeiras décadas da República; na sequência, analisaremos as reportagens sobre os temas da higiene e da eugenia presentes nos periódicos selecionados.

CAPÍTULO II

TEORIAS CIENTÍFICO-RACIALISTAS E SUA RECEPÇÃO NO BRASIL

Perdido nesta grande terra, rica de florestas e rios magníficos, sem iguaes no mundo – esse povo que deveria ser o mais feliz do planeta, porque tem como pátria a mais rica dádiva celeste, que é este Brasil, - *vem vivendo doente, pobre, mirrado, no mais absoluto ostracismo, abandonado completamente, oposição clássica em que geralmente se costumam pintar os Geca-Tatus*. Estamos n'uma era de *redempção higienica*. A par do saneamento (*sanear corresponde a praticar a eugenia preventiva*) – precisamos praticar a Eugenia nas suas outras faces, combater o impudismo, a doença de Chagas, as verminoses, o que constitui uma necessidade premente, patriótica, impreterível. Curamos deste modo a doença, e evitamos o augmento das degenerações (KEHL, 1923b, p.40, grifo nosso).

2.1 IDEIAS SOBRE A DEGENERAÇÃO SOCIAL E O EVOLUCIONISMO EM FINS DO SÉCULO XIX

As considerações apresentadas por Renato Kehl em sua obra, *Melharemos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem* (1923), representa uma das formas de pensar a sociedade brasileira naquele período. Para ele, embora o Brasil fosse uma terra cujas riquezas eram imensuráveis, o povo brasileiro, ao contrário, se encontrava *degenerado* pela pobreza, pela preguiça, pela prática do alcoolismo, entre outras mazelas, como acentuou o médico paulista.

Essa visão estabelecida por Renato Kehl expõe historicamente uma das interpretações sobre o Brasil naquele período¹⁸. Compreensão essa que buscou transferir os supostos entraves existentes no país, antes entendidos como congênitos da espécie ou decorrentes do clima, para uma noção que partia da aquisição de determinadas chagas

¹⁸ Para uma compreensão mais detalhada a respeito do pensamento social e a questão racial no Brasil de 1870 a 1930, veja: SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Lobato, os jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm>. Acesso em 01 nov. 2013.

biossociais que infectavam a sociedade, ou seja: o país não era doente congenitamente, mas estava doente, portanto, precisava ser *curado* (STANCIK, 2005,48).

Para solucionar essas *ditas disfunções degenerativas*, Renato Kehl conclamou em sua obra *Melhoremos e prolonguemos a vida*, que a *eugenia* fosse usada pela sociedade em outras faces, como nas práticas higiênicas, na educação das crianças, nas práticas de saneamento, como se fossem técnicas de melhoramento social. Essa forma de compreender a eugenia contrastou com certos procedimentos e controvérsias que marcaram esse ideal científico no Brasil até a segunda década dos anos 1920, como veremos adiante.

Mas antes de falar sobre essas modificações no cenário social brasileiro, as compreensões sobre a degeneração social procediam de outras teorizações científicas e é com esse assunto que iniciaremos a discussão, de forma a compreender como a eugenia surgiu no embate dessas ideias produzidas em meados de 1870, e como se processou a sua recepção no Brasil.

Desse modo, inicio a discussão do presente capítulo apresentando o trecho da obra *O eugenismo*, de André Pichot, que trata do tema da eugenia e de outras especulações produzidas pelo pensamento científico entre fins do século XIX e início do XX, que diz o seguinte:

No fim do século passado e no princípio do nosso século, degenerava-se bastante; era moda, tantos nos consultórios médicos como nos salões. *Degenerava-se por doença* (Tuberculose, sífilis malária, etc), ou por intoxicação (O etilismo mundano e o alcoolismo proletário, o abuso do ópio e outras drogas). *Degenerava-se também por consanguinidade* (as famílias reais davam o exemplo com os seus hemofílios) ou então por mestiçagem (a colonização tinha multiplicado os contactos com os negros e os amarelos; a arte negra estava para chegar logo seguida da arte «degenerada»). *Degenerava-se por causa do declínio da civilização* (as boas maneiras perdiam-se com o avanço da industrialização e do proletariado) por excesso de civilização (os preciosismos de Oscar Wilde, as evanescências do simbolismo ou os arabescos da Arte Nova, tudo denunciava uma cultura que se extenuava num refinamento mórbido). Em breve se degenerava por uma razão ou por outra, mas, fosse lá pelo que fosse o que é certo é que se degenerava (PICHOT, 1995, p.13, grifos nossos).

A extensa citação descrita pelo historiador francês André Pichot apresenta-nos uma questão emblemática que, desde meados do século XIX, os homens viam emergir no seio da sociedade ocidental. Como já disse Lilia Moritz Schwarcz (2000, p.10-11), é sempre bom repensar a transição do século XIX para o XX, sobretudo pelo fato de que “nesses momentos, utopias e prognósticos falam do futuro, se debruçam sobre o porvir, como se realidade e representação caminhassem lado a lado”.

Seguindo essa reflexão, é observado por alguns pesquisadores que, desde 1850, na medida em que países como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, entre outros, apresentavam seus prognósticos sobre os *avanços tecnológicos* científicos, fortaleciam-se também discursos sobre a civilização, dos quais decorrem os primeiros resultados com o aparecimento das primeiras ferrovias, das inovadoras máquinas industriais com seus estratégicos sistemas de produção em massa, ou mesmo das novas descobertas da medicina, que começava a combater as epidemias por meio das frentes de vacinação; além disso, emergia também uma espécie de *discurso pessimista*, vinculado a construções sócio-biológicas que, de certa forma, construiu estigmas e buscava disciplinar certos grupos considerados suspeitos (SKIDMORE, 1976, p.44; HOBBSAWN, 2011, p.320; COSTA; SCHWARCZ, 2007, p.133).

Tomando como referência as declarações feitas por André Pichot (1995) na citação anteriormente mencionada, analisa-se um sentido duplo de ideais que emergiam nesse período: a primeira ideia diz respeito aos discursos sobre o ideal cientificista, que caracterizava a noção do *progresso* desses países europeus como algo necessário e consequente de seus avanços; em segundo lugar, a forma como desses discursos cientificistas nasceu, em consonância, uma vasta teia de expressivos pensamentos racialistas¹⁹.

Sobre esses pensamentos, em seu livro *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana* (1993), o filósofo búlgaro Tzvetan Todorov disse que “o ponto nevrálgico do racismo é o ‘cientificismo’, impregnado pelo discurso ideologizado da neutralidade científica, o que tem sido o suporte teórico do etnocentrismo”. Fator pelo qual se compreende que “o cientificismo, pode-se dizer, que é o *iceberg*, e o *racismo* é a sua *ponta aparente*”, dessa forma “hoje em dia, as teorias racialistas não são bem recebidas, mas a doutrina cientificista continua tão próspera quanto antes”. Assim Todorov concluiu seu pensamento a respeito da relação entre ciência e as teorias racialistas (1993, p.110-111).

Esmiuçada um pouco essa relação, emergiu de pensamento cientificista a teoria da degeneração²⁰, que, antes de tudo, deve ser observada com os seus devidos cuidados quanto a sua recepção em determinados países, em especial no Brasil, como aponta Lilian Moritz

¹⁹ Optaremos pelo vocábulo *racismo*, que, segundo o filósofo búlgaro Tzvetan Todorov, configura-se como o termo que representa as diversas teorias sob a temática racial (1993, p.107).

²⁰ O termo *degeneração* foi utilizado pela primeira vez em 1768 pelo abade Corneille de Pauw (1739 - 1799) em Berlim para designar os relatos sobre o continente americano, dos quais concluiu que as populações nativas no *Novo Mundo* viviam “assoladas por uma incrível preguiça e pela falta de sensibilidade, instintos de fraqueza mental”, considerando ainda o abade que os homens desta parte geográfica do planeta seriam como *anomalias decaídas*, e que estariam com isso distantes de qualquer possibilidade de *civilizar-se* (SCHWARCZ, 1993, p.81).

Schwarcz (1993 p.31-32):“é preciso entender, porém, não só a penetração desses ideários científicos, como também a lógica peculiar de sua inserção no país”.

No entanto, antes de fazer essa releitura no Brasil, percebe-se que, num contexto mais geral, a emergência dos discursos científicos e racialistas buscavam de certa forma extrair de suas considerações o resultado e/ou a interpretação para os males que existiam na sociedade, *dando nomes e diagnósticos científicos* a “certos entraves”, que, em meio a esse *vendaval científico*, como aponta Eric Hobsbawm em seu livro *A era do capital*, passaram a ser explicados por meio dos prognósticos científicos no período que tange a segunda metade do século XIX (HOBBSAWN,2011, p.380).

Dentre alguns desses *objetivos científicos*, a teoria da degeneração preocupou-se em construir *explicações* para o aumento dos crimes e da marginalização, para o não desenvolvimento de certos grupos sociais (bem como para a proliferação de outros), para o desenvolvimento das doenças e de outros “entraves” que colocavam em dúvida os avanços desse mundo moderno que se projetava a partir da segunda metade do século XIX.

Pensando nessa questão, um tanto ambígua, que justapunha os discursos científicistas como máxima para o progresso e as incertezas anunciadas por certas doutrinas racialistas como a da *degeneração social* desde o período que tange a segunda metade do século XIX e as primeiras três décadas do século XX, foi encontrada uma interessante reportagem editada pelo jornal *A União* em meados de 1914, que começa da seguinte maneira:

O réu bíblico de hoje é Sansão. Accusemol-o, mas num libello rebelde às normas clássicas. Sem duvida, Sansão é um *criminoso nato*. Um desses homens que ao nascer, já trazem consigo os *germens do crime*, os quaes às vezes a sociedade não pode neutralizar com o poder de suas forças benéficas (*A UNIÃO*, 20 jun.A.P.E.P,1914, grifos nossos).

Sem indicação de autor e tendo por título *Criminosos e degenerados bíblicos*, a presente matéria tem Sansão como protagonista central, um personagem bíblico de origem hebraica cuja história pode-se observar na bíblia cristã entre os capítulos 13 e 16 do livro de Juízes, desde o seu nascimento até a morte.

Embora a matéria tenha sido editada numa temporalidade à frente das discussões de meados do século XIX, compreende-se que as controvérsias a respeito das teorias científicas e racialistas não estavam/estão amordaçadas num tempo determinado, podendo ser, dessa forma, remontadas e rediscutidas por determinadas ações, interesses e argumentos pelos

homens na história, até porque as abordagens raciais nesse período estavam longe de qualquer isenção ou imparcialidade interpretativa (STANCIK, 2005, p.50).

Dessa forma, para além das caracterizações e debates sobre o personagem bíblico, o que nos chamou atenção na matéria do jornal foram os elementos de análise científica e racista dos quais o autor se apropriou para justificar suas primeiras considerações sobre o personagem. Seguindo o relato da reportagem, pode-se observar com mais perspicácia os detalhes:

A insensibilidade moral, muito mais congenital que adquirida, quer seja total ou parcial se revela, nos delictos sangrentos como nos outros, por uma serie de manifestações que não posso reproduzir aqui, mas que todas se reduzem, em uma grande parte de criminosos antes do delicto. Ausencia de remorso após o crime. No morticínio dos philisteus, na destruição das searas, e no dia do banquete, revelou a eloquente capacidade de Sansão. Quando preso e cego devia estar cheio de remorso de duas faltas, não apresentou o mais leve. Devia mostrar-se, se fosse um homem normal, com o coração abatido pelo sentimento de responsabilidade, ate à morte, porem foi um desnaturalado, um anormal. Morreu satisfeito porque morreu matando (A UNIÃO, 20 jun.A.P.E.P,1914, grifos nossos).

Acreditamos que muitas interpretações poderiam ser extraídas da presente matéria, desde uma leitura superficial do texto, tendo como supérfluas as descrições do autor acerca das ações cometidas e/ou das características nada agradáveis sobre a personagem. Outra versão possível para se interpretar o presente texto poderia ser feita a partir da estigmatização do personagem em consonância com sua origem, permitindo assim uma possível análise antissemita, ou algo semelhante.

No entanto, optamos por discorrer a partir de outra observação acerca da presente matéria, dando ênfase aos elementos racistas, com base nos ideais cientificistas com que o autor tenta explicar os infortúnios do personagem. Para tanto, uma primeira observação pode ser salientada já no título da reportagem, que destaca o termo *degenerado*; uma segunda pode ser refletida a partir das descrições cientificistas urdidas pelo autor sobre o perfil imoral e/ou criminoso do personagem Sansão.

Complementando suas conclusões, o escritor faz uso de um *trocadilho científico*, ao informar que a *insensibilidade moral* do personagem nada mais era do que a consequência de um *mal congênito*, constatação que o fez concluir, por conseguinte, que Sansão se enquadrava na teoria do *criminoso nato*²¹.

²¹ Sobre a teoria do *criminoso nato*, ela nasceu na condição de postulado científico em meados do século XIX e teve no médico italiano Cesare Lombroso (1835 – 1909) um de seus principais expoentes. A teoria em questão argumentava que a criminalidade e/ou as características delinquentes dos indivíduos se configuravam a partir de

Paradoxalmente, no seguimento da reportagem, as considerações do autor levam um leitor despercebido a crer que Sansão era, como diz ele, “um bello animal, um representante robusto de sua raça”. No entanto, ao classificar o personagem como um *criminoso nato*, o escritor tece as seguintes interrogações/conclusões:

Mas porque Sansão era um criminoso nato? E’ porque de uma só feita matou mil, philisteus? Não. E em vista da ascendência e dos caracteres psychologicos D’aquela temível classe de delinquentes que elle representa (A *UNIÃO*, 20 jun.1914).

Ao remeter-se à explicação da personalidade do indivíduo como um mal congênito causador dos crimes e ações, observamos que o autor pressupõe sua atenção não aos atos cometidos, nem à dimensão dos acontecimentos ou suas causas, mas às características ancestrais, raciais e psicológicas que fizeram o personagem cometer tais atos, tendo em vista a sua *personalidade degenerada*.

Essas considerações, tecidas pelo autor, ao que parece, reflete um jogo mais complexo de questões, das quais se compreende que os pressupostos da degeneração nasceram imbuídos de concepções racialistas que buscavam justificar, por meio de explicações científicas, certas perspectivas e posicionamentos de ordem política que emergiram nas últimas décadas do século XIX, a partir dos quais se tentou encontrar os *problemas*, separar os elementos marginais, classificar e suprimir todos aqueles indivíduos considerados *degenerados socialmente* (SANTOS, 2002, p.128).

Para o jornalista e pesquisador norte americano Edwin Black, autor do livro *A guerra contra os fracos: a campanha norte americana para criar uma raça superior* (2003), essas práticas *político-científicas* de restrição e supressão de certos grupos tidos como *inferiores* foram fortalecidas nesse período porque, em tese,

a ciência ofereceu armas mais potentes à determinação do homem resistir ao chamado da restrição moral. Para com isso forjar a *nova ciência* de opressão humana – a racial – entrelaçaram-se vários fios completamente desconectados da história (BLACK, 2003, 51).

suas características físicas e hereditárias, adotadas ancestralmente. A teoria pensada por Lombroso foi amparada por outros conceitos como a frenologia, a qual buscava, pela medida dos cérebros humanos, classificar as pessoas enquanto seres superiores e/ou inferiores, *normais* ou *anormais*. Nessa classificação, listavam-se algumas características preponderantes, desde os aspectos físicos (como a mandíbula grande, pele escura, braços compridos, face maior que o crânio), até os aspectos mentais (como insensibilidade à dor, maldade, desejo de extinguir a vida, linguagem próxima das crianças a outras caracterizações consideradas próprias desses tipos humanos inferiores) (LOMBROSO *apud* SCHWARCZ, 1993, p.49; ABREU, 1999, p.21-31).

Uma dessas justificativas históricas foi chamada por Michel Foucault de *teoria da guerra das raças*. Em seu livro *Em defesa da sociedade* (1976), o filósofo francês considerou que, a partir do início do século XIX, se articulou no seio social e político de determinados países da Europa uma série de discursos e práticas, fortalecidos, sobretudo, pelos “movimentos das nacionalidades na Europa e na luta das nacionalidades contra os grandes aparelhos de Estado”. Michel Foucault complementa suas afirmações dizendo que a teoria da guerra das raças buscou centralizar e estabelecer sob alguns grupos um

Discurso do poder, de um poder centrado, centralizado e centralizador; o discurso de um combate que deve ser travado não entre duas raças, mas a partir de uma raça considerada como sendo verdadeira e a única, aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma, contra aqueles que estão fora dessa norma, contra aqueles que constituem outros tantos perigos para o patrimônio biológico (FOUCAULT, 1999, p.71).

No entanto, esses discursos não foram formados de uma hora para outra. Voltando um pouco no tempo, Fátima de Oliveira, em sua obra *Saúde da população negra* (2003), informa que, historicamente, uma das primeiras “compilações científicas” sobre o discurso racista da degeneração foi postulada a partir dos estudos e relatos do naturalista sueco Karl Von Linné (1707-1778), que, ao iniciar suas pesquisas sobre o reino animal, colocou o ser humano no topo dos demais seres vivos.

Ao fazer isso, Linneu criou também o termo *homo sapiens* e dividiu suas faculdades de acordo com seus lugares de habitação. Surgiram também naquele período as nomenclaturas: africano, americano, asiático e europeu como tipos “distintos da espécie humana” (OLIVEIRA, 2003, p.56).

Mas as considerações do naturalista não cessaram apenas na classificação tipológica nem geográfica da espécie humana, cujos critérios territoriais também agregaram:

Critérios culturais. *O africano* foi considerado astuto, vagaroso, negligente e governado pelo capricho; *o americano* era tenaz, satisfeito, livre e governado pelos bons costumes; *o asiático* era severo, altivo, mesquinho e governado pela opinião; *o europeu* era descuidado, vivaz, inventivo e governado pelos ritos (OLIVEIRA, 2003, p.57).

Diante dessas primeiras considerações dispostas pelo naturalista Linneu, pode-se ter uma ideia de como foi iniciada a teoria da degeneração. Hierarquicamente, segundo ele, os “tipos humanos” ganharam características, lugares e classificações, após isto, foram *vestidos* de estigmas e ganharam outras características de deformação, como se os fenótipos ou as

diferenças culturais, políticas, dentre outras, provassem os possíveis estados de desenvolvimentos ou de atraso de determinados grupos sociais.

Num interessante ensaio nomeado *Inchado, feio, preguiçoso e inerte: a degeneração no pensamento social brasileiro, 1880-1940* (2005), o historiador porto-riquenho Dain Borges analisa a teoria da degeneração como uma espécie de teoria da doença congênita, que foi construída em meados do século XIX por meio do discurso científico impregnado de questões racialistas, onde incapacidades e limitações dos povos americanos, especialmente os negros, mereceram destaque.

No presente ensaio de Dain Borges são apresentados os postulados e teorizações de alguns pensadores europeus para a formalização dos discursos sobre a degeneração. Na presente pesquisa, Linneu não é citado, mas o discurso sobre a degeneração é estabelecido a partir de outros intelectuais com os quais achamos pertinente dialogar, sobretudo no âmbito das discussões eugênicas que emergiram a partir dessas discussões sobre raça, degenerescência.

O primeiro a ser destacado é o naturalista Georges Louis Leclerc, Conde de Buffon (1707-1788), com sua tese da “infantibilidade do continente”. Os argumentos tecidos por Buffon podem ser refletidos de forma geral. Em seus postulados, buscou distinguir, tanto na inexistência como nas diferenças de certos seres vivos em determinados lugares do Novo Mundo, em comparação com a Europa, uma condicionante para a imaturidade ou o não “desenvolvimento” do ponto de vista europeu em relação aos continentes e às pessoas latino-americanas (BORGES, 2005, p. 44-45).

Complementando essas observações a respeito das predileções de Georges Louis Leclerc sobre a inferioridade da América, o historiador Antonelo Gerbi já questionava o pensamento do naturalista francês dizendo o seguinte:

Ora, os exemplos destes diferentes graus de desenvolvimento estavam presentes em diversas partes do mundo. A reflexão e a dedução faziam deles um processo sucessivo, todas as fases de um mesmo processo. Porém, a observação revelava sua existência simultânea nesta ou naquela região do globo. A “geografia zoológica” nascia assim como uma formulação provisória da teoria evolutiva – como uma primeira cristalização do pensamento histórico aplicado a natureza. Se em início ela foi afetada por uma prevenção antiamericana isto se deveu, além dos motivos intrínsecos supracitados, à atmosfera espiritual da época (GERBI, 1996, p.41).

Acreditamos que os posicionamentos de Georges Louis Leclerc refletiam o orgulho europeu, como aponta Antonelo Gerbi, ao afirmar que o naturalista não se conteve apenas em detectar as espécies diferenciadas da América. Uma justificativa poderia estar em

sua admiração no que se refere às vultosas espécies de animais existentes na Europa, o que contrastava com as *estranhas e repulsivas espécies* encontradas no “*Novo Mundo*”, segundo ele (GERBI, 1996, p. 41).

Fortalecendo essas observações, a respeito de Georges Louis Leclerc, o Conde de Buffon, Antonello Gerbi conclui que:

Julgar a fauna americana imatura ou degenerada equivalia a proclamar a do Velho Mundo madura, perfeita e idônea, capaz de servir de cânone e ponto de referência a qualquer outra fauna de outro recanto do globo. Com Buffon, o eurocentrismo se afirma na nova ciência da natureza viva. E por certo não é mera coincidência que isso acontecesse exatamente quando a ideia de Europa se tornava mais plena, completa e galharda, como tampouco é gratuito, que, como a Europa política e civil se definia então em oposição à Ásia e à África, a Europa física se solidarizasse com os outros continentes do Velho Mundo e afrontasse impávida o mundo americano (GERBI, 1996, p.42).

No entanto, essa discussão não cessou com o Conde de Buffon. Um segundo pensador nos chamou a atenção, sobretudo por achar que seus exames, discursos e ponderações sobre o tema se aproximam das discussões e interpretações sobre raça e a eugenia no Brasil entre fins do século XIX e início do XX. Estamos destacando o diplomata Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), um dos mais conhecidos teóricos da degeneração racial.

Em sua obra mais influente, intitulada *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855), Gobineau teceu contundentes reflexões do ponto de vista histórico sobre as possíveis desigualdades dos seres humanos, enfatizando questões como a hereditariedade, o comportamento e a qualidade do sangue como determinantes para as diferentes condições raciais. Seus apontamentos, no entanto, não foram bem recepcionados no seio intelectual da França na segunda metade do século XIX, sobretudo entre os intelectuais da *Académie des Sciences Morales et Politiques da França*, como aponta Ricardo Alexandre Santos de Sousa (2008, p.104).

No entanto, o pensamento de Arthur Gobineau é um dos mais profícuos de sua época para se compreender as noções de ciência e raça, sobretudo por entender que a partir de seus diferentes relatos sobre os fenótipos e as condutas dos povos da América, a degeneração se manifestava, segundo ele, a partir de um complexo processo histórico pelos quais *vencedores* e *vencidos* formavam através das relações raciais uma espécie humana subsequente, considerada inferior e/ou degenerada (BORGES, 2005; HOFBAUER, 2006).

Ao entender essa relação, o pensamento de Arthur Gobineau nos permite complementar as ideias e questões anteriormente comentadas por Linneu e Buffon sobre os povos americanos, sobretudo ao conferir e/ou legitimar a possível existência de uma história da superioridade de alguns grupos sociais sobre outros. Questionamento que o fez concluir ainda que determinados grupos sociais se restringiam a certas funções em detrimento de suas aptidões superiores ou inferiores, fundamentação pela qual declarou que algumas raças só serviam para certas utilidades e/ou para trabalhar como escravas, o que não era o caso da raça branca, que, segundo ele:

Não se mostram nunca naqueles estados primitivos em que vemos às outras duas espécies a “negras e a amarela”. As vemos desde o primeiro dia relativamente cultivado e dotado de elementos originários mais importantes para chegar a desenvolver em algumas de suas ramificações, criando as diferentes formas de civilizações (GOBINEAU, 1869 *apud* RAEDERS, 1997, p. 43).

Seguindo esse pressuposto, Artur Gobineau expôs ainda que os cruzamentos dessas sociedades da América resultariam num tipo miscigenado, questão vista por ele como algo negativo, e que colocava em xeque o futuro de qualquer nação. Esta consideração pode ser observada em suas descrições quando esteve no Brasil entre os anos de 1869 e 1870, durante o reinado de Dom Pedro II (1840-1889).

É interessante observar as descrições tecidas por ele sobre o futuro do Brasil antes mesmo de definir suas conclusões sobre a degeneração social. Num trecho oportuno, no qual relata sua estadia no Brasil, Arthur Gobineau, ao participar da semana Santa na capital do Império, em março de 1869, fez as seguintes pontuações:

Havia belas negras com vestidos brancos de babados bordados, braços à mostra, um grande xale drapeando o busto, muitas correntes de ouro e pulseiras, um grande turbante branco e, por cima, o quê? Ninguém no mundo é capaz de adivinhar: um grande guarda chuva branco. Elas avançam alteneiras nesses trajes, com o leque na mão. Garanti a Suas Majestades que era muito curioso e interessante do que todas as vistas que pudesse ter do alto do Corcovado, para onde elas se designavam querer enviar-me. Não surprenderei acrescentando que a música de igreja consite em polcas e valsas, e que na hora da elevação tocam uma cavalina italiana. Agora você entenderá tudo quando eu lhe disser que, exetando a família imperial, todos aqui são mais ou menos mulatos e passam a vida com um palito nos cabelos e um cigarro atrás da orelha (GOBINEAU, 1869 *apud* RAEDERS, 1997, p. 31).

Entre as descrições sobre os adornos e as formas de portar-se dos negros africanos encontrados na capital do Império, o diplomata francês não demorou a tecer suas

considerações, que transitavam entre a contemplação da bela cidade e o olhar eurocêntrico e depreciativo sobre a sociedade brasileira daquela época, como relata, informando que: “o Rio é uma cidade grande e bonita, mas são os estrangeiros que fazem tudo por aqui. Os brasileiros evitam mover uma palha para fazer qualquer coisa de útil, ate mesmo para se afogarem” (GOBINEAU, 1869 *apud* RAEDERS, 1997, p. 32).

No entanto, seguindo os relatos de Artur Gobineau, não basta apenas relatar seus discursos a despeito da inferioridade e/ou dos *costumes esquisitos* da população brasileira. Interessa-nos, também, encontrar suas declarações sobre a degeneração, questão colocada no momento em que ele faz um *balanço geral* da sociedade brasileira naquele período, informando que o Brasil era:

Uma população toda mulata, com sangue viciado e feia de meter medo. Nenhum brasileiro é de sangue puro; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicam-se a tal ponto que as matizes da carnação são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e nas altas, uma degenerescência do mais triste aspecto. Já não existe nenhuma família brasileira que não tenha sangue negro e índio nas veias; o resultado são compleições raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos. As melhores famílias têm cruzamentos com negros e índios. Estes produzem criaturas particularmente repugnantes, de um vermelho acobreado (GOBINEAU, 1869 *apud* RAEDERS, 1997, p. 40-41).

Diante das conclusões preditas por Gobineau, ao afirmar que a miscigenação condicionava os indivíduos à degeneração, a sociedade brasileira, nas palavras dele, estava condicionada. Não obstante, a interpretação deixada pelo diplomata francês de certa forma preocupou as elites intelectuais e políticas que emergiam no Brasil em meio ao processo de independência que se aproximava, principalmente pelo expressivo número de africanos e afrodescendentes que, segundo a estimativa do historiador norte-americano Thomas Skidmore, em meados de 1872, compreendia em torno de 58% da totalidade dos indivíduos no país (SKIDMORE, 1976, p.57).

Por esse ângulo, a saída predita por Gobineau a despeito da iminente degeneração da população brasileira, e, de certa forma, adotada pelas elites intelectuais e políticas no Brasil, foi à adoção e/ou a ajuda dos “valores mais altos das raças europeias”, só assim, como pontua Thomas Skidmore interpretando as predileções de Gobineau, “a raça renasceria, a saúde pública melhoraria, o temperamento moral seria revigorado, e as melhores mudanças possíveis se operariam na condição desse admirável país” (GOBINEAU *apud* SKIDMORE, 1976, p.46)

Mas, antes de chegar à República (1889), outras explicações científicas surgiam naquele período como uma forma de interpretar e/ou legitimar a superioridade de alguns grupos sociais sobre outros, o que, nas palavras de Fátima de Araújo,

Era o período do Iluminismo, da expansão colonialista, hegemonizada pela Inglaterra, naquele tempo, o país mais rico do mundo. Tudo isso carecia de sustentação ideológica, baseada na ciência e para tanto foram buscar guarida nas mais recentes descobertas, na Teoria da Evolução. Não importava mutilar ou desvirtuar a verdade da teoria, interessava-lhes apenas o esboço ou o rotulo de científica (OLIVEIRA, 2002, p.63).

Nessa ebulição de saberes, emergiu-se a teoria da *Evolução das espécies*, do naturalista inglês Charles Darwin, princípio que fez com que o historiador Eric Hobsbawm (1917-2012), em sua obra *A era do capital*, declarasse que, dentre os avanços científicos em fins do século XIX, essa doutrina teve de fato que ser reconhecida como um dos pontos cruciais para a convergência do pensamento político, biológico e social daquele período (HOBSBAWM, 2011, p.381).

Eric Hobsbawm declarou, ainda sobre a teoria da evolução, que tamanho foi o seu impacto no pensamento científico da época que, além das ideias, a imagem do próprio Charles Darwin representou o espírito cientificista daquele século, notificando ele que, “se uma única figura dominou a imagem publica da ciência, essa foi a do indivíduo de feições marcadas e alto simiescas, Charles Darwin” (HOBSBAWM, 2011, p.382).

Semelhante a essas considerações, Lilian Moritz Schwarcz declarou que a teoria de Darwin chegou a diluir as antigas disputas entre os monogenistas e poligenistas, duas principais vertentes teóricas sobre as questões raciais daquela época. Segundo ela, os monogenistas, dentre eles Buffon e o próprio Gobineau, acreditavam que a origem da humanidade tinha se derivado de um único ancestral, progredindo as “determinadas espécies” por meio de fatores deterministas como a cultural, o espaço geográfico, a estrutura física, dentre outros, fortalecendo assim os pressupostos bíblicos da fé cristã. Os grupos subsequentes, por seu turno, gerados desse primeiro, se conceberiam como grupos mistos e degenerados resultantes dos muitos cruzamentos (SCHWARCZ, 1993, p.48).

Em contrapartida, a vertente poligenista surgida na segunda metade do século XIX embasou-se nos pressupostos e interpretações dadas pelos avanços das ciências biológicas, das quais se conjecturou que a espécie humana surgiu a partir de vários centros de criação. Embora intelectuais como Samuel Morton e Josiah Nott, da escola etnológico-biológica norte-americana, por exemplo, defendesse a ideia da ancestralidade comum da espécie humana, esse grupo sustentava o argumento de que em algum momento específico na história

ocorreu uma divisão que se caracterizou como a formação dos códigos e heranças distintas entre as *espécies humanas*²².

Ao que parece, com a publicação de *Origem das espécies* e a divulgação das teorias de Darwin, esse embate entre monogenistas e poligenistas foi amenizado, mas não cessadas as construções depreciativas sobre as sociedades não europeias, pois se,

De um lado, monogenistas como Quatrefage e Agassiz, satisfeitos com o suposto evolucionista da origem uma da humanidade, continuaram a hierarquizar raças e povos, em função de seus diferentes níveis mentais e morais. De um outro lado, porém, cientistas poligenista, ao mesmo tempo que admitiam a existência de ancestrais comuns na pré-história, afirmavam que as espécies humanas tinham se separado havia tempo suficiente para configurarem heranças e aptidões diversas (SCHWARCZ, 1993, p.55)

Dessa forma, como aponta ainda Lilia Schwarcz, a teoria evolucionista interpretada por esses dois grupos se metamorfoseou, não apenas pelo fato de ambas as interpretações assumirem o modelo evolucionista, mas também de conferirem ao conceito de raça uma relação bastante original, que fugiu dos parâmetros biologizantes do discurso científico para figurar entre outras questões de caráter político e cultural:

Se muitos descobrimentos científicos afetaram profundamente maneiras de viver, nenhum teve tal impacto em formas de pensar e crer... O darwinismo forneceu uma nova relação com a natureza e, aplicado a várias disciplinas sociais – antropologia, sociologia, história, teoria política e economia –, formou uma geração social-darwinista (HOFSTADTER *apud* SCHWARCZ, 1993, p.55).

Complementando essas discussões, a historiadora Pietra Diwan pontuou que o evolucionismo foi um dos três campos da Biologia, que, junto com os primeiros estudos da fisiologia e da microbiologia, em meados do século XIX, contribuiu para a institucionalização de um conjunto de regras, pensamentos e teorias que possibilitaram às elites políticas e intelectuais a criação de novas técnicas de regulação e disciplinarização social²³.

Foi na teoria darwinista que intelectuais como Francis Galton encontraram sustentação para desenvolver novas concepções teóricas, que buscavam justificar certos procedimentos da superioridade de alguns grupos humanos sobre outros. Dessas generalizações surgiu também, em fins do século XIX, o darwinismo social, que nada mais foi do que a articulação do pensamento evolucionista estabelecido por Charles Darwin, aplicado

²²Sobre os preceitos monogenista e poligenista, ver: SKIDMORE (1976, p.65); SCHWARCZ (1993, p.48-49) e DIWAN (2007, p.88-89).

²³ Para mais detalhes, ver: DIWAN (2007, p.27-28).

antes a todas as espécies de origem animal e vegetal, transferido para os fenômenos sociológicos, políticos, filosóficos, econômicos, jurídicos da espécie humana.

Em outras palavras, os aspectos antes vistos por uma ótica biológica, constituída na luta e seleção natural das inúmeras espécies de seres vivos em busca da sobrevivência, findada com o triunfo dos mais aptos, foram transportados para o plano social. Questão pela qual se estabeleceram as disputas pelo poder político e econômico, tendo como resultado a dominação e exploração dos mais aptos sobre os débeis e inaptos (DIWAN, 2007, p.53).

Para melhor compreender o evolucionismo, ele historicamente pode ser entendido a partir de três fases distintas:

A primeira delas, entre 1853 e 1883, foi caracterizada por um evolucionismo liberal e depois socialista de fundo teórico. A segunda fase compreende o período de 1884 e 1904 e se destaca por um diferente tipo de darwinismo social por meio do qual florescerão o racismo e a eugenia, oportunidade em que o colonialismo europeu se assentará. E finalmente, na última fase, entre 1905 e 1935, o evolucionismo irá aplicar as teorias desenvolvidas na fase anterior, ou seja, instituições e governos vão “colher os frutos” do aperfeiçoamento humano em métodos compulsórios e totalitários (DIWAN, 2007, p.31-32).

No entanto, a psicóloga Maria Lucia Boarini – embasando-se na incoerente percepção, muitas vezes tendenciosa de alguns dos pensadores europeus já citados, ao afirmarem que a construção histórica da sociedade humana se deu de forma linear, teorizando ainda concepções como o surgimento e formação dos seres humanos evoluídos e degenerados – afirma que, embora os estudos de Charles Darwin tenham revolucionado o pensamento científico no que diz respeito aos novos estudos e fundamentos das ciências biológicas, longe foram às intenções do autor de *A origem das espécies* em construir os argumentos do darwinismo social, que tomou expressões como “o mais forte”, “o mais inteligente”, “seleção natural” e “outros gêneros nocivos” para legitimar/explicar os argumentos e justificativas teóricas do imperialismo europeu que se estabelecia no mundo desde meados do século XVIII (BOARINI, 2003, p.25).

Com base nessas teorias produzidas e generalizadas, surgiu no ano 1883 o termo grego *eugenia*, que quer dizer “*bem nascido*”, o qual analisaremos no tópico seguinte.

2.2. O NASCIMENTO DA CIÊNCIA EUGÊNICA: IDEIAS E PROCEDIMENTOS

A eugenia contaminou causas sociais, médicas e educativas importantes, do controle de natalidade ao desenvolvimento da ciência psicológica, e até o saneamento urbano. Psicólogos perseguiram seus pacientes. Professores estigmatizaram seus estudantes. Associações de caridade defenderam a premissa de enviar os que necessitavam de ajuda às câmaras letais, que seriam construídas conforme desejavam e esperavam. Os departamentos oficiais de amparo à imigração conspiravam. Os departamentos oficiais de amparo à imigração conspiraram para mandar os mais carentes para as usinas de esterilização. Profissionais eminentes da área de oftalmologia empreenderam uma longa e assustadora campanha para identificar e esterilizar coercitivamente cada familiar de qualquer americano com problema de visão. Tudo isso foi tramado e produzido nos Estados Unidos, nos anos que antecederam a ascensão do Terceiro Reich na Alemanha (BLACK, 2003, p.21).

O texto mencionado relata os debates causados pela eugenia nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial em 1945: de forma generalizada, a ciência eugênica ganhou contornos consideráveis, sobretudo nos países europeus e nos Estados Unidos.

Muitos políticos, profissionais liberais e intelectuais adotaram essa *nova ciência* como uma espécie de religião, tamanha devoção que acarretou inúmeras perdas e cicatrizes nos muitos personagens ainda não encontrados pela história. Dito isso, vamos iniciar os percursos que coincidiram com a criação e divulgação da eugenia no Ocidente.

A eugenia nasceu como uma ciência inovadora cujo objetivo buscou estabelecer nos pressupostos relacionados à seleção natural os melhores seres humanos. Sobre o termo, ele se fundamentou na expressão grega “eugenia” ou “bem nascido”. Para o criador o intelectual inglês Francis Galton (1822-1911), primo próximo de Charles Darwin, a “nova ciência” surgia como:

a ciência do melhoramento do *patrimônio hereditário* que, de modo algum, se limita a *uniões judiciosas*, mas, no que diz respeito ao homem, se preocupa em dar, uma certa medida, às linhagens mais adaptadas ou mais bem dotadas mais oportunidades em relação àquelas que são menos (GALTON *apud* DARMON, 1991, p.195).

Pressupõe-se, dessa forma, que diante das estratégias científicas e dos objetivos eugênicos propostos já nos primeiros escritos de Galton, a possibilidade de erradicar a degeneração social, de fazer viver os tipos “perfeitos” e proibir nascer os considerados defeituosos era explicitada entre um dos principais objetivos a serem desenvolvidos pelo

pensamento eugênico na sociedade moderna, sobretudo porque, naquele momento, o mentor da eugenia estava:

Impressionado por esse gênero de especulações, atormentado por essa obsessão da degenerescência onde se leem todas as fobias de uma Europa doente de sua superioridade, o corpo médico se investe rapidamente de uma missão que ele classificaria de bom grado de “divina”, se não tivesse se convertido recentemente ao positivismo mais ortodoxo (DARMON, 1991, p.196).

No entanto, segundo Nancy Stepan, essa visão sobre as especulações eugênicas de restrição aos indivíduos inadequados socialmente como forma de erradicar o pensamento que se alastrava sobre a degeneração social não era algo novo para os ingleses. A autora do livro *A hora da eugenia: Raça, gênero e nação na América Latina*, declara que:

os eugenistas britânicos tinham o hábito de observar que os gregos já adotavam algumas formas de eliminação dos indivíduos inadequados, talvez porque esta associação atribuísse autoridade clássica à repulsiva noção de que, não sendo igualmente dotados de natureza, nem todos os indivíduos deveriam ser necessariamente autorizados e reproduzir-se (STEPAN, 2005, p.29).

Entretanto, como já comentamos, o termo grego *eugenia* e sua transformação enquanto *ciência* data do século XIX, e de acordo com seus preceitos e objetivos, foi travestido de uma *moderna doutrina* de controle e incentivo da *boa hereditariedade*, cuja serventia teórica e social correspondeu com uma espécie de efervescência intelectual e política entre os mais iminentes cientistas, médicos, juristas e higienistas daquele período.

Como uma ação social, antes teorizada no campo das especulações biológicas, a eugenia ganhou status não só de ciência, mas de prática social e política de incentivo a reprodução dos indivíduos físicos e moralmente eugênicos, em resposta ao impedimento dos não eugênicos: componentes que fizeram da eugenia uma forma de contra atacar em alguns países da Europa e nos Estados Unidos o surto causado pelo “medo da degeneração social, das mudanças provocadas pela industrialização, pela criminalidade, pela urbanização, pelas imigrações” entre outras *moléstias sociais* daquela época (STEPAN, 2005, p.35).

Começaram a surgir então as primeiras Sociedades Eugênicas: *instituições científicas* encarregadas de estabelecer um diálogo entre a sociedade e os governos, que visavam melhorar a estrutura social dos países diminuindo restritivamente a reprodução dos em tipos degenerados. A primeira foi a German Society for Racial Hygiene (Sociedade Alemão para a Higiene Racial), fundada na cidade de Berlim no ano de 1905, seguida pela Eugenics Education Society (Sociedade para a Educação Eugênica), na Inglaterra, entre 1907 e

1908; nos Estados Unidos foi fundado em 1910 a Eugenics Record Office (Escritório de registros de Eugenia), e dois anos depois na França era estabelecido os pilares da Société Eugénique Française (Sociedade Eugênica Francesa) (STEPAN, 2005, p.36).

Com certa restrição, alguns pressupostos eugênicos se chocaram com a realidade histórica desses países, sobretudo as práticas de esterilização compulsória defendidas pelos eugenistas mais radicais. No entanto, era notório o interesse dessas nações em regular a saúde pública e adequar as populações aos preceitos do social darwinismo que estava em voga naquela época, além de estabelecer de igual forma uma política de melhoria do corpo genético de suas populações. Entre outras sugestões de incentivo, estavam o programa de “concessão de bolsas para as crianças e famílias eugenicamente adequadas à segregação dos inadequados pelo controle de natalidade e reprodução e a seleção eugênica dos imigrantes” (STEPAN, 2005, p.37).

Bem antes do estabelecimento do Regime Nazista na Alemanha, que fez com que “centenas de milhares de pessoas fossem esterilizadas compulsoriamente e mais de seis milhões de perdessem suas vidas em nome da higiene da Raça” (DIWAN, 2007, 64), na Suíça (1928) e na Dinamarca (1929) já haviam introduzido métodos de esterilização como mecanismos biossociais de controle populacional e de higiene genética, alegando que “a sociedade tem que criar condições de vida toleráveis para todos, os que impunham a necessidade do emprego de certas medidas higiênicas” (STEPAN, 2005, p.38).

No período que corresponde os anos de 1930 a 1949, mais de 8.500 dinamarqueses foram esterilizados por motivos psíquicos e de anormalidade sexual. Na Suécia, em meados de 1921, o número de pessoas saneadas chegou a 15 mil pacientes. Entretanto, foi os Estados Unidos o país que mais aprovou a legislação eugênica antes dos anos 1930.

Entre os anos 1920 e 1924, estados do norte da América aprovaram leis de saneamento involuntário a partir das quais boa parte das classes pobres, em sua maioria negros, foi esterilizada. No geral, entre os anos 1907 até o final da segunda Guerra Mundial, mais de 70 mil indivíduos foram esterilizados nos Estados Unidos.

Sobre essas considerações a respeito da eugenia e seu processo de perseguição aos “defeituosos” nos Estados Unidos, em seu livro *A guerra contra os fracos* (2003), Edwin Black declarou que:

A cruzada americana tampouco foi um crime meramente domestico. Usado o poder do dinheiro, o prestígio e as relações acadêmicas internacionais, os eugenistas americanos exportaram sua filosofia para nações do mundo inteiro, incluindo a Alemanha. Décadas depois que uma campanha de

esterilização em massa e de encarceramento de “defeituosos” foi institucionalizada nos Estados Unidos, os esforços americanos para criar uma super-raça nórdica chamaram a atenção de Adolf Hitler (BLACK, 2003, p.47).

Nos Estados Unidos, o escritor Edwin Black, afirma que a busca pela limpeza racial foi muito intensa, os preceitos e atuações voltadas para a eugeniação social tamanhasuperava as vontades populares. O princípio entre políticos e intelectuais norte-americanos a respeito da eugenia estava acima de qualquer expectativa humanista ou questionamento contrário a esses intentos, conforme declara Erwin Black, ao afirmar que:

Os eugenistas norte-americanos não buscavam a aprovação das massas, cujo germe-plasma desejava eliminar. Ao contrário, contavam com os poderosos, os ricos, e os influentes para fazer de sua guerra contra os fracos não o conflito ostensivo, e sim praticado nas trincheiras administrativas e burocráticas dos Estados Unidos. Uma falange de tropas de choque investiu com ímpeto nas agências governamentais e dos comitês especiais – da elite acadêmica ate legisladores simpatizantes, que procuravam esconder suas crenças racistas sob o manto protetor da ciência. Eles caçariam, identificariam, rotulariam e tomariam o controle daqueles considerados incapazes de povoar a terra (BLACK, 2003, p.163).

Diferente dos Estados Unidos, na Alemanha, até a década de 1930, os governos alemães não haviam aprovado leis de cunho eugênico. Entretanto, após o estabelecimento do Regime Nazista, em meados de junho de 1933, foi aprovada a Lei para a *Prevenção da prole geneticamente doente*, e com ela uma das legislações de esterilização mais extensas do mundo Ocidental.

Com o estabelecimento da lei de *Prevenção da prole geneticamente doente*, a política de esterilização alemã perseguiu doentes mentais, esquizofrênicos, psicopatas, epiléticos, cegos, surdos, pessoas com deformidades graves no corpo, além de alcoólatras previamente comprovados. As esterilizações eram involuntárias e envolviam aquelas pessoas das quais se sabia, pelo discurso médico nazista, que seus caracteres genéticos eram degenerativos, fruto de uma disfunção hereditária, de modo que suas reproduções prejudicariam as futuras sociedades. Muitas pessoas nesse período recorreram aos tribunais da justiça alemã discordando de tais decisões, no entanto, pouco mais de 3% dos reclamantes obtiveram suas sentenças favoráveis (STEPAN, 2005, p.40).

A partir desse histórico, apresentamos a eugenia como geralmente se tem em mente: um postulado científico que partilhou das teorizações do darwinismo social, sobretudo de caráter hereditário, privilegiando o controle da reprodução dos seres humanos e atuando,

prioritariamente, na seletividade e biologização da espécie, tendo como máxima o melhoramento da linhagem e do meio pela proibição reprodutora dos considerados *disgênicos*.

A eugenia fortaleceu suas atuações pelo crescente índice de publicações e adeptos nesses países apresentados anteriormente, de modo que, as notícias dessa doutrina, entre fins do século XIX e início do XX, chegava em outros países com *sólidas credenciais* pelo número expressivo de adeptos e dos resultados alcançados na América Latina, como aponta Nancy Stepan (2005, p.40).

Entretanto, no caso da América Latina, mas especificamente em países como o Brasil, verificamos que a eugenia deve ser pensada de outra forma e reinventada a partir de outros contornos de análise histórica, pois:

As ideias, mesmo as científicas, são sempre reconfiguradas seletivamente quando cruzam as fronteiras culturais, e o resultado é uma ciência sutilmente conformada pelas tradições locais – culturais políticas e científicas. Assim, em lugares com a América Latina, temos que estudar a eugenia, não como pálido reflexo da eugenia de outras partes do mundo, algo talvez “mal entendido” ou “mal interpretado”, mas como algo enraizado na experiência cultural e na história da própria região (STEPAN, 2005, p.41).

Feito essas considerações prévias sobre a eugenia na Europa e nos Estados Unidos, passamos a discutir a recepção e difusão das ideias sobre a eugenia no Brasil e suas mutações no cenário sociocultural e histórico do país.

2.3 RECEPÇÃO E DIFUSÃO DAS IDEIAS EUGÊNICAS NO BRASIL

Alguns fatores apontam para a diferente recepção da eugenia no Brasil. Um primeiro foi salientado por Nancy Stepan, ao chamar de “crise do subdesenvolvimento” as significativas mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no país entre os períodos de 1870 a 1914. Entre algumas dessas crises, citamos o período que compreendeu o fim da escravidão (foi a última nação do mundo ocidental a abandonar o sistema escravista) e a adesão do país a uma crescente política de imigração.

No plano político e econômico, podemos observar, na transição do período monárquico para o republicano, a condição de nação submissa e periférica assumida pelo Brasil, posicionando-se como mera fornecedora de matérias-primas com o café, por exemplo,

incorporada a esse novo sistema capitalista mundial que se implantou no período (STEPAN, 2005, p.46).

A partir das questões expostas, observamos que as consequências para a nação foram devastadoras no sentido de criar uma espécie de desenvolvimento às avessas e de certa forma dependente, cujos resultados sociais foram a manutenção do poder político e econômico nas mãos de pequenos grupos, a proliferação da pobreza, dos distúrbios sociais e, no mais das vezes, um crescimento, ao invés de diminuição, das desigualdades socioeconômicas, especialmente para a parcela negra e mulata da população no Brasil. Dessa forma, sobre a recepção da eugenia, entendemos primeiramente que a

percepção e a interpretação da mudança social eram características da maioria dos movimentos eugênicos. No Brasil, contudo, a mudança ocorria em um país de extrema pobreza, social e racialmente estratificado, primordialmente rural, analfabeto e doente, sem qualquer legislação de bem estar social – como turnos de oito horas diárias, proibição do trabalho infantil, proteção contra o desemprego – que no início do século XX de tornara mais ou menos padrão de muitas partes da Europa (STEPAN, 2005, p.46-48).

Entre outras observações no que diz respeito à recepção da eugenia no Brasil, um segundo componente foi o episódio da Primeira Guerra Mundial e suas repercussões no país. Até então, países como França e Inglaterra representavam quase tudo o que supostamente se considerava como *civilizado, moderno e desenvolvido* no Ocidente, em contraste com aquilo que, no Brasil, era considerado *bárbaro e atrasado*.

Com a deflagração do conflito, o Brasil, na condição de único país na América Latina a entrar efetivamente na Primeira Guerra, presenciou mais de perto as incidências dos países europeus em suas *próprias incivilidades*, elemento que contribuiu, em primeiro lugar, para fortalecer a ideia da *degeneração social*: “ameaça entendida como o outro lado da moeda do *progresso*, pois o *progresso* parecia trazer com ele o germe da destruição da própria civilização pelo avanço numérico dos pobres e dos pouco dotados intelectualmente” (GALTIERI, 2008, p.94).

Em segundo lugar, com o episódio da Primeira Guerra, o ideário eugenista serviu para as elites intelectuais no Brasil como uma espécie de direção para *construir ou auxiliar* o estabelecimento de uma identidade nacional, num país que havia de certa forma diminuído sua crença na Europa como o “espelho do mundo” até então. Sobre isso, não é difícil compreender que entre os últimos anos do século XIX até meados dos anos 1920, boa parte da elite republicana assumiu a ideia de que, para se regular o país enquanto nação, era necessário

também instaurar língua e cultura em comum vínculo a uma sociedade homogênea (GALTIERE, 2008, p.95).

Essa afirmação já havia sido comentada pelo historiador Eric Hobsbawm, em seu livro *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, ao afirmar que “a etnicidade e a língua tornaram-se o critério central, crescentemente decisivo ou mesmo único para a existência de uma nação potencial”. A respeito disso, a questão racial no Brasil foi compreendida por certos intelectuais²⁴ como um elemento que deveria ser “melhorado” ou mesmo “superado” mediante um amplo processo higiênico e eugênico de saneamento da sociedade.

Segundo o historiador José Roberto Franco Reis, há um aspecto muito peculiar, merecedor de nota para melhor entendermos o pensamento eugênico e suas discussões a respeito da identidade nacional do Brasil nos primeiros decênios do século XX:

para a elite intelectual do período era preciso organizar a nacionalidade brasileira a partir de uma perspectiva que rompesse com os antigos ‘racismos científicos’, que condenavam o futuro do Brasil, acusando-o de possuir uma raça degenerada, biologicamente comprometida pela mistura do elemento branco com o negro e o índio (REIS, 2003, p.186).

Assim, a ideia de *melhoramento racial* que se configurou no Brasil em conjunto com a recepção da eugenia se codificou, como descreve Regina Cândida Ellero Galtiere, mediante “percepções decorrentes de relações sociais de poder e de concepções científicas” e não de uma “entidade biológica pré-existente”. Dessa forma, com a presença dos procedimentos eugênicos e sua emergência no Brasil, a questão para as elites agora era: como construir uma nação homogênea firmada na ciência da purificação hereditária com tantos entraves relacionados à raça e ao subdesenvolvimento? (GALTIERE, 2008, p.96).

Se antes as teorias raciais buscavam comprovar as supostas fragilidades físicas, intelectuais e morais da população, os procedimentos eugênicos relacionados muito proximamente ao pensamento higienista²⁵ começaram a descrever, pela inexistência dos

²⁴ Tomando como exemplo a pesquisa apresentada pelo médico João Batista Lacerda no Congresso Universal de Raças, acontecido em Londres, na Inglaterra, no ano de 1911. O médico e antropólogo carioca afirmou que, mediante os caracteres superiores do ser humano mestiço em comparação ao negro, pelo cruzamento contínuo com o componente branco, a sociedade brasileira “afinaria a inteligência” de seus cidadãos. Na perspectiva de Lacerda, em três gerações, os descendentes dos mestiços exibiriam todas as características do componente branco homogeneizando, por consequência, os *atavismos raciais* (LACERDA, 1911, p.13).

²⁵ Usando como referência as palavras de Maria Lucia Boarini, o higienismo configurou-se no Brasil no século XIX e início do século XX como uma forma de *sanear* a sociedade estabelecendo sobre ela normas higiênico-disciplinares de vivência e conduta. Nas palavras da autora, o higienismo pode ser entendido como “um desdobramento da medicina social”, salientando, para maiores detalhes, as obras de Machado (1978) e Rosen (1994) (BOARINI, 2003, p.63).

espaços insalubres, das doenças, da pobreza e das péssimas condições socioeconômicas em que viviam os grupos menos favorecidos socialmente, que o Brasil estava apenas doente e que, portanto, precisava ser *curado* desses miasmas.

Diante do contexto apresentado, o pensamento eugênico, que em países da Europa e nos Estados Unidos incorporou a face de uma ciência voltada muito mais para o aprimoramento da raça, no Brasil, ela chegou associada à tentativa de solucionar um entre vários problemas correntes do meio social, como a pobreza, a falta de higiene, a mestiçagem, as doenças, o alcoolismo, o analfabetismo, etc.

Desta forma, ao invés de atuar apenas no indivíduo, o pensamento eugênico no Brasil, ao que parece, em primeiro lugar, esteve dividido entre a questão da limpeza racial e um melhor emprego de ações políticas voltadas ao meio social.

Fica então explícito que essa junção de propostas sobre a eugenia talvez tenha se associado aos projetos de cunho higiênico que, nos primeiros anos do século XX, discutiam soluções para as endemias, para o fim das más condições de vida da maioria das pessoas pobres que viviam no campo ou nas zonas periféricas das cidades. Sobre essa dualidade entre a eugenia e a higiene, Tânia de Luca declarou que

As proposições derivadas de Galton e da higiene, saberes que ainda caminhavam muito próximos e que, até certo ponto, apareciam confundidos nos discursos da época. Nessa união estava à crença, de que o fundo neolamarquista da transmissão dos caracteres adquiridos, que permitia encarar qualquer melhoria das condições higiênicas sanitárias da população, e nos hábitos alimentares (DE LUCA, 1999, p.230).

É importante frisar que as declarações de Tânia Regina de Luca a respeito da recepção desse discurso eugênico no Brasil associado às práticas higienistas não se configuraram de forma simplista. Para além disso, percebemos que essa relação foi produzida a partir de um aviltamento de discursos e práticas em contextos nos quais se procurou reformular as ideias eugênicas importadas, de acordo com as diferentes realidades históricas no país.

A partir dessas ideias importadas e de suas recepções diferenciadas, evidenciamos que a reformulação do discurso eugênico no Brasil foi desenvolvida e contextualizada junto a um emaranhado de ideias naquilo que José Murilo de Carvalho caracterizou historicamente como uma

Grande movimentação de idéias, em geral importadas da Europa. Na maioria das vezes, eram idéias mal absorvidas ou absorvidas de modo

parcial e seletivo resultando em grande confusão ideológica. Liberalismo, positivismo e socialismo, anarquismo misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca das pessoas mais inesperadas. Contudo, seria enganoso descartar as idéias da época como simples desorientação (CARVALHO, 1990, p.42, grifo nosso).

Partindo dessa afirmativa, acredito que as formulações sobre o discurso eugênico importado para o Brasil no referido período não se fez (des)interessadamente. Em meio a essas proposições dispostas na transição do século XIX para o XX, o que se percebe é que ele foi reformulado a partir de vários ângulos sociais, históricos e políticos. Segundo André Mota, cinco objetivos deveriam ser alcançados pelo pensamento eugênico no Brasil:

O primeiro deles foi o de ordem ética, o qual visava “a exaltação e dignificação da personalidade humana no sentido positivo e melhorista da vida individual e coletiva; enobrecimento das relações entre os homens, pela ciência e consciência do dever condizente à realidade biossocial”. O segundo teve como pressuposto os preceitos estéticos, objetiva aprimorar o fenótipo da maioria da sociedade, expurgando todas as fealdades e anomalias existentes. O terceiro foi científico, que visava estudos, observações e experiências sobre a sociedade, buscando nas bases eugênicas um melhor aproveitamento das forças cegas da natureza para *salvar* a maioria da *população degenerada*. O quarto foi de ordem racial, “visava melhorar o número de *bem dotados*, evitando variações e degradações pelo heterocruzamento, principal responsável pela inferiorização das mesmas e o quinto e último objetivo que era o de ordem social – visava resolver o problema da fertilidade, tendo em vista filhos por eleição e não por acaso, isto é, levando em conta a qualidade e não a quantidade” (MOTA, 2003, p.16, grifos nossos).

Percebendo as afirmações de André Mota, observamos que a institucionalização da eugenia no Brasil penetra o pensamento das elites intelectuais por várias características, desde a moralização social das ditas *classes inferiores*, o embelezamento estético, até o progresso social.

Outra interpretação sobre a recepção do discurso eugênico no Brasil foi apresentada por Vera Regina Beltrão Marques, ao designar que o assunto surgiu no Brasil primeiramente como “tema cultural” nos primeiros anos do século XX e com o passar dos anos encontrou terreno fértil, vindo ao encontro das preocupações do povo brasileiro. Além disso, no final do século XIX, na Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, o médico carioca Souza Lima defendeu sua tese, propondo que no Brasil deveria se instaurar uma legislação que obrigasse a realização de exames pré-nupciais e que proibisse o casamento de pessoas portadoras de sífilis, tuberculose ou doenças contagiosas que levassem a uma possível *degeneração* (MARQUES, 1994, p.52).

Um importante episódio aconteceu em 15 de janeiro de 1918 no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia, quando foi inaugurada a primeira instituição para discussão da eugenia no Brasil. Instaurava-se a Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira da América Latina, que contava com um seleto grupo de intelectuais, entre alguns estavam Oscar Freire, Renato Kehl, José Carlos de Macedo Soares, Fernando de Azevedo, Rubião Meira, Bernardo de Magalhães, Artur Neiva, entre outros.

Essa associação contou com pouco mais de 140 membros e era considerado um grupo de expressiva influência pelo poder exercido por alguns de seus membros no Brasil. O primeiro artigo publicado pela Sociedade Eugênica de São Paulo por essa associação defendia que a classe médica deveria estudar com mais afinco as leis da hereditariedade, da evolução, da conservação e da melhoria da raça humana (MARQUES, 1994, p.52).

Chegaram a debater ainda questões relativas à influência do meio ambiente, aos costumes e valores das gerações sucessivas, bem como às suas aptidões psíquicas, morais e intelectuais na sociedade. Esse mesmo grupo de intelectuais seguiu o exemplo das sociedades europeias, moldando os estudos da hereditariedade, como educação da moral, educação higiênica e sexual, tentando criar um regulamento para o casamento entre imigrantes e sujeitos indesejáveis, como prostitutas, loucos, sífilíticos, tuberculosos, entre outros (MARQUES, 1994, p.54).

Entretanto, o Brasil se distinguiu de países como a Inglaterra por razões necessárias, de modo que se a aplicação da eugenia em muitos países da Europa, como já exposto, esteve relacionada muitas vezes com o controle da população *disgênica*, com o grande número de desempregados e mutilados decorrentes da Primeira Guerra (1914 - 1918), a redução da natalidade nas supostas classes *superiores* e o aumento das *inferiores*, entre outros temas, no Brasil, pelo menos até o fim dos anos 1920, a eugenia esteve associada a determinadas *práticas eugênicas*, como higienizar certos costumes anti-higiênicos ou sanear algumas práticas que causavam a endemia e, por consequência, a degeneração social (STEPAN, 2005, p.81).

Em fevereiro de 1917, foi fundada a Liga Pró-Saneamento, instituição cujo objetivo central era o saneamento rural do país. Entre outras obras desenvolvidas, foi publicado o livro *Saneamento do Brasil*, do médico mineiro Belizário Penna, que contou com a participação de outros médicos sanitaristas fundadores da Sociedade Eugênica de São Paulo, entre os quais estavam Renato Kehl e Arthur Neiva.

O objetivo desse Instituto, entre outros, era incluir o Brasil no grupo das nações civilizadas justamente num período em que o país lutava pela superação dos modelos

europeus, seja na seara política, seja na identidade cultural *genuinamente* nacional. O grande problema para esses atores, no entanto, estava pautado nas doenças climáticas, onde os higienistas, participantes das duas instituições, pronunciavam-se:

Não existem doenças climáticas, porque nenhuma é produzida pelo clima, ou cuja etiologia feita por ele [...] sem mosquito não há transmissão, portanto, não há febre amarela. Combatendo-o para extinguir a febre-amarela [...] a ancilostomose depende de um verme, deposto no solo que nele pisam e por aí se infestam. Esta é a verdade verdadeira, provada, experimenta-se. Por que chama-la de doença climática tropical? (MARQUES, 1994, p. 56).

Em tese, a Liga Pró-Saneamento rejeitava o modelo europeu no que tange a composição étnica e a miscigenação racial como fator de atraso para o país, o que a maioria de seus colaboradores pensava se embasava numa “ciência eugênica brasileira” em nível nacional. Em meio às ações de saneamento e higienização, dentro da própria Sociedade Eugênica de São Paulo, no ano de 1926, foi fundada a Liga Paulista de Hygiene Mental, que se preocupou em realizar atividades educativas por meio de propagandas sobre os princípios da higiene mental, promovendo conferências, artigos, distribuição de panfletos, publicações muitas delas direcionadas para advogados, médicos, professores, entre outros (MARQUES, 1994, p. 59).

Um dos temas bastante divulgado foi o processo migratório dos sertanejos para as grandes cidades. Segundo André Mota, esse fenômeno provocou, na visão dos médicos, uma situação crônica, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Diante dessas preocupações, configurou-se a ideia de promover uma verdadeira corrida pela higienização social desses indivíduos nesses grandes centros (MOTA, 2003, p.33).

Nas primeiras décadas do século XX, houve uma grande inquietação que preocupou as elites na cidade de São Paulo, causada pelos primeiros surtos epidêmicos. Para conter esse caos, foi criado o Serviço Sanitário Paulista, incumbido de controlar a entrada e a saída de pessoas vindas do exterior e de outras regiões do país, o que acarretava um aumento incalculável de doenças e surtos epidêmicos no Brasil. Além desse fator, observa-se que:

As teorias raciais e as concepções eugênicas teriam um lugar especial nessa discussão, ao deslocar para o centro das questões nacionais as peculiaridades da raça brasileira. Mais do que isso, seus representantes chegariam a propor estratégias baseadas na limpeza racial, tendo em vista o “progresso do homem brasileiro” em suas particularidades físicas, mentais e morais (MOTA, 2003, p.33).

Sobre a divulgação dos princípios eugênicos no Brasil, Vera Regina Beltrão Marques contextualizou ainda que:

No decorrer dos anos 1920, deu-se num contexto de “regeneração da república” – portanto de reconstrução, de rompimento com os princípios oligárquicos e instauração de uma democracia liberal, na qual o voto secreto tivesse vez. O discurso de Olegário de Moura – vice presidente da Sociedade de Eugenia de São Paulo, pronunciava na Associação Cristã de Moços e intitulado “Saneamento-Eugênico-Civilização”, denotaria o esforço dos eugenistas de manter-se a passo com a preocupação das elites intelectuais de fazer valer os princípios cívicos e patrióticos do Brasil-Nação, que se forja através do culto nacionalista, do sentimento de “amor à Pátria”, assegurado pela militarização do país (MARQUES, 1994, p.60).

Sob o ponto de vista dos republicanos, a eugenia era defendida pelas consecutivas ligas nacionalistas com a expressão “ciência do aperfeiçoamento psíquico e moral”, argumentando que o treinamento do corpo e a organização do caráter iam de encontro com as propostas dos reformadores liberais, com o intuito de idealizar o cidadão pacífico. Não obstante, a ligação entre eugenia e civilização pronunciava-se a partir do nacionalismo, da proteção do discurso eugênico numa aparência liberal, em harmonia com as campanhas cívicas ao sabor da *Oração aos moços*, de Bilac (MARQUES, 1994, p. 61).

Por essas mesmas razões, André Mota esclarece que

Mesmo existindo críticas contundentes às teorias raciais, que as julgam como uma estratégia de dominação e reafirmação de um imperialismo disfarçado, o estabelecimento das *raças superiores* e *inferiores* ganhou espaço no mundo intelectual e científico brasileiro, ensejando interpretação das mais variadas a partir de quem e de onde se faziam essas leituras. [...] Contudo, o caráter científico que as leis propugnavam passou a dominar os espaços intelectuais do país, que tinha entre suas elites uma posição determinista ante a política e os destinos reservados ao seu povo (MOTA, 2003, p. 35, grifo nosso).

Nesse mesmo discurso, André Mota informa que no discurso dos sanitaristas e dos eugenistas, o povo brasileiro tinha um poder genético e civilizatório que assustava o progresso da nação. A *inferioridade* brasileira era algo que a comunidade científica internacional discriminava e, somada às peculiaridades miscigenadas, colaboraria para a degeneração das forças que impulsionavam o país. Declarações que, segundo André Mota, descrevia:

[...] as elites dirigentes que buscavam construir uma identidade nacional, colocando o Brasil junto aos países mais *civilizados* e *altivos*, as críticas contra esse homem “quase brasileiro” eram tidas como fundamentais para o desenvolvimento da nação e de sua história (MOTA, 2003, p. 60).

Dessa forma, percebe-se que as ideias sobre os problemas sociais no Brasil, tais como a questão racial, a saúde pública, a higiene e o progresso da nação, etc, englobavam as expectativas, ideias e propostas da eugenia como uma espécie de escape que solucionaria tais problemas, fator pelo qual se percebe a ocorrência de uma generalização das propostas higiênicas com a chegada da eugenia no Brasil.

Assim, mediante a discussão e os objetivos da *ciência eugênica* que buscava responder de certa forma às angustias e necessidades coletivas da sociedade brasileira, as ideias sobre a eugenia ganharam espaço na esfera de certos meios de divulgação. Destarte, além de determinadas intuições especializadas, como a Sociedade Eugênica na cidade de São Paulo e em outras localidades, essa efervescência sobre o conhecimento e expansão da ciência eugênica foi notadamente um reflexo do que se buscou naquela época entre seus mais iminentes apologistas.

No ensaio *Difusão dos ideários higienistas e eugenistas no Brasil*, a educadora Lilian Denise Mai afirma que esse quadro de divulgação não era algo específico do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Mesmo com certas diferenças de interpretação, a busca pela divulgação dos princípios eugênicos alcançou uma expressiva distância, em sua maioria associada quase sempre aos ideários higienistas, como aponta ao proferir as seguintes declarações:

Em Londres, em 1912, sob os auspícios da “Eugenics Education Society”, realizou-se o primeiro Congresso Internacional de Eugenia. Compareceram à brilhante assembleia representantes da Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Itália, Estados Unidos e Noruega. Inúmeras foram as teses eugênicas apresentadas pelos representantes de todos os países e, daí por diante, a EUGENIA, foi fascinando e apaixonando todos os povos civilizados, a ponto de nestes últimos anos, de 1920 para cá, terem-se realizado congressos internacionais com grande êxito de conquista de novos ensinamentos eugenéticos em Londres, Paris, Roma, Praga, Yugoslávia, Tchecoslováquia e, finalmente, na V Conferência Pan-Americana, inúmeros foram os trabalhos de EUGENIA E Higiene ventilados (MONTELEONE, 1929 *apud*, DENISE MAI, 2003, p.49)

Entretanto, a difusão dos ideais eugenistas não se restringiu a ação de periódicos específicos como na Sociedade Eugênica de São Paulo, cujas matérias:

consistiam numa grande variedade de assuntos: saneamento, higiene, educação física, hereditariedade, raça, imigração, discussões sobre os males causados por doenças, “vícios sociais”, controle matrimonial e exame médico pré-nupcial (SOUZA, 2008, p.151).

Além das promoções de divulgação de importantes instituições, como a anteriormente citada, outros periódicos buscaram divulgar a eugenia, como por exemplo o jornal *A União* e a Revista *Era Nova* no estado da Paraíba, e é sobre eles que discutiremos mais especificamente no próximo capítulo, salientando antes o contexto histórico no qual se encontrava o estado nos anos de 1914 a 1921.

CAPÍTULO III

DISCURSOS HIGIENISTAS E A EUGENIA NA PARAÍBA (1914 – 1921)

Afigura-se-nos de elevada importância e de inadiável realização o estudo das condições hygienicas da nossa capital, em tudo que se relaciona com a salvaguarda da saúde pública. Não é sem bons fundamentos e sem a observação acurada de alguns annos que nos animamos a despertar a atenção dos governos presentes e futuros sobre os males que nos ameaçam deante da constituição médica da Parahyba, que já não é das mais favoráveis, cotejando-se o coeficiente de mortalidade de hoje com o da de épocas remotas. Por onde que se comece o estudo das diversas causas productoras umas e aggravantes outras, da má hygiene da nossa capital, ver-se-á, no seu termino, que são inúmeras essas causas, cada qual mais carente de prompto e efficaz remédio, todas merecedoras de um remodelamento accorde às exigências da hygiene moderna (MAROJA, 1911, p.431, grifos nossos).

Em todos os tempos e hoje, sobretudo que a sciencia médica se acha tão adiantada, tem sido a saúde publica objeto de especial cuidado por parte dos governantes. Não se justifica, não se excusa de modo algum o governo que põe num plano secundário os grandes interesses do povo e das classes sociaes. Mas acima de tudo, está à saúde publica. Ella vale certamente mais que o ouro. O primeiro dever do Estado, dever imperioso e de stricta justiça é roubar cidadãos da morte, dar vidas à nação. O contribuinte leva o seu dinheiro ao erário publico tem o incontestável direito de exigir que uma parte ao menos de suas avultadas contribuições reverta-se em beneficio de sua saúde e resuzil-a o mais possível. Entre nós, apesar dos esforços do illustre corpo médico, a hygiene acha-se muito descurada e, pode-se dizer, quase que embrionária. Em Alagoinha, desde annos, e actualmente em toda a zona do município de Guarabira, a febre vae dizimando, numa proporção assustadora, os nossos patrícios. Ainda hontem era Campina Grande vítima da terrível pese bubônica, alarmando-se com o caso toda a Parahyba. A peste alastrava-se, todos os annos, pelo interior afora, ceifando vidas e levando o pavor aos campos. Em Cabedello e aqui mesmo na capital, há focos de infecção que estão a reclamar dos poderes públicos serias e urgentes providencias (A IMPRENSA, jul.1915, grifos nossos).

3.1 A PARAÍBA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA

A partir das duas referências supracitadas, podemos refletir sobre um possível retrato da situação higiênica e da saúde pública na qual se encontrava a sociedade na Paraíba. Talvez as sugestivas citações reflitam parte dos efeitos deixados pelas secas e o flagelo das doenças que se alastraram em boa parte do estado desde os últimos anos do século XIX²⁶ ou ainda em decorrência do estado quase que embrionário que se encontrava a saúde pública na Paraíba.

Na primeira referência, observamos a explanação do médico paraibano Flávio Maroja²⁷ descrevendo a situação higiênica e afirmando os limites de desenvolvimento da capital do estado da Paraíba em relação à saúde pública. Afirmação essa que se complementa na sequência do texto, quando o autor declarar que “a hygiene de nossos dias não leva vantagem em relação à hygiene que nos legaram nossos antepassados”(MAROJA 1911, p.431).

Na continuação, observamos a outra referência, escrita quatro anos depois no periódico católico *A Imprensa* pelo arcebispo da Paraíba Dom Adauto (1855-1935), cujo teor da reportagem expressava os questionamentos e desaprovações em relação à saúde pública no estado. Não se descarta que a nota emitida também censurasse politicamente o então governo do João Lopes Machado.

Para tanto, as questões lançadas por Dom Adauto foram emitidas mesmo após a institucionalização da *Inspetoria de Hygiene*, instituição criada em 1911, cujos pré-requisitos correspondiam ao estabelecimento e organização de normas higiênicas e profiláticas para melhorar a saúde pública da população no estado. Entretanto, os deveres contrastavam com a precária estrutura física e os poucos investimentos, conforme aponta Lenilde Duarte de Sá, ao afirmar que “em nenhum momento, se fazia referência à participação orçamentária do estado à disponibilidade de recursos para implantar as normas [...] todos os seus recursos, vinham de multas” (SÁ, 1999, p.198).

²⁶ Para maiores detalhes sobre os surtos endêmicos, as migrações e a seca em fins do século XIX na Paraíba, ver: SÁ (1999), CHAGAS (2004); SOARES JÚNIOR (2011).

²⁷ Flávio Maroja foi um dos mais atuantes médicos no estado da Paraíba no início da República. Nasceu na cidade de Pilar (1864 - 1940) e obteve o diploma de médico pela Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro em 1888. Em meio às atividades ligadas à saúde pública, foi Deputado constitucional em 1890 e Vice-Presidente do Estado no Governo Sólon de Lucena (1916-1920). Participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Atuou em instituições de expressiva representação política e social no estado, entre elas o Hospital Santa Isabel, o Instituto Histórico e Geográfico, a Santa Casa de Misericórdia, o Instituto Vacinogênico e a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba. Foi amigo particular de Oswaldo Cruz, médico bacteriologista e fundador do Instituto Oswaldo Cruz (1900) no Rio de Janeiro (CASTRO, 1944, p.179-181).

Entre outras competências da *Inspetoria de Hygiene*, estava a distribuição de socorros públicos às comunidades infectadas pelas endemias, a inspeção de escolas, asilos, prisões, manicômios, entre outras instituições, de forma a combater as moléstias que assolavam a população naquela época. No entanto, entre as pretensões e a prática, os serviços prestados se defrontavam com “a falta de estrutura material e de recursos tecnológicos que viabilizassem as atividades sanitárias” (SÁ, 1999, p.199).

Dessa forma, entre a criação de determinadas instituições que viabilizassem a situação da saúde pública e da higiene no estado, como foi a *Inspetoria de Hygiene*, e a prática, boa parte dos anseios não eram correspondidos. Destarte, diante das possíveis inviabilidades, fossem elas de ordem política ou econômica para a não execução dos projetos higiênicos, como apontou Lenilde Duarte de Sá (1999), nos primeiros decênios da Paraíba na República, uma questão nos chamou a atenção.

Se, naquele período, não foi possível organizar determinados procedimentos para evitar todas as desgraças causadas pela falta de higiene ou pelo pouco avanço da medicina no estado, como de fato se esperava, nos discursos apontados por Flávio Maroja e Dom Adauto estava a interpretação de que o governo precisava *cuidar* da saúde, *sanear* as casas, os espaços públicos e, sobretudo, disciplinar os corpos como questão urgente e/ou necessária para o desenvolvimento do estado.

Nesse sentido, percebemos que a inserção do discurso higiênico assume os cuidados com a prática de disciplinar tudo aquilo que era considerado *antigênico*. Não será apenas a doença ou os males trazidos por ela o cerne das atenções dos poderes públicos.

Por meio desses discursos higienistas, observamos que o alvo das ações tomaram como foco certos indivíduos que causavam algum *desconforto* às elites, aos poderes públicos, tais como os pobres, os mendigos, os negros, os loucos, e não apenas os doentes: categorias *ditas* inferiores pelo discurso eugênico. Talvez a finalidade desses discursos fosse institucionalizar uma espécie de *profilaxia social*, muito bem exposta por João Ribas como algo cujo

“desviante” é aquele que não está integrado, que não está adaptado, que não se apresenta física e/ou intelectualmente normal, e, portanto encontra-se à parte das regras e das normas. Deste modo o “desvio” ou a “diferença” social são parâmetros estabelecidos pela organização sociocultural (RIBAS, 1985 p.18-22).

Para sermos mais explícitos, verificamos nesses discursos a presença do que Michel Foucault chamou de um discurso *biopolítico*, discurso que aos poucos foi

verticalizando sua atenção não apenas para a gestão preventiva, a fim de evitar a morte das pessoas, mas um discurso que começava a buscar uma administração mais ampla através de uma espécie de gestão da vida. Essa nova forma de controle arquitetou-se através da instalação de “duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificamente, voltado para o desempenho do corpo e encarando os processos da vida”, uma característica muito peculiar, “cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida” (FOUCAULT, 2011, p.152).

Com base nesse *biopoder* verificado por Foucault, observamos que a instalação

Da velha potencia da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberto pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês: aparecimento, também do terreno das plásticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações (FOUCAULT, 2011, p.152, grifo nosso).

Se apropriando dessa discussão, Waldeci Ferreira Chagas expressou em sua tese de doutoramento, intitulada *As singularidades da modernização na Cidade da Paraíba, nas décadas de 1910 a 1930*, que, para além da preocupação com o amorfoseamento dos espaços urbanos, com as condições higiênicas, com as doenças, e com a questão da salubridade na capital do estado da Paraíba, as elites políticas, em consonância com a classe médica e outros segmentos da sociedade, direcionaram sua atenção disciplinar aos indivíduos pobres, mendigos, loucos, alcoólatras, que, desde fins do século XIX, migravam em excessivo número para a capital, em detrimento das secas e das pestes endêmicas que, desde meados de 1870, desolava boa parte do estado (ALMEIDA, 1994, p.163).

A aglomeração populacional na capital nas primeiras décadas do século XX foi significativa, o número de pessoas quase dobrou, indo de 12.660 habitantes em 1877, para mais ou menos 28.800 habitantes em meados dos anos 1920. No primeiro dia do mês de janeiro de 1878, em sua mensagem endereçada à Assembleia Legislativa na então Província da Paraíba, o então presidente Ulysses Vianna informava que a capital do estado havia acomodado só naquele ano mais 35.000 emigrantes da seca (ALMEIDA, 1994, p.165).

Acreditamos que essa concentração de pessoas tenha deixado os governantes ainda mais preocupados por acharem que, além do crescimento populacional que amontoava o centro da capital, o número de mendigos, bêbados, pobres e doentes que miseravelmente

perambulavam por entre os espaços públicos causava certo mal-estar às elites na medida em que criava certa desconfiança entre os comerciantes, sobretudo por expor publicamente seus flagelos.

Concebia-se, ainda na compreensão das elites, que aquela população desnutrida, feia, pobre e desprovida de condições materiais, carregava consigo, além da miséria humana causada por vários motivos, possíveis moléstias que viriam asuscular iminente flagelo ou dificultar a vida das elites. Esse tipo de repúdio ou medo sobre as classes disgenéticas foi nomeado por Maria Helena Souza Patto de *desqualificação dos pobres*, princípio analisado pela pesquisadora como forma de justificar as críticas e desigualdades geradas pelas opressões causadas pelo capitalismo no Brasil em diferentes instâncias nos primeiros anos da Primeira República (1889-1930).

Como parâmetro para essa justificativa, a autora sustenta suas observações nas considerações tecidas por Eric Hobsbawm quando ele disse, em sua obra *A era do capital*, que “o liberalismo não tinha nenhuma defesa lógica diante dos clamores de igualdade e democracia; portanto, a barreira ilógica do racismo foi levantada: a própria ciência, o trunfo do liberalismo, podia provar que os homens não são iguais”, de onde, para a autora, conclui-se a tese estabelecida por Hobsbawm de que “o darwinismo social e a antropologia racista pertencem não à ciência do século XIX, mas à sua política” (HOBSBAWM, 2011, p.277).

Ao construir a análise anteriormente anunciada, Maria Helena Souza Patto presume que a ideia de desqualificação dos pobres se configurou naquele período como um eficiente *deslizamento semântico*, termo já usado por Margareth Rago (1997, p.190), que teve como desfecho:

Uma profunda e metódica desqualificação dos pobres, de presença duradoura da cultura brasileira: apoiado na ciência, *no discurso oficial* que substituiu os termos emprestados da demonologia que anteriormente definiram a natureza do povo insubordinado, e a pobreza passou a significar sujeira, que significava doença, que significava degradação, que significava imoralidade, que significava subversão. A doença não era só um mal físico, mas a deteriorização da alma, da raça, que se traduzia nos mais variados vícios: alcoolismo, promiscuidade sexual, negligência dos deveres paternos, vadiagem, crime, baderna anarquista. Doenças físicas, hábitos tidos como viciosos e sentimentos de revolta eram todos postos sob o rótulo de patologia (RAGO, 1999, p.184).

Na capital da Paraíba, a imagem tétrica descrita pelas matérias jornalísticas a respeito dos pobres nos arredores da cidade nos primeiros anos da República era apresentada em meio às mais insociáveis condições de moradia às quais estavam submetidos homens,

mulheres e crianças que viviam em condições insalubres e que perambulavam pelas ruas em busca de subsistência ou de um mínimo de acomodação.

Esses discursos representavam primeiramente o retrato de um estado cujo contexto robustecia a necessidade de denunciar para os poderes públicos a presença desses *tipos indesejados*. Era necessário *sanear* a sociedade: tudo o que se considerava feio, perigoso, disgêneo; daqui nascia um *discurso eugênico* que buscava, por meio de certos procedimentos, como a divulgação nos jornais, denunciar o *horrível espetáculo da degeneração* exposto pelos pobres, ladrões, alcoólatras e doentes.

Podemos observar esse tipo de discurso na matéria editada pelo jornal *A Imprensa* no primeiro dia de fevereiro de 1914, que denunciava a seguinte situação:

Quem passar à noite pelo local onde está situado o prédio do jornal “*A União*”, registrará ao lado da entrada principal do mesmo, umas infelizes criaturas maltrapilhas e doentes, a estender as mãos aos transeuntes, pedindo-lhes um tostão para matar a fome. *Um quadro bastante doloroso, mas que está a requerer aos poderes públicos, uma providencia. Essas criaturas sem teto que os possa abrigar fazem infelizmente da calçada daquele conceituado órgão as suas bancas de mendicância o seu miserável leito.* Ainda crescem a circunstancia de haver entre eles algumas criancinhas. Em outros pontos da cidade, como sejam o Parque Sólón de Lucena e as calçadas de várias ruas de nossa capital, são encontradas inteiramente abandonadas *quando deveriam estar internadas em nossas casas de socorro público. Estamos certos que as autoridades competentes, tomarão as devidas providencias* (*A IMPRENSA*, 01 fev.1914, grifo nosso).

Através dessa matéria, percebemos não apenas a denúncia, por parte do jornal *A Imprensa*, mas também a vontade de *desinfetar* dos arredores da cidade aquelas pessoas que, com suas *fealdades*²⁸, apavoravam as elites que transitavam nos espaços públicos. Diante disso, em contraste com as preocupações com o espaço e com o corpo, encontramos em nossas investigações um tipo de discurso eugênico que estava entre a necessidade higiênica de limpar o *horrível espetáculo* dos espaços públicos e uma concepção que buscou disciplinar aquelas pessoas que *disgenicamente* empobreciam o pensamento social das elites. Ainda sobre esses discursos eugênicos na Paraíba, passamos a discutir uma interessante matéria cujo assunto se centralizava em outras observações.

²⁸ O termo *fealdade* aqui empregado não se caracteriza apenas pela má aparência, mas faz uso da palavra de um dos principais militantes da eugenia no Brasil: “a fealdade aqui empregada, tem como significação mais ampla do que a do entendimento corrente. Não corresponde, apenas a falta de preditivos físicos, de graça e de outros atractivos, que fazem de um homem ou de uma mulher alvo de admiração e sympatia. A fealdade é encarada nas páginas que se segue, sob o ponto de vista galtoniano e, como tal, emprestei-lhe o sentido de dysgenia ou se quiserem, da cacogenia. Em outros termos, Ella equivale à anormalidade, à morbidez, assim como a belleza equivale à normalidade, à saúde integral (KEHL, 1923a, p.5).

3.2 ENTRE O ATRASO E O ORGULHO: OS TIPOS EUGÊNICOS NA PARAÍBA

A Parahyba, soffrendo originalmente da fatal desvantagem de ser uma das menores circumscrições federativas da República, desajudada, além disso, ate certo ponto, dos elementos essenciais que contribuem para envolver o uniforme harmônico da civilização nos grandes Estados do Sul, si, por essa fase, não pode enfrentar comparação condigna relativamente àquelas progressistas unidades máximas de nossa nacionalidade (A UNIÃO, 20 jan.1914, A.P.E.P, grifo nosso).

A presente matéria, publicada pelo jornal *A União*, apresentava em suas primeiras linhas certo constrangimento a respeito das limitações do estado da Paraíba em comparação às outras unidades da federação. O responsável pela matéria foi o jornalista paraibano João Ribeiro Dantas, assíduo repórter no estado, que, além do jornal *A União*, empenhou-se nas edições de outros expressivos periódicos no estado da Paraíba, entre os quais estavam os jornais *O Liberal* e o *Estado da Parahyba*, que circularam entre os anos 1920 e 1930, conforme aponta Fátima de Araújo (1983, p.79).

Maiores detalhes sobre o autor da matéria não foram encontrados na presente documentação, nem nas referências bibliográficas. Entretanto, é importante salientar que a reportagem foi redigida no penúltimo ano do então Governo Estadual presidido por João Pereira de Castro Pinto (1912-1915), período cujas ações realizadas no estado se resumiram à manutenção e alguns poucos melhoramentos no sistema de abastecimento d'água e luz elétrica: atividades desenvolvidas na gestão do Governo de João Lopes Machado nos anos de 1908 a 1912 (ARANHA, 2005, p.115).

Dessa forma, no primeiro momento do texto, o autor enfatiza as existentes limitações da Paraíba no tocante ao pouco desenvolvimento até então, além das desvantagens em comparação aos outros estados na Federação. Nessa apresentação, um argumento nos chamou a atenção: quando o autor falou dos poucos *elementos essenciais* no estado.

Subentende-se que, entre outras possíveis interpretações, essa indagação estava relacionada a uma espécie de *resposta* as elites dada às poucas soluções encontradas no que diz respeito ao progresso e ao desenvolvimento do estado, no que concerne, por exemplo, aos elementos tão requeridos na época, como o melhoramento da saúde pública, das instituições de higiene e o saneamento dos espaços públicos.

Todavia, na sequência da matéria, foi apresentado por João Ribeiro Dantas, um componente muito peculiar em relação à Paraíba. Se, nas primeiras considerações, o estado

ainda encontrava-se em um estágio embrionário de desenvolvimento e progresso em relação às outras unidades da Federação,

*por outro lado, porém se estudada sob o prisma intelectual, reveste aspecto glorioso e promissor, competindo e rivalizando sobremaneiramente nos elevados intermúndios do pensamento e das letras. De ligeiro e fugaz exame inspectivo, relanceado na história phychica do Estado, depreheende-se para logo quão numerosos são os *typos representativos* que com fulgurante radio-actividade intelectual incrementam a brasileira literatura enriquecendo – a cada passo com remarcado contingente de produções valiosas. Não traduz, de certo, exagero o dizer-se que aqui é quase uma *legião de talentos em flagrante antithese com o atraso omnímodo desta parte da federação* (A UNIÃO, 20 jan.1914,A.P.E.P, grifos nossos).*

Se, nas palavras do autor, o estado ainda não correspondia em sua totalidade aos anseios do desenvolvimento e do progresso, diferentemente dessa conclusão pessimista, para João Ribeiro Dantas, a Paraíba dispunha de um fulgurante grupo de talentos do ponto de vista *eugênico*. Quem eram esses personagens de merecido destaque segundo o autor? Como se explicou esse fenômeno a ponto de representar uma espécie *contraste positivo* se comparado às limitações do estado? Quais as suas características?

Antes de responder às interrogações, é importante salientar que, em meados de 1914, foi desenvolvida a primeira tese sobre a eugenia no Brasil pelo médico carioca Alexandre Tepedino. A pesquisa teve como título *A eugenia* foi elaborada a partir dos debates travados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dessa forma, percebemos que em meio às primeiras produções acadêmicas a respeito da eugenia no Brasil, na Paraíba, os relatos sobre esse *conhecimento científico* já circulavam, como demonstra a presente matéria. No entanto, vale salientar que as interpretações sobre a eugenia ganharam diferentes conotações pelas elites intelectuais em diferentes localidades (STEPAN, 2005, p.45-46).

Na Paraíba, essas diferentes interpretações, guardados os devidos cuidados com as comparações, ao que parece, não foi diferente. Se o tema da eugenia, apresentado na primeira parte da matéria, associava o assunto aos problemas e limitações existentes no estado, no seguimento da presente reportagem, difundiu-se uma consideração singular e positiva.

Segundo João Ribeiro Dantas, o estado da Paraíba já havia produzido um seleto grupo de *gênios* e *talentos*, personagens também chamados de *tipos eugênicos*²⁹. Antes de destacar os personagens, é importante explicar o que se entende por *gênios* e *talentos* na

²⁹ A *União*, 20 jan.1914, A.P.E.P.

concepção eugênica. Essas duas noções – *gênios* e *talentos* – ganharam ênfase no pensamento eugênico de Francis Galton a partir da publicação de sua obra *Hereditary Genius* (1869).

Esses princípios foram estabelecidos após um intenso embate de análises com seu primo Charles Darwin a respeito da teoria da hereditariedade e de certas habilidades *exclusivas* de alguns seres humanos. Após rechaçar a *teoria da pangênese*³⁰, defendida por Darwin, o resultado estabelecido por Galton foi de que o “talento é hereditário e não o resultado do meio ambiente”. Dessa forma, mesmo o espaço social não proporcionando instrumentos para a *evolução* dos indivíduos, sobretudo pela existência de problemas de ordem geral, como a falta de higiene, a existência da pobreza, dos vícios, do subdesenvolvimento, entre outros, os *tipos eugênicos* tinham, na concepção galtoniana, características positivas inerentes desde o seu nascimento (DIWAN, 2003, p.40-41).

Apresentada a hipótese galtoniana, percebemos que foi se valendo dela que João Ribeiro Dantas possivelmente escreveu a presente matéria e legitimou suas considerações. O repórter classificou cinco personagens com aspectos considerados *eugênicos*: homens que, na concepção de Francis Galton, estariam ordenados entre as *peças bem nascidas*, por isso os atributos distintos.

Entre os considerados *tipos eugênicos* na Paraíba, o primeiro foi João Pereira de Castro Pinto (1863-1944), filho de uma abastada família da Mamanguape, formou-se em Direito na Faculdade do Recife em 1886 e logo após diplomar-se foi nomeado Promotor de Justiça, vindo a exercer o cargo nos estados de Pernambuco e posteriormente no Pará. Além de atuar na área jurídica, Castro Pinto também realizou atividades intelectuais, escrevendo em alguns periódicos do estado da Paraíba, entre eles a *Revista Philipéia* e o jornal *A União* (ARAÚJO, 1986, p.138).

Ademais, o sugerido personagem desempenhou atividades políticas no estado da Paraíba entre os anos de 1906 a 1915, período no qual atuou como deputado (1906 e 1908), senador (1912) e governador do estado (1912 a 1915). Além dessas sugestivas influências políticas e intelectuais, seu destaque como um *tipo eugênico* na reportagem possivelmente foi fortalecido por ele ser o governador em exercício no período em que a reportagem foi editada, sem falar que o mesmo era branco, característica muito peculiar para o pensamento eugênico no Brasil, que buscava, além do aperfeiçoamento do meio, o consequente *aprimoramento* da

³⁰A teoria *pangenética*, ou simplesmente *pangênese*, foi um princípio estabelecido por Charles Darwin em meados do século XIX que explicava, a partir de um complexo mecanismo de transmissão hereditário de partículas celulares que representavam os caracteres da hereditariedade, também chamadas de gêmulas, o modo como a formação do indivíduo, a partir das transmissões materna e paterna, seria modificada pelo meio ambiente (CASTAÑEDA, 1994, p.72).

raça, tendo como principal objetivo extinguir as pessoas negras e mestiças (STANCIK, 2005, p.49).

O segundo personagem considerado um *tipo eugênico* foi o intelectual Carlos Dias Fernandes³¹ (1874-1942), diretor do jornal *A União*. Nascido também em Mamanguape, filho do médico João Nepomuceno Dias Fernandes e da comerciante Maria Augusta Saboia Dias Fernandes, teve uma estreita amizade com Castro Pinto, e esse talvez tenha sido um dos motivos pelos quais após anos trabalhando fora do estado, voltou à Paraíba aceitando o convite do governo para dirigir o jornal *A União* (MARTINS, 1976, p.17-18).

No período em que coordenou o jornal oficial do estado da Paraíba (1913-1925), publicou obras de expressivo destaque naquela época. Entre tantas, enfatizamos as conferências *Noção de pátria* (1914), *A defesa nacional* (1916) e o livro *Escola pitoresca* (1918), que tratavam da temática cívica, muito presente naquele período. Escreveu ainda trabalhos sobre cuidados higiênicos e os males causados às crianças pela má alimentação, assunto encontrado no livro *Infância proletária* (1924).

Acreditamos, dada às proporções, que a designação de *tipo eugênico* concebida a Carlos Dias Fernandes por João Ribeiro Dantas estivesse relacionada às suas atividades intelectuais no estado da Paraíba, e, sobretudo, à sua posição política no próprio jornal *A União*. No entanto, as ações exercidas por ele se harmonizavam em conformidade com o que se esperava dos homens da elite de sua época: um tipo de posicionamento que, por meio de *práticas civilizadas*, se procurava *eugenizar* a sociedade de suas *anomalias* (KEHL, 1923a, p.16).

Feita a primeira exposição dos personagens considerados como *tipos eugênicos*, constatamos que o tipo de discurso eugênico empregado na presente reportagem buscou muito mais enaltecer esses dois personagens com certa influência política e intelectual na Paraíba do que propriamente estabelecer uma discussão racial, sanitária ou higienista, a qual se propunha os preceitos eugênicos, embora o autor da reportagem tenha feito uso de determinadas terminologias eugênicas, como os conceitos de *talento* e *gênio*, já explicados.

Assim sendo, percebe-se que, mesmo empreendendo uma teorização eugênica desde o início da matéria, como já foi observado, João Ribeiro Dantas, ao que parece, fez uso de determinados termos eugênicos e ao mesmo tempo exaltou os citados personagens em detrimento de suas possíveis capacidades e influências, fossem elas políticas ou intelectuais.

³¹ *A União*, 20 jan. 1914.

A mistura de termos usados João Ribeiro Dantas pode ser pensada a partir da discussão empreendida por Michel de Certeau, a exemplo do item, *fazer surgir diferenças: do modelo ao desvio*, questão apresentada em seu livro *A escrita da História* (2002). Ao analisar a presente matéria, a discussão eugênica baseou-se numa interpretação muito difícil de ser compreendida isoladamente das proposições pensadas e defendidas pelo autor da reportagem. Dessa forma, a *interpretação* usada por João Ribeiro Dantas se torna *distinta* e ao mesmo tempo *adjacente* no que se refere ao tema da eugenia, “em função do material produzido pela constituição de séries e de suas combinações” (CERTEAU, 2002, p.85).

Concluída essa primeira análise, o terceiro personagem, considerado tipologicamente como um *ser eugênico*, digno de orgulho para o estado, segundo o repórter João Ribeiro Dantas, foi o pintor paraibano Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905). Nascido na cidade de Areia em meados do século XIX, filho de Daniel Eduardo de Figueiredo e de Feliciano Cirne, Pedro Américo ainda jovem se mudou para a cidade do Rio de Janeiro pra estudar arte e pintura, ulteriormente foi enviado para a Escola de Belas Artes em Paris, onde obteve o título de Doutor em Ciências Naturais (BARROS, 2006, p. 63-65).

Talvez a trajetória de Pedro Américo nos campos das artes e da pintura³² tenha chamado a atenção do repórter João Ribeiro Dantas, ainda mais porque a atividade artística, que representava a beleza das artes e do corpo, estava em consonância afinidade com o pensamento eugênico daquela época, pois além de defender a seletividade racial e o saneamento dos espaços periféricos, a apreciação da beleza estética dos corpos perfeitos era uma característica preponderante do pensamento eugênico, como afirmou o médico paulista Renato Kehl, ao enunciar que nós, como “amigos que somos do bello, não podemos cruzar os braços ante a desfiguração plástica e psychica da humanidade” (KEHL, 1923a, p.16).

Na última apresentação, João Ribeiro Dantas aponta o empresário e político paraibano Assis Chateaubriand (1892-1968), nascido na cidade de Umbuzeiro, como outro tipo eugênico. Filho do magistrado Francisco Chateaubriand de Melo e de Carmem Chateaubriand Bandeira de Melo, Assis Chateaubriand logrou uma considerável influência política em sua época³³. Talvez por isso tenha ganhado o *status* de um *distinto tipo eugênico*.

³² Entre algumas pinturas de autoria de Pedro Américo, destacamos *Sócrates afastando Alcebiades do vício*, produzida em 1861, e *Independência ou morte*, elaborada em 1888, na qual retrata a independência do Brasil em relação a Portugal, ocorrida em 1822. Para maiores detalhes sobre as aptidões artísticas e políticas de Pedro Américo, sugere-se leitura da tese de doutoramento *A arte como princípio educativo: uma leitura biográfica de Pedro Américo de Figueiredo e Melo* (BARROS, 2006).

³³ Para maiores esclarecimentos sobre a vida de Assis Chateaubriand, sugerimos a leitura do livro *Chatô rei do Brasil* (1994). Escrito por Fernando Morais, o livro trata da história e das relações sociais e políticas desse influente intelectual e empresário no cenário brasileiro entre os anos 1910 a 1950.

Consideramos que a história sobre a vida e os percursos de Assis Chateaubriand merece um destaque mais meticuloso e analítico em outras pesquisas. No entanto, para o momento, o que pretendemos fazer nessas breves considerações é estabelecer uma compreensão de que, ao ser citado por João Ribeiro Dantas, esse personagem não foi lembrado tão somente por sua influência política no referido período. Talvez essa nomeação tenha alguma relação com as suas significativas contribuições na imprensa paraibana, especialmente no jornal *A União*, em meados de 1920 (ARAÚJO, 1986, p. 108).

Entre outras possíveis considerações a respeito desse e de outros personagens da elite na Paraíba, o discurso empregado na matéria sobre a eugenia constituiu-se muito mais como um parecer valorativo intelectual e político a respeito dos personagens do que propriamente sobre as positivities estabelecidas a partir de suas possíveis aptidões eugênicas.

Assim sendo, constata-se que essa primeira reportagem sobre a eugenia na Paraíba formulou-se com base num emaranhado de questões nas quais podemos observar a presença do que Michel de Certeau chamou de *lugar social*. Termo importante, que nos possibilitou entender que a construção do discurso está permeada por uma possível relação de proximidade ou não do autor com os personagens dos quais fez uso na reportagem em destaque, considerando-os *tipos eugênicos*.

Essa relação possível passa uma ou mais questões, que foram estimuladas em sua maioria pela submissão de “imposições, ligadas a privilégios, enraizados em uma particularidade” que, por conseguinte, são construídas em “função deste lugar pelo qual se instaurou os métodos, que se delineia uma topografia de interesses” (CERTEAU, 2002, p.66). Feitas essas últimas considerações, apresentaremos a próxima matéria, que trata do discurso eugênico na Paraíba.

3.3. O HOMEM OU O MEIO? A EUGENIA E O APERFEIÇOAMENTO DAS RAÇAS: DESVIOS DAS DOUTRINAS DE GALTON

Antes de expor a referente reportagem, podemos observar que, nas matérias selecionadas para a elaboração dessa pesquisa, existe uma lacuna cronológica quanto à sequência de reportagens sobre a eugenia e uma mudança considerável de perspectiva no que diz respeito ao tema da eugenia. Se, em 1914, encontrou-se a presente matéria sobre as *zonas eugênicas*, na qual o autor empreendeu uma espécie de *apologia* intelectual e política com

detalhes eugênicos a respeito de determinados personagens de considerável influência no estado da Paraíba, só em 1921 é que os periódicos selecionados se prontificaram a divulgar outras reportagens sobre o tema da eugenia.

Pressupomos que, para uma análise mais estruturada sobre o *porquê* dessa lacuna cronológica nos periódicos selecionados, faz-se necessário uma pesquisa específica sobre os mesmos, sobretudo no jornal *A União*, que circulava desde os últimos anos do século XIX. Sobre o entendimento das modificações do discurso e das ideias sobre a eugenia no Brasil, especificamente nas matérias editadas na Paraíba, intentaremos uma possível explicação antes de explorar com mais detalhes a segunda matéria.

Diante disso, constatamos, nas leituras que fizemos sobre o tema, que, na primeira década do século XX, estabeleceu-se uma mudança significativa a respeito dos problemas que de certa forma impediam o crescimento do Brasil. Novas interpretações surgiram a respeito do cenário nacional e político da nação, sobretudo no que diz respeito “as teorias raciais e climáticas que foram aos poucos sendo substituídas por explicações de caráter históricas e sociológicas sobre a realidade nacional e as condições de vida da população” (SOUZA, 2006a, p.25).

Intelectuais daquela época, como o médico e educador Manoel Bonfim, em sua obra *América Latina: males da origem*, escrita em 1905, tentavam justificar os problemas nacionais existentes no Brasil, bem como na América Latina a partir de uma ótica social e histórica, fugindo dos determinismos raciais que, por um longo período, foi digno de nota e explicação para o atraso da nação. Pressupunha-se, na concepção de Bonfim, que alguns entraves na América Latina estavam associados ao histórico da colonização, bem como às desvantagens econômicas, que o Brasil, por exemplo, sofreu ao longo de sua história.

Essa análise se afastava do paradigma da mestiçagem e da nação degenerada, começava-se a refletir que a estruturação do Brasil estava no embasamento de melhores condições econômicas, do desejo político das classes governamentais, e, sobretudo, de um meio ambiente que favorecesse outras importantes questões, como educação, saúde e habitação (SOUZA, 2006a, p.26).

Esse sentimento nacionalista que emergiu naquele período estruturou-se no “desejo de retirar o Brasil do tão propalado atraso civilizacional”, pensamento que fomentou o desenvolvimento e a divulgação de um intenso debate entre os meios intelectuais e parte da imprensa “sobre as condições raciais e de saúde da população, o que possibilitou formular algumas das mais originais e bem estabelecidas ideias sobre o Brasil e a identidade nacional” (SOUZA, 2006a, p. 27).

No entanto, fundamentou-se a percepção entre os meios intelectuais não somente a respeito das *ideias* sobre o Brasil, além disso, começou-se a conceber possíveis meios e práticas para modificá-lo. Nesse intuito, como já comentado no capítulo anterior, as expedições promovidas, pelo Instituto Oswaldo Cruz, tiveram repercussões e interpretações diferenciadas no cenário nacional, na Paraíba não foi diferente, como já apresentado.

Não obstante, os relatórios sobre as comunidades carentes nos sertões do Brasil, emitidos e divulgados por intelectuais como o médico sanitarista Belizário Pena “através de uma série de artigos publicados nos jornais da época”, apresentavam o “descaso político com que o Estado brasileiro tratava a saúde da população sertaneja” (SOUZA, 2006a, p.27).

Essas divulgações repercutiram de tal forma que, segundo a análise de alguns autores, os futuros conceitos a respeito da saúde pública, do saneamento e da limpeza foram incrementados com base no relatório dessas viagens, fator pelo qual “o texto alcançou tanta repercussão que muitos intelectuais envolveram-se em questões relativas à saúde pública, a partir de então” (DIWAN, 2003, p.95).

Tais considerações ganhavam força entre os meios intelectuais e políticos bem como espaço nos jornais da época. Em meados de 1924, o jornal *A União* divulgou uma matéria sobre o médico Belisario Penna a respeito do *futuro* do Brasil e da importância de seu livro *Saneamento do Brasil* (1918). Para ficar mais compreensível, a mencionada reportagem começava da seguinte forma:

O Sr. Belisario Penna, higienista e clínico de grande renome é inquestionavelmente, um dos maiores e mais perseverantes propulsores dos nossos *destinos nacionais*. O eminente publicista e conferenciasta acha, com sobeja razão, que a defesa do nosso paiz não significava apenas a *organização da força armada, mas de uma serie de elementos de natureza higienica, política e social, moral e econômica que devem se congregar e funcionar harmonicamente* (A UNIÃO, 03 abr. 1924, A.P.E.P, grifos nossos).

Além da concordância com os intentos cívicos apresentados por Belisario Penna, a publicação do jornal *A União*, na sequência do texto, discute “a ardente fé cívica e a poderosa iniciativa de um dos nossos maiores médicos e escritores mais ilustre pela cultura encyclopedica e pela irradiação do espírito”, além de concordar com a iniciativa com base nas atuações do médico. No complemento dessas considerações, formulou-se a importância dessas ideias esboçadas no discurso de Belisario Penna, visto que, segundo a nota, a obra do médico refletia historicamente, naquele período, “o estylo candente, comunicativo, próprio para persuadir e convencer é o brado de alarme contra essas misérias, só resultantes do nosso

desleixo, na nossa indiferença por essas reconquistas da natureza contra o homem” (*A UNIÃO*, 03 abr.A.P.E.P,1924).

Dessa forma, as considerações apresentadas pelo jornal *A União* sobre o médico Belisario Penna e a *salvação* do Brasil descrita pelo *saneamento generalizado* dos males detectados pelas elites intelectuais, especialmente pela classe médica, nesse caso, refletem não apenas o espírito nacionalista que emergia naquele período, mas também seus efeitos e a força com que essas divulgações apareciam nas páginas dos jornais (SOUZA, 2006a, p.30).

Segundo Gilberto Hochman, esse *desbravamento* no interior do Brasil nas primeiras décadas do século XX, executados em defesa do conhecimento dos males sociais e do saneamento da população, produziram uma significativa repercussão nos espaços intelectuais, políticos e médicos no Brasil, *dando vida*, sobretudo, a personagens como o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, indivíduo representado na literatura nacional como uma *figura essencial* da população brasileira, a qual precisava ser *curada* de seu sono, de sua *indolência* (HOCHMAN, 1998, p.63).

A partir dessa significativa guinada nos plano das ideias e das divulgações de um novo entendimento sobre o Brasil,

os eugenistas encontrariam um solo fértil para propagarem suas ideias e se estabelecerem no campo científica brasileiro, assumindo um importante lugar no discurso regenerador da nação. Disposta a promover a higiene e o saneamento “como panaceia universal”, a *intelligentsia* brasileira se viu encantada pela eugenia ao visualizar seus enunciados (SOUZA, 2006a, p.29).

Esse *encantamento* a respeito dos princípios eugênicos não se resumiu às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda em meados de 1913, divulgava-se, na cidade de Salvador, a primeira conferência sobre a eugenia, ministrada pelo médico Alfredo Ferreira de Magalhães, diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e também professor da Faculdade de Medicina da Bahia.

A conferência intitulada *Pró-eugenismo* procurou enfatizar, sobretudo para estudantes de medicina, a importância dos princípios eugênicos na família brasileira:

em sua opinião, a educação seria o meio de impedir a propagação de diversos ‘males sociais’ como o alcoolismo, as doenças venéreas entre outras endemias que causavam a degeneração física e moral (SOUZA, 2006a, p.31).

Entretanto, antes de 1921, ano no qual veremos as próximas publicações sobre o discurso eugênico na Paraíba, verificamos que outras matérias foram editadas e que, de certa forma, se aproximavam do tema da eugenia em alguns pontos.

No ano de 1916, por exemplo, foram publicadas pelo jornal *A União* duas interessantes matérias sobre a proibição do *beijo*. A primeira matéria escrita pelo diretor do jornal *A União*, Carlos Dias Fernandes, descrevia com certa censura à citada prática. Para ficar mais explícito, vejamos a descrição da matéria:

Um mau hábito esse têm as senhoras de se beijarem, quando se cumprimentam. Mau pela situação contrafeita a que obriga as pessoas escrupulosas em matéria de contactos, e péssimo pelos perigos higiênicos, logicamente resultantes *d'essa prática gentil, tão absurda*, que os costumes consagram. Há, entretanto, senhoras que têm na *bocca miraculosa* todos os aromas suaves e estonteantes de um viçoso e florido vergel dos tropidos. E' sem duvida um gozo ineffavel sentir o lábio o caricioso contacto desses lábios, onde a maciez dos pecegos se mistura ao perfume das violetas dos lilazes e dos myosotis, prodigiosamente combinados na curva airosa da bôcca, ao que o rubor do *sangue empresta a appetitosa apparencia de um entreaberto figo maduro*. Isso não *attenua, porém, a transmissão mutua e nojosa dos vibrões e virgolinhas*, abjectos infusorios que vivem na saliva, absolutamente confirmando a comparação de flor que merecem as *bôccas formosas tão cheias de micróbios perigosos como as tulipas e magnólias*, essas *bôccas vegetaes e odoríferas das plantas perspectivas* (A UNIÃO, 11 jul. 1916, A.P.E.P, grifos nossos).

Com essas declarações, o intelectual e diretor do jornal *A União*, Carlos Dias Fernandes, enunciava dubiamente as sensações apazíveis despertadas pelo beijo, e em contrapartida aos prazeres e fantasias estimulados por esse ato carinhoso/afetivo, sobretudo aqueles consumados pelas *bocas mais suaves*, como expõe o autor, a matéria também apresentava “os perigos” causados pelo mesmo.

Talvez a reportagem tenha, em sua época, exteriorizado certo alvoroço entre as pessoas pelo dito perigo causado, sobretudo entre os casais, amigos e familiares que carinhosamente demonstravam seu afeto pela prática do beijo.

Poucos dias depois da publicação de Carlos Dias Fernandes, o assunto foi reforçado, e agora com as considerações médicas do doutor Flávio Maroja. A matéria *O beijo do ponto de vista higiênico*, escrita por Maroja, ofereceu outra tonalidade proibitiva ao beijo. Para ficar mais explícito, vejamos uma parte da matéria por ele redigida:

Romancistas e poetas têm feito a apologia ao beijo, atribuindo-lhe o aroma inebriante das flores, ou emprestando-lhe o brilho sedutor das cores vivas. Tenha esse aroma e esse brilho, o beijo também já foi apreciado como «um dos grandes perigos sociais. E' notável a campanha humanitária que se faz em torno da prophylaxia da tuberculose e da syphilis, que tão facilmente

se transmitem pelo beijo prolongado e humido depositado na face ou na bocca da creança ou do adulto. Todos os higienistas que se ocupam desses casos proclamam o grande perigo do beijo do tuberculoso ou do syphilico. Si dessas entidades passarmos grande numero de outras do imerso quadro nosologico, nota-se-ão os mesmo inconvenientes, os mesmos perigos! (A *UNIÃO*, 14 jul. 1916, A.P.E. P, grifos nossos).

Se o poeta e diretor do jornal *A União*, Carlos Dias Fernandes, descreveu o beijo como uma ação que dividia opiniões, como o perigo das contaminações, da falta de higiene e as sensações mais deleitosas, a matéria escrita por Flávio Maroja descreve outro tom. Podemos observar que a descrição apresentada a respeito do beijo, além de demonstrar os possíveis perigos causados com a contaminação de certas doenças como a sífilis, a tuberculose entre outras endemias, a matéria dispõe também uma leitura que se relaciona com “a postura médica diante dos aspectos que fazem com que a interferência seja de fundamental importância” (VASCONCELOS, 2008, p.71).

As considerações descritas por ambas as matérias a respeito do beijo representam aspectos tanto higiênicos como morais. Dadas as devidas considerações, as reportagens “apresentavam os cuidados “necessários” para evitar o contágio de doenças, mas também, exibiam uma fala moralizante, acentuando o nojo e a distancia que deveria se ter do outro” (SOARES JUNIOR, 2011, p.88).

Destarte, consideramos que os discursos produzidos por Carlos Dias Fernandes e Flávio Maroja nas referidas matérias compõem um âmago de produções discursivas que vão das proposições morais e culturais da sociedade paraibana naquela época, a uma espécie de prática “médico higiênica” que buscava efetivar a junção entre a moralização dos costumes e as práticas de higiene social entre as pessoas.

Entre a disciplinarização de certas práticas consideradas anti-higiênicas, como o beijo, e a divulgação de seus perigos, chegamos à segunda década do século XX, e com ela observamos a edição de outras sugestivas matérias relacionadas à ideia de degeneração social e a necessidade de *salvar o mundo* de seu declínio moral e patológico. Uma sugestiva matéria editada pela *Revista Era Nova* em 23 de junho de 1921 demonstra um pouco desses anseios, como descreve o historiador paraibano Horácio de Almeida³⁴:

³⁴Horácio de Almeida foi um dos intelectuais paraibanos dos mais atuantes em sua época. Nascido em 21 de outubro de 1896 na cidade de Areia, interior do estado da Paraíba, o advogado de formação contribuiu em diversos periódicos do Estado, e escreveu uma extensa obra sobre a história da Paraíba, entre algumas estão *Brejo de Areia* (1958) e *História da Paraíba* (1966 e 1978). Do mesmo modo, contribuiu no Instituto Histórico Paraibano e em diversas outras entidades intelectuais na Paraíba e em outros estados. Para maiores detalhes, ver: NASCIMENTO (2010).

Temos visto como os grandes impérios se fragmentam em republiquetas anarchicas como as *civilizações áureas* se *barbarizam torpemente*, como as religiões se transpõem, enfim, como a *Europa do século XX* se *desorganiza cannibalescamente, trucidando seus exércitos, rompendo seus tratados, violando suas constituições*. Essa *evolução social* não faz a *grandeza de um paiz*, nem o *aperfeiçoamento de uma raça*, mas a *degenerescência dos sentimentos* altruístas no seio de um povo culto (*Era Nova*, 26 maio 1921, A.P.E. P, grifos nossos).

A presente matéria representa um pouco do contraste recepcionado pelas elites brasileiras perante a Primeira Guerra Mundial e o envolvimento das nações europeias nessa hecatombe bélica. Acreditamos que esse tipo de matéria possivelmente se fundamentou na proposta do próprio periódico que a editava:

qualquer acontecimento que fosse de interesse de divulgação da revista e não estivesse relacionado apenas à cidade da Parahyba. Festas, como o carnaval na capital com os corsos e seus carros enfeitados, as belas damas em seus vestidos pomposos, até a inauguração de um colégio de freiras numa cidade do interior, bem como o destaque à vida de uma personalidade local ou obras de saneamento e de urbanização da capital eram temas para as reportagens da revista (NASCIMENTO, 2010, p. 25).

Entretanto, mediante as ameaça da degeneração social, dos distúrbios causados com a Primeira Guerra Mundial e as transformações ocorridas no cenário histórico no país, como já apresentado, essas observações descritas pelo autor assumiam também o reconhecimento dos contrastes sociais existentes no Brasil como a pobreza, as desigualdades, a saúde pública e as epidemias a serem resolvidos no país. Como solucioná-las?

Acreditamos que a partir dessas inquietações a eugenia no Brasil foi associada às propostas higienistas que começavam a ser discutidas para solucionar certas endemias, como fim das más condições de vida da maioria das pessoas que viviam no campo ou nas zonas periféricas das cidades, ou simplesmente como uma forma de expor uma solução representativa para esses elementos que se confrontavam muitas vezes com o projeto moderno implantado em alguns países.

Com base nessas breves considerações de contexto e percepção acerca do Brasil, pressupõe-se que o jornal *A União*, a revista *Era Nova* e *Imprensa* começaram a nortear seus discursos e outros preceitos a respeito do que se entendia e/ou se anunciava sobre o tema da eugenia. Pode-se perceber essas mudanças de discurso, por exemplo, na publicação intitulada *A eugenia e o aperfeiçoamento das raças: desvios das doutrinas de Galton*, editada pelo jornal *A União* em meados de 1921, que inferiu a seguinte questão:

No Brasil, para que a obra do *saneamento do sertão* não seja um trabalho inútil de sisypho, é preciso que reunamos aos *empreendimentos de ordem médica, prophylatica e hygienica, uma acção mais larga, política, social e econômica*. Não podemos dar uma estabilidade primitiva aos núcleos da população que a pertenceram. Assim não temos outro recurso senão procurar elevar o grão da cultura para criar uma estabilidade superior, equivalente aos melhores typos que já produzimos. Para isso, necessitamos iniciar uma *política de construção social e econômica chamando pela escola, pelas estradas, pela produção, pelo comércio, pelos costumes, pelos interesses moraes e materiais todos os brasileiros* dispersos para uma comunhão mais intensa e mais activa, mais harmoniosa, mais cooperante e fecunda. O *mal do galtonismo* militante é não compreender essa complexidade de phenomenos e suppor que *a espécie humana póde progredir e se robustecer com simples elementos biológicos* (A UNIÃO, 26 jul.A.P.E.P, 1921).

Modificar o meio, ampliar as divulgações sobre a eugenia e unir a sociedade em prol dos fenômenos sociais, culturais e econômicos que causavam os males a nação: esse era, para o autor, ao que parece, um discurso muito mais progressista do que as concepções tão somente biológicas e raciais propostas por Francis Galton em outros países, como aponta a nota. No Brasil, o periódico anunciava em nota que a nação deveria buscar outras interpretações sobre a eugenia.

Esse tipo de interpretação sobre a eugenia foi compreendido pela historiadora norte-americana Nancy Stepan como um tipo de *metáfora* para a saúde pública naquela época, pois, desde seus primeiros enunciados no Brasil, a eugenia começou a alicerçar-se como uma espécie de *antídoto* para o país, por dois motivos. Primeiro como um acréscimo aos inovadores trabalhos e atividades científicas exercidas por figuras de destaque no campo médico, como Belizário Penna, Oswaldo Cruz, Renato Kehl, entre outros; e, em segundo lugar, como uma *novaciência*, que de certa forma foi recepcionada pelo menos no plano das ideias “como uma forma de reduzir as taxas extraordinariamente altas de mortalidade e as péssimas condições de saúde das massas. Até a promoção de esportes e boa condição física que podia ser considerada eugênica porque aprimorava a raça” (STEPAN, 2005, p.99).

Complementando essa questão, a historiadora Pietra Diwan ressalta a importância ou a força com que os preceitos eugênicos foram professados e divulgados junto a outras ideias naquele período por destacados intelectuais, entre alguns, os citados anteriormente. Uma questão importante, pois é muito comum afirmar com certa repulsa que esse ou aquele personagem era eugenista. No entanto, como expõe a autora do livro *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*:

Muito intelectuais brasileiros foram adeptos do eugenismo, e há documentos que comprovam tal afirmação. Ser eugenista não é uma condenação, mas

sim a constatação de que muitos intelectuais do período compartilhavam e defendiam essas ideias (DIWAN, 2003, p.92).

Assim, a segunda matéria sobre a eugenia na Paraíba parece, em sua aparente distância com a primeira, uma espécie de complemento mais maturado que correspondia aos intelectuais que buscavam divulgar as ideias e a importância sobre o conhecimento desta no Brasil. Entretanto, outras publicações complementaram ou fortaleceram esses intentos, como a seguinte.

3.4 A EUGENIA: UMA CIÊNCIA PARA O PROGRESSO

*O melhoramento da espécie tornou-se um ideal sadio e o alvo de olhares altruísticos de uma geração que sente o prazer desmedido de viver a alegria serena de ser bom. A arte, como evocadora do sentimento, acompanhou essa evolução emotiva – intelectual [...] A arte, ciência e philosophia irmanam-se em torno de uma mesma aspiração, prosseguindo a rota contínua que se propuzeram nesse labutar perenne pela melhoria das condições humanas, não tem faltado tentativas para solucionar a magna questão. Entre ellas, a que ate hoje apresentou melhores fundamentos para um êxito feliz, foi inegavelmente a *Eugenia*, sciencia, que sob os auspícios de Galton, tem por objecto o *aperfeiçoamento physicoe moral da espécie humana*. Se Ella constitui uma sciencia, é assumpto que faz inoportuno agitar aqui (A *UNIÃO*, 18 fev. 1921, A.P.E.P, grifos nossos).*

Se a matéria de abertura desse terceiro capítulo buscou exaltar determinados *tipos eugênicos* na Paraíba, e a seguinte pretendeu *grosso modo* divulgar e/ou ampliar as discussões sobre o *terreno* de atuação a respeito da eugenia, questionando certos preceitos biologizantes da espécie humana como propunha Francis Galton, na sequência, a terceira matéria ao que parece, acrescenta e/ou divulga outros elementos.

Assim, mais uma vez, formulava-se um tipo de enunciado que, embora partilhando do mesmo tema, a eugenia, pressupunha outras interações, talvez a intenção de afirmar a importância e/ou estender entre as elites políticas e intelectuais da Paraíba aquilo que o médico e eugenista Renato Kehl, em sua obra *Melhoremos e prolonguemos a vida* (1923), tratou como a possibilidade de “melhorar as condições da existência humana, reduzindo-se ao mínimo as misérias, as dores, os sofrimentos do povo” (KEHL, 1923b, p.31).

Sobre isso, a participação do médico paulista na divulgação dos princípios eugenista no Brasil é expressa noutra alusiva matéria editada pela revista *Era Nova*, em 1921, pelo repórter paraibano João da Matta. Intitulada *A eugenia e o direito actual*, a mencionada matéria, ao que parece, reforça a união entre os elementos do discurso sanitarista com o

eugenismo, que, desde meados da década de 1910, já despertava o interesse das elites e da classe médica no Brasil.

Na exposição da reportagem, o autor matéria *A eugenia e o direito actual* destaca não somente a importância de Renato Kehl para a divulgação dos preceitos eugênicos, mas de outros personagens de renomada influência. Entre eles estavam:

Miguel Pereira, Belisario Penna e Arthur Neiva, que nos deram o alerta contra o perigo a que estava entregue de braços cruzados a população brasileira, inutilizada, corroída ou simplesmente debilitada por myriades de micro-organismos patogênicos. De forma que coroando o debate, veio o rebate da hominicultura, de que se deu o arauto Renato Kehl, fundando em 1917 a primeira Sociedade Eugênica da América do Sul, na capital do Estado de São Paulo. Eugenistas e partidários do saneamento deram-se as mãos e integralizaram suas obras numa luta persistente e destemperedora contra a hostilidade, o optimismo e a indiferença que se lhes ofereceram. E no porfiado, têm triumphado, embora a pouco e que não se devem regatear louvores pelo alvo que mirou, atraindo a atenção publica para o assumpto da tal relevância (Era Nova, 04 maio, 1921. A.P.E.P, grifos nossos).

Na matéria supracitada, observa-se a extensa lista de intelectuais dispostos e/ou engajados nas ações de divulgação dos preceitos higienistas e eugênicos que, aparentemente, já não era apenas um saber científico recém-chegado da Europa, ou simplesmente um termo usado para identificar a intelectualidade, como exposto na primeira nota sobre a eugenia na Paraíba, em 1914.

Mais que isso, é possível perceber, *grosso modo*, por meio dessa reportagem, que os ideólogos e/ou adeptos da eugenia continuavam a divulgar, mesmo que timidamente, no caso da Paraíba, os preceitos eugênicos por meio de propostas higiênicas, a exemplo do médico Flávio Maroja. Estes, talvez, acreditassem que estavam divulgando uma espécie de *novareligião*, capaz de salvar o país através dos credos científicos por ela proposto. Divulgações que ganharam forma com a criação de instituições voltadas para o aperfeiçoamento dos debates e difusão dos princípios eugênicos na sociedade.

Essas expressivas divulgações dos princípios eugênicos ganharam força no cenário nacional, sobretudo na segunda década do século XX, com a criação de algumas instituições. Em 1922, por exemplo, foi fundada no Rio de Janeiro a *Liga Brasileira de Higiene Mental*, instituição que, sob os prognósticos do médico psiquiatra Gustavo Riedel (1887-1934), buscou estabelecer primeiramente um diálogo entre as concepções higienistas e eugenistas. Do mesmo modo, essa instituição teve como objetivo, pelo menos em tese, encontrar os “fatores comprometedores da higiene e da raça e a vitalidade da nação” (DIWAN, 2003, p.103).

Segundo José Roberto Franco Reis (2003), a *Liga Brasileira de Higiene Mental* procurou:

divulgar seus postulados através de uma variedade de meios, ou seja, artigos na imprensa, folhetos de propaganda, palestras, pronunciamentos radiofônicos e também pela veiculação de uma revista própria chamada Arquivos Brasileiros de Hygiene Mental que começou a circular em 1925. Além disso, pretendiam oferecer diversos serviços à população, efetivando, assim, uma intervenção propriamente prática dos princípios que professavam (REIS, 2003, p.186).

Pelas propostas e ideias, essa instituição, localizada na cidade do Rio de Janeiro, arregimentou um seleto grupo de profissionais do ramo psiquiátrico, médico, jurídico, além de políticos e personagens do ramo empresarial, dos quais, entre os mais conhecidos, estava o médico psiquiatra Juliano Moreira como diretor do *Sanatório de Saúde Mental*, além de:

Miguel Couto, Presidente da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro; Fernando Magalhaes, professor de Ginecologia e obstetricia da Escola Médica do Rio de Janeiro; Carlos Chagas, “descobridor” da doença de Chagas e diretor do Instituto Oswaldo Cruz e do Departamento Nacional de Saúde Pública; Edgar Roquete-Pinto, diretor do Museu Nacional e os psiquiatras Henrique Roxo e Antonio Austregélio computavam entre outros mais de 120 associados da Liga Brasileira de Higiene Mental em 1929 e, sem dúvida, representavam a elite médica e científica do Rio de Janeiro (DIWAN, 2003, p.104).

É possível afirmar que, entre as elucidações da *Liga Brasileira de Higiene Mental*, sua maior preocupação estava direcionada às considerações sobre a eugenia, sobretudo porque:

A eugenia despertava grande interesse não apenas no meio psiquiátrico e médico brasileiro, mas nos meios intelectuais em geral, obcecados que se encontravam pela construção de uma autentica nacionalidade, no qual a questão racial aparecia como um ponto chave a ser equacionado (REIS, 2003, p.187).

Entre outros pontos a serem ainda resolvidos, estavam as discussões sobre o combate e a prevenção de certas doenças como a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo³⁵. Endemias que, para alguns desses profissionais, tinham como mal expressivo a causa da degenerescência humana em função de uma ancestralidade disgênica provocada pela mistura de raças e que, posteriormente, foi vista como uma epidemia causada pelas más condições de vida das comunidades carentes, princípios batizados como o estágio final dos *venenos raciais*, como aponta Nancy Stepan (2005, p.93).

³⁵ Para uma observação mais detalhada sobre o tema, ver: CARRARA (1996)

Já em fins da década de 1920, a *Liga Brasileira de Higiene Mental* adotou medidas mais radicais, tais como a defesa da esterilização de determinados indivíduos considerados deficientes, loucos, bêbados e/ou doentes, ou abreviadamente considerados *disgênicos*. Sob essas considerações e práticas, alguns desses profissionais mudaram gradativamente suas concepções a respeito da eugenia, de forma a radicalizar seus discursos e suas possíveis práticas. No entanto, a associação entre eugenia e higiene caminhou em conjunto por um bom período, embora haja divergências quanto a essas afirmações³⁶.

No estado da Paraíba, esses diálogos e divulgações entre a higiene e a eugenia foram possíveis só em 1924 sob a organização da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*³⁷, quando ocorreu no estado um evento importante para discutir esses preceitos ou apresentar essas práticas higiênicas e eugênicas no estado.

A respeito desse evento e seus prognósticos, partilhamos das considerações estabelecidas por Azemar dos Santos Soares Júnior, ao declarar a existência de espaços e indivíduos que precisavam ser higienizados segundo a ótica médica social na Paraíba, especialmente na capital, como apontavam os jornais, por exemplo, que circulavam entre as elites na época. Talvez a aspiração de comungar com novas formas de regular as prescrições sanitárias na sociedade tenham fortalecido ainda mais a realização da primeira *Semana Médica na Paraíba*, que aconteceu também com o intuito de aproximar ainda mais os profissionais e a sociedade das discussões sobre a higiene e a eugenia (SOARES JÚNIOR, 2011, p.105).

Entre os dias 03 a 09 de maio de 1927, ocorreu a primeira *Semana Médica* na cidade da Parahyba, evento que, pela primeira vez no estado, reuniu um número expressivo de médicos para discutir os mais variados temas inerentes à saúde. Nas palavras do médico paraibano Oscar de Castro, percebe-se a importância desse evento: [há] “quase um ano se anuncia o trabalho ativo da Sociedade de Medicina da Paraíba, para a realização da primeira *Semana Médica*, que hoje auspiciosamente, se inaugura” (CASTRO, 1934, p.223).

³⁶ Enquanto PietraDiwan afirma que essas mudanças de ideia a respeito da transição de uma eugenia preventiva para uma eugenia negativa se processaram gradativamente entre o início e fim da segunda década do século XX na Liga Brasileira de Higiene Mental (DIWAN, 2003, p.105), o também historiador José Roberto Franco Reis propõe que essas divergências e opções quanto a uma eugenia mais preventiva ou radical se davam como o resultado das diferenças de ordem teórica, moral, política e religiosa de alguns intelectuais associados a essa instituição (REIS, 2003, p.187).

³⁷ Órgão criado em 1924 sob o domínio da Santa Casa de Misericórdia, que buscou agrupar profissionais da área médica com os desígnios de fortalecer a profissão e oferecer uma nova legislação profissional, entre outros assuntos relacionados à saúde pública no estado da Paraíba. Faziam parte da Sociedade de Medicina e Cirurgia nomes como Flávio Maroja, Elpídio de Almeida, Joaquim Correia de Sá Benevides, entre outros (SOARES JÚNIOR, 2011, p.81).

A partir desta afirmação, compreende-se que, antes da realização do evento, possíveis articulações intelectuais e políticas já se faziam presentes. No decorrer do evento, um dos médicos na Paraíba, Flávio Maroja, declarou a difícil tarefa de “incutir no espírito de nossa gente, arraigada a uns hábitos condenáveis, que vem de longe, que se originaram no berço, a ideia da consciência sanitária” (MAROJA, 1927, p.7).

Segundo Azemar dos Santos Soares Júnior, o médico Flávio Maroja pretendeu expor nesse evento um modelo educacional de saúde e divulgação, de modo a combater certas práticas antigênicas de nossa população naquela época. Algo muito semelhante à forma empregada pelos Estados Unidos, que, ao optar por um modelo de divulgação e propaganda, buscou, segundo o médico, substituir gradativamente as imposições de ordem administrativa por parte dos poderes públicos em relação às campanhas de saúde pública.

Dessa forma, observamos que o médico Flávio Maroja expressou um modelo mais *estratégico* e até certo ponto pedagógico no sentido de divulgação e estabelecimento de normas higiênicas que viabilizassem à eugeniação de certas ações consideradas como degenerativas ou disgênicas por parte da população. Sobre essa nova possibilidade, fica claro, ainda na proposta do médico paraibano, que o estado, e sobretudo os profissionais da medicina, precisavam mudar suas formas de discurso e de disciplinarização da sociedade com base nas novas formas e estratégias higiênicas de saúde.

Mas será que esse discurso foi homogêneo entre os discursos sobre a higiene e as práticas eugênicas no estado? Foi dito ou publicado alguma coisa antes a respeito disso? Presumimos que, se esse modelo mais pedagógico e dócil foi proposto é porque, possivelmente, outros discursos mais *impositivos* haviam sido proferidos anteriormente, ou talvez não, mas é sobre essa indagação que apresentaremos a próxima nota sobre a eugenia na Paraíba.

Bem, antes de ocorrer à Semana Médica na Paraíba e das exposições de Flávio Maroja a respeito das divulgações e propagandas de higienização no estado, como expõe o historiador Azemar dos Santos Soares Júnior (2011) em sua pesquisa, outras publicações foram disseminadas sobre as práticas eugênicas, talvez no intuito de endurecer as práticas, maturar as ações ou simplesmente divulgar as ideias sobre a higiene e a eugenia.

Entre algumas dessas práticas, estavam o exame pré-nupcial e a esterilização dos *tipos disgenicamente* indesejados pela sociedade, como foi publicado numa interessante nota editada pela revista *Era Nova*, que passamos a analisar no tópico seguinte.

3.5 PARA O MELHORAMENTO DA ESPÉCIE: A NECESSIDADE DO EXAME PRÉ-NUPCIAL

Mais tarde, quando se cuidar no Brasil do aperfeiçoamento da nossa raça, uma das questões primeiras a serem resolvidas, sem duvida alguma é a regulamentação do casamento. Grande é o número de doenças transmissíveis por herança e para que não se propaguem de geração em geração, com grande prejuízo da espécie. É preciso que se criem leis restritivas, tirando aos doentes a liberdade de se casarem. As civilizações primitivas, a esse ponto, tinham preceitos que merecem ser imitados. Os velhos códigos indús, por evitar os grandes malefícios da hereditariedade mórbida, proibiam o casamento a quem quer que fosse portador de taras degenerativas. Em nossos tempos, felizmente, alguns povos, interessando-se pela regenerescência da raça, vão tomando medidas tendentes a evitar os perigos da herança pathologica. A Grécia foi o primeiro Paiz a cuidar do assumpto chegando a ponto de proceder à esterilização a todos os indivíduos tarados, com o fim do beneficio de impedir a perpetuação de caracteres degenerativos da espécie. Alguns Estados da América do Norte seguiram o exemplo. O de Indiana, só em 1908 esterilizou cerca de trezentos indivíduos, julgados incapazes de boa progene. Outros Estados Americanos, animados o mesmo ideal eugênico, sem lançar mãos dessas medidas extremas, crearam leis que prohibiam o matrimônio aos portadores de doenças toxicas ou infectuosas, havidas como prejudiciaes à descendência. E o que nos cumpria fazer. O congresso devia votar leis salva guardadoras do futuro da nossa raça, mas não esperemos que ellas apareçam. Antes das providencias dos nossos legisladores, que às mais vezes, chegam demasiadamente tarde. Devíamos trabalhar por implantar em nossos costumes a exigência do exame de sanidade dos conjugues como condição imprescindível à realização do casamento (ERA NOVA, 11 ago. 1921, A.P.E.P, grifos nossos).

Talvez o longo artigo supracitado explicita o que temos buscado expor no decorrer dessa pesquisa: a heterogeneidade de assuntos publicados nos periódicos como forma de divulgar ou fortalecer as discussões a respeito da eugenia ou de práticas consideradas eugênicas na Paraíba, seguindo, é claro, as percepções, influências e diferenças de análise e recepção na imprensa do estado em relação às discussões e análises sobre a eugenia nas primeiras duas décadas da República no Brasil.

Entretanto, distinta das outras reportagens, a matéria supracitada veio a público na edição de 11 de agosto de 1921 nas páginas da revista *Era Nova*, editada a poucos meses do lançamento do primeiro número. Sob o título de *A necessidade do exame pré-nupcial*, o conteúdo da nota expõe elementos importantes que talvez complementem a listagem de assuntos e propostas divulgadas pelos adeptos da eugenia no Brasil até então. Mas antes de analisar o conteúdo, é importante expor um detalhe sobre o autor da citada reflexão.

Diferentemente das matérias anteriores, aqui foi possível detectar a autoria do texto: Elpídio José de Almeida. Esse médico e educador paraibano, nascido em Areia em

1893, teve um expressivo destaque em sua época por suas versatilidades profissionais. Como médico, político e historiador, participou ativamente do cotidiano social e político da cidade de Campina Grande a partir dos anos 1920.

Além da referida reportagem sobre a eugenia na revista *Era Nova*, o autor escreveu em destacados jornais da época, entre eles *O Diário da Borborema*, periódico fundado por Assis Chateaubriand na década de 1950, e a *Gazeta Campinense*. Do mesmo modo, contribuiu na organização da *Revista Campinense de Cultura*, da *Revista Campinense*, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e escreveu alguns artigos para o *Jornal do Comércio de Recife* (SILVEIRA, 2012, p.477).

Feitas essas breves considerações sobre o autor, a reportagem na *Revista Era Nova* reflete um dos pontos mais radicais do discurso eugênico no Brasil. Se nas matérias anteriores observa-se primeiramente um discurso elogioso, no qual expressou-se as possíveis capacidades e influências de determinados personagens do cenário político e intelectual na Paraíba, nas outras foi possível observar as relações entre a divulgação dos pressupostos higienista, mediante a criação de determinadas instituições para a divulgação da eugenia.

Entretanto, a presente nota diferencia-se das anteriores por dois fatores. Primeiro pelo conhecimento médico do autor, fator que permitiu a Elpídio de Almeida não apenas expressar a importância da eugenia ou divulgar possíveis personagens, mas, mais que isso, permitiu que ele expressasse, em seu discurso, uma visão que estava entre o declínio da sociedade por meio dos problemas causados pela degeneração social e a *salvação* da sociedade ao fazer uso de determinadas práticas e/ou estabelecimento de leis restritivas, que evitassem a proliferação e reprodução de indivíduos classificados como incapazes pela ótica da eugenia.

É visível que esse tipo de discurso em 1921 já não era mais inédito no Brasil, nem na Paraíba. Acreditamos que, se o noticiário local explorava, por exemplo, os pontos positivos dos Estados Unidos, como as campanhas de higienização e propaganda, a ascensão política e social daquele país como expôs em discurso o médico Flávio Maroja, certamente os intelectuais e o poder público na Paraíba sabiam, como apontou a matéria escrita por Elpídio de Almeida, que, desde os anos 1910, as concepções higienistas e as práticas eugênicas naquele país já representavam:

o sucesso e o triunfo do eugenismo. Leis de esterilização foram aprovadas e defendidas pela suprema corte; uma lei de imigração federal e restritiva foi aprovada para impedir o “suicídio da raça”; um gigantesco aparato institucional financiado por grandes corporações industriais divulgou a eugenia aos quatro cantos do mundo (DIWAN, 2003, p. 63).

No ano de 1922, após voltar do *Congresso Médico Latino Americano* realizado na cidade de Havana (Cuba), o futuro diretor e um dos principais expoentes da *Liga Brasileira de Higiene Mental* no Brasil, Gustavo Riedel, fez a seguinte declaração a respeito da eugenia no cenário mundial e seu papel na sociedade:

Daí a aspiração pela Eugenia, à verdadeira religião da humanidade, de uma perfectibilidade maior para a espécie humana da dupla visão física e mental. Apurando as qualidades da raça, evitando a reprodução dos defeituosos nocivos à espécie pela transmissão de taras aos descendentes e prevenindo os fatores de degeneração humana pelo combate ao alcoolismo, sífilis, tuberculose etc. A Eugenia paira hoje acima dos devaneios biológicos. Exprime uma ciência natural e matéria subsidiária da política e da sociologia (RIEDEL *apud* REIS, 1922, p.187).

As declarações de Gustavo Riedel exalam com certa precisão as intenções não apenas científicas, mas também políticas por parte desse adepto dos ideais eugênicos. Nos escritos de Elpídio de Almeida, o médico paraibano, ao que parece, não se distanciou dos preceitos eugênicos aludidos. A preocupação do autor quanto à possível degeneração social, tendo como um dos motivos a proliferação de indivíduos doentes, alcoólatras, pobres, entre outros, reflete talvez o pensamento racista, restritivo e disciplinar proposto pelos intelectuais do período em estudo.

Entre as propostas de uma esterilização compulsória que impedisse as pessoas *deficientes* de se casarem por existirem nessas alguma *anomia degenerativa*, e a proposta eugênica do exame pré-nupcial, que se concebia com a análise médica quando havia suposta degeneração entre alguns dos nubentes, observa-se a chamada *linha negativa* ou mais *radical* da eugenia: isto é, o reflexo ou a tentativa de mutação dos sentidos e ações por parte das elites em face aos grupos indesejados, ao que era feio, pobre, endêmico, tudo aquilo que não estava enquadrado nos planos de uma sociedade vista como eugênica. O médico, político e intelectual Elpídio de Almeida, ao que parece, foi um dos correspondentes desse discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas do século XX, alguns historiadores têm direcionado seus olhares e percepções para novos objetos e problemas de pesquisa. Entre os *novos* desafios a serem perseguidos estão às doenças, o corpo, a ciência, as ideias.

Sem restringir a importância de outros elementos correlatos como o positivismo ou o darwinismo social, a teoria de Francis Galton tem conquistado a atenção de um seleto grupo de pesquisadores. Talvez pelo reflexo científico e social nas últimas décadas, descortinado uma infinidade de estratégias e meios para gerenciar, moldar e consequentemente estabelecer uma melhor qualidade de vida para as pessoas. Outro motivo para a escolha do tema talvez se relacione com sua forma *camaleônica* de mover-se perante contextos históricos, ideias, práticas e análises, diferenciando-se sem perder, contudo, suas primeiras objeções.

Ao observar a escolha da eugenia e da prática higiênicas como objeto de pesquisa, compreende-se que a maioria dos pesquisadores tem buscado problematizar não apenas o tema em suas ideias pré-estabelecidas, mas, para além disso, muito dos interessados pelo tema têm buscado problematizar a forma como essa teoria foi recepcionada e discutida em determinados lugares.

Ao fazer isso, a eugenia e as práticas higienistas deixaram de ser apontadas ou foram *mal compreendidas* por suas proximidades com os princípios de esterilização das pessoas ou com o regime nazifascista. A partir dessas novas reflexões sobre o tema, a eugenia passou a ser vista como uma espécie de construção científica que foi sujeita a análises e recepções diversas sem esquecer seu fundamento primário, que é ou seria a busca pela melhoria racial dos indivíduos, fazendo uso de meios biológicos, estatísticos e de práticas restritivas, de modo a coibir o crescimento dos indivíduos disgênicos e incentivando a proliferação dos eugênicos.

Ao tomar como referência essas discussões sobre a eugenia e, sobretudo, as importantes pesquisas nas quais se buscou problematizar a discussão sobre o tema como uma ideia móvel, em determinados momentos e contextos históricos, buscamos discutir como essas ideias chegaram à Paraíba nas primeiras décadas do século XX, fazendo uso, sobretudo, dos anúncios jornalísticos dos periódicos *A União*, *A Impresa* e da revista *Era Nova*.

Apresentado o objeto, os desafios, a historiografia sobre a eugenia já produzida, os referenciais teóricos e metodológicos para a elaboração da presente dissertação e as partes que compõem a pesquisa, no segundo capítulo, adentramos no campo da história das ideias de

forma a desenvolver uma breve história das teorias científico-racialistas, das quais possivelmente a eugenia emergiu.

Procuramos ainda desenvolver o modo como essas ideias foram recepcionadas no Brasil, momento em que buscamos subsídio nos debates sobre miscigenação, raça e o futuro da nação brasileira tomando como referência as concepções de importantes pensadores em fins do século XIX, como Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon, Charles Darwin, *Arthur de Gobineau*, entre outros, de modo a tentar desenvolver um breve panorama a respeito do campo histórico, social e cultural pelo qual as discussões sobre a eugenia chegavam ao Brasil nos últimos decênios do século XIX.

Sobre os discursos do progresso e as ideias sobre a modernidade nos primeiros anos do século XX, buscamos apresentar a situação peculiar da Paraíba, centrando nossas análises especificamente na capital, por encontrar importantes publicações sobre higiene, pobreza e disciplina nos periódicos selecionados.

No fim do segundo capítulo, procuramos desenvolver as ideias pelas quais a eugenia chegou ao Brasil e a forma como foi divulgada por algumas instituições especializadas, como a *Sociedade Eugênica de São Paulo*, não restringindo a informação de que a eugenia também ganhava importância em outros meios de comunicação, como foi observado suas primeiras edições no jornal *A União*.

Após esboçar a eugenia e o higienismo de forma geral, chegamos ao último capítulo, no qual procuramos primeiramente elaborar o contexto histórico no qual se encontrava a Paraíba nos primeiros anos da República. Em seguida, procuramos dialogar com os discursos das reportagens sobre a higiene a eugenia na Paraíba. Diálogo que não teve apenas o sentido de construir ou concordar com o que fora exposto nos periódicos. Ao contrário disso, buscamos subsídios em autores como Michel de Certeau e Michel Foucault para entender o círculo de relações de poder e o lugar social no qual se desenvolveram os discursos sobre a eugenia, em especial a primeira matéria sobre os *tipos eugênicos* na Paraíba.

Nas reportagens subsequentes, foi apresentada a efervescência e as formas com que as notícias acerca da eugenia e do higienismo ganhavam adeptos por meio da criação de instituições como a *Liga Brasileira de Higiene Mental*, entre outras. Nesse momento, vimos a primeira Semana Médica e as peculiaridades com que o médico Flávio Maroja pressupôs o tipo de propaganda a ser estabelecido na Paraíba.

Chegando ao fim do percurso, ficam as possibilidades de análise expostas para futuras pesquisas sobre o higienismo e a eugenia na Paraíba. Pressupomos que outro caminho

seria analisar alguns dos personagens expostos previamente nessa pesquisa, como Flávio Maroja, João da Matta e o próprio Elpídio de Almeida.

Acreditamos que no desenvolvimento histórico-biográfico desses personagens o pesquisador se depararia com outras possibilidades de análise sobre o tema e não se restringiria aos discursos dispostos nas matérias jornalísticas.

REFERÊNCIAS

FONTES

a) Periódicos:

Jornal *A Imprensa*, João Pessoa – PB. Edições de 1912 a 1924. Arquivo da Arquidiocese da Paraíba.

Jornal *A União*, João Pessoa – PB. Edições de 1912 a 1924. Arquivo Público do Estado da Paraíba.

Revista *Era Nova*, João Pessoa – PB. Edição de 1921. Arquivo Público do Estado da Paraíba.

b) Fontes impressas e digitais

CASTRO, Oscar Oliveira de. Discurso pronunciado na sessão inaugural da Semana Médica. In: CASTRO, Oscar Oliveira de. **Ensaio**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1934, p. 221-238.

_____. A nossa hygiene. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, João Pessoa, n. 03, p. 433-437, 1911.

_____. Educação sanitária. In: MAROJA, Flávio. **Semana Médica**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1927, p. 7-12.

MAROJA, Flávio. **A nossa hygiene**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, João Pessoa, n. 03, p. 433-437, 1911.

MEDEIROS, Coriolando de. Subsídio para a história da hygiene pública na Parahyba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, João Pessoa, n. 03, p. 117-123, 1911.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**. Rio de Janeiro: Manguinhos, 1918.

RIDEL, G. **Os factores dysgenisantes do habitat brasileiro em synthese**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1922.

BIBLIOGRAFIA E TEXTOS DISPONÍVEIS NA WEB

ABREU, Sergio. **Os descaminhos da tolerância**: O afro-brasileiro e o princípio da igualdade e da isonomia no Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História. Bauru, Edusc, 2007.

ALMEIDA, José Américo. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1994.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1983.

_____. **Paraíba, imprensa e vida**. João Pessoa: A União, 1986.

BARROS, Francisca Argentina Goes. A Arte como princípio Educativo: uma leitura biográfica de Pedro Américo de Figueiredo e Melo. 2006, 187p. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

BLACK, Edwin. **A Guerra contra os fracos**: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante. São Paulo: Girafa, 2003.

BIZZO, Nélio Marco Vincenzo. **O paradoxo social-eugênico, genes e ética**. *Revista USP*, São Paulo, n. 24, pp. 28-37, 1995.

BOARINI, Maria Lúcia. **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BORGES, Dain. “Inchado, feio, preguiçoso e inerte”: a degeneração no pensamento social brasileiro, 1880-1940. **Teoria e pesquisa**. n.47, jul - dez. 2005.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARRARA, Sérgio. **Tributo a Vênus**: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. As ideias de heranças de Darwin: suas explicações e sua importância. **Revista da SBHC**, (11), p. 67-73, 1994.

CASTRO, Oscar Oliveira de. **Medicina na Paraíba**. João Pessoa: *A União*, 1944.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CHAGAS, Waldecir Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930**. 2004. 281p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORREA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

COSTA, Ângela Marques; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Virando séculos**: no tempo das incertezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na “Belle Époque”**: a medicalização do crime. Tradução de Regina Grisse de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N) ação. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

DENISE MAI, Lilian. Difusão dos ideários higienistas e eugenistas no Brasil. In: BOARINI, Maria Lucia (Org). **Higiene e raça como projetos**: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003, p.45-71.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho**: homens pobres, mendigos, ladrões no imaginário das elites nordestinas (1850-1930). João Pessoa: Manufatura, 2004.

DIWAN, Pietra. **O espetáculo do feio**: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2003.

_____. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, 2v.

EUGENIO, Alisson. Saber Médico, cultura e saúde pública no Brasil do século XIX. **Saeculum**, João Pessoa, n. 17, p 147-163, jan/jun, 2010.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca**: o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1993.

FLORES, Élio Chaves. Dos ditos e dos feitos: História e Cultura Histórica. **Saeculum**, João Pessoa, n. 17, p 83-103, jan/jun, 2007.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo**: ciência e arte da política da beleza. Chapecó – SC: Argos, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010a.

_____. **Ditos e escritos**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2010c.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

GALIZZA, Diana Soares. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba (1890-1930)**. João Pessoa: Idéia, 1993.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo**: História de uma polêmica (1750-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. Educar para regenerar e selecionar: convergências entre os ideários eugênicos e educacionais no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.13, n.25, p.91-110, 2008.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias**: Paraíba (1889 – 1945). João Pessoa: Editora Universitária, 1994.

GUTEMBERG, Fábio R.B de Souza. *Historiografia Brasileira e a “Noção de Poder Disciplinar”*. **Saeculum**, João Pessoa: Editora Universitária, 2000

HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **A era do capital(1848-1875)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2003.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. **Modernismo, Raça e Corpo: Fernando Azevedo e a questão da saúde no Brasil (1920-1930)**. *Revista Brasileira de Ciências e Esporte*. Campinas, v. 30, n. 2, p. 39-56, jan. 2009

KEHL, Renato. **Conferência de Propaganda Eugênica**. *Annaes de Eugenia* – Sociedade Eugênica de São Paulo. São Paulo: Editora da Revista do Brasil, 1919, pp. 67-79.

_____. **A cura da fealdade**. Rio de Janeiro: Monteiro Lobato, 1923a.

_____. **Melharemos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1923b.

_____. **Sexo e civilização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

LACERDA, João Batista de. **O congresso universal das raças reunido em Londres: 1911**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1911.

LEWTCHUK, Maíra Espíndola; COSTA, Jean Carlo de Carvalho. **A circulação de ideias na Primeira República: a educação como regeneração da nação**. In: *Anais Eletrônicos: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”*. 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.10.pdf. Acesso em 05 maio 2013.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, G. **Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República**. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 21-40.

_____. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Renam, 1999.

LOBATO, Monteiro. **O Problema Vital**. São Paulo: Brasiliense, 1951.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. A paraibanidade como culto: a construção dos discursos históricos sobre 1817 no IHGP. In: MARIANO, Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Histórias da Paraíba: autores e análises sobre o século XIX**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003.

_____. **Signos modernos?** O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2010.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**. Médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Unicamp, 1994.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Eduardo. **Notícia biobibliográfica**. João Pessoa: *A União*, 1976.

_____. **A União: Jornal e história da Paraíba**. João Pessoa: *A União*, 1977.

MELO, Oswaldo Triqueiro de Albuquerque. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa, ed. a União, 1980.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NASCIMENTO, George Silva do. **Pátrio-biografia: Horácio de Almeida e a sua história da Paraíba**. 2010, 168p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, Fátima. **Saúde da população negra**. Brasília: Pan-americana, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PATTO, Maria Helena de Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, vol.13, n.35, São Paulo, jan-abr. 1999.

PESSOA, Oswaldo Frota. Raça e Eugenia. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva.(Org). **Raça e Diversidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p.29-46.

PICHOT, André. **O eugenismo**: geneticistas apanhados pela filantropia. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PROST, Antoine. **Doze Lições de História**. Tradução de Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte: Autêntica, 1996.

RAEDERS, Georges. **O Conde de Gobineau no Brasil**. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REIS, José Roberto Franco. Degenerando em barbárie: a hora e a vez do eugenismo. In: BOARINI, Maria Lucia (Org). **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, 2003, p.185-216.

_____; MAIA, Doralice Sátiro. O caminho das águas na cidade: o serviço de abastecimento de água na cidade da Parahyba durante o século XIX e início do XX. In: CARDOSO, Carlos de Amorim; KULES, Wojciech Andrzej. (Org.). **A escola e a igreja nas ruas da cidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, p. 83-104.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovazani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBAS, João B. Cintra. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 39-56, abril, 2003.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: UNESP, 2009.

SÁ, Lenilde Duarte. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios**. O Serviço de Higiene Pública (1895 a 1918). 1999, 291p. Tese (Doutorado em Enfermagem), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de. **A cidade no despertar da era higiênica: a cidade da Parahyba e o movimento higienista (1854 - 1912)**. Campina Grande, 2009. 154p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

_____; MAIA, Doralice Sátiro. O caminho das águas na cidade: o serviço de abastecimento de água na cidade da Parahyba durante o século XIX e início do XX. In: CARDOSO, Carlos de Amorim; KULES, Wojciech Andrzej. (Org.). **A escola e a igreja nas ruas da cidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, p. 83-104.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”: um percurso das ideais que naturalizaram a inferioridade dos negros**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Marcos Ferreira. **A educação brasileira na Primeira República: o “doutor” positivista**. 1993. Disponível em: <<http://marculus.net/textos/primeira%20republica.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em preto e branco: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Finais de século são bons para pensar. Esse é o momento de apostar. In: COSTA, Angela da; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org). **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.7-15.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVEIRA, Regina Paula Silva. **O papel de Elpídio de Almeida para a construção da história de Campina Grande**. In: Anais Eletrônicos: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.35.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2013.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; GURJÃO, Eliete de Queiroz; ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro de; CITTADINO, Monique. **Estrutura de poder na Paraíba**. Coleção História Temática da Paraíba; v.4, 1 ed. João Pessoa: Ed Universitária/UFPB, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. João Pessoa. 2011. 204 p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. Rio de Janeiro, 2006. 220p. Dissertação (Mestrado em História da Ciência), Casa Oswaldo Cruz. Fio Cruz. Rio de Janeiro, 2006a.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau – as Ciências contra o Brasil Mestiço**. Rio de Janeiro, 2008. 174p. Dissertação (Mestrado em História da Ciência), Casa Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. **Revista de História Regional**, n. 11, v.2, p. 29-70, 2006b.

STANCIK, Marco Antônio. Os Jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na Primeira República. **Publicatio: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, Ponta Grossa, n. 13, v.1, p. 45-62, jun. 2005.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VASCONCELOS, Edson. **Em terra de leigo quem é higienista é rei: genealogia do olhar médico social na Paraíba**. João Pessoa, 2008, 120 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.